



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

THATIANA AMARAL DE BARCELOS

A Imprensa do PCB editada no exílio:
Informação, identidade e Militância

Em sua edição
FGI, três inter
Bezerra, membr
giosa figura /
caracterizar
com a repressão
e de leve
narrativa d
Ele fa
nômico-fir
doras, en
outro tar
doras a
e a 40
Ele de
estrar
ção.
til,
ção
bor
or
e

Anistia: a tra
que não
pal p
fa

VOZ OPERÁRIA
Revista Cultural do Partido Comunista Brasileiro

Editorial

UNIDADE DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS PARA REFORÇAR A RESISTÊNCIA CONTRA A DITADURA

Balanco político do quadro eleitoral

RIO DE JANEIRO 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

Centro de Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGH)

THATIANA AMARAL DE BARCELOS

**A Imprensa do PCB editada no Exílio:
Informação, Identidade e Militância**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGH) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Iclélia Thiesen

RESUMO

A “Imprensa do Exílio” editada em terras estrangeiras - no período compreendido entre o golpe civil-militar brasileiro e a aprovação da Lei da Anistia - converteu-se em um meio de resistência, real ou simbólica, contra o governo estabelecido. Por meio das páginas destas publicações, os exilados mantinham aceso o espírito de oposição e davam continuidade ao exercício da militância, expressa através das iniciativas para a mobilização dos exilados e das denúncias à comunidade internacional sobre as atrocidades cometidas pela ditadura. Mais do que informar, estes periódicos formavam os militantes mediante o reforço de determinadas identidades. O presente trabalho analisará as práticas envolvidas na elaboração das coleções de jornais produzidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)-“O Brasil Mês a Mês na Imprensa” (Moscou, 1975-1979) e “Voz Operária” (Paris, 1976-1979)- para observar as relações entre as representações veiculadas e a experiência do exílio entre estes militantes.

Palavras-Chave: Imprensa do Exílio, PCB, Identidade, representações.

RÉSUMÉ

La "presse d'exil" éditée à l'étranger – entre le coup d'état brésilien et l'approbation de loi d'Amnistie – s'est transformée un instrument de résistance, réel au symbolique, contre le gouvernement autoritaire. À travers les pages de ces revues, les exilés gardaient illuminé l'esprit révolutionnaire et donnaient la continuité à la militance, exprimée pour le moyen des exilés et pour les plaintes à la communauté internationale sur les atrocités engagées pour la dictature. Plus qu'informer, ces journaux formaient les militants par le renforcement de certaines identités. Le présent travail examinera les pratiques mobilisées dans l'élaboration des journaux édités pour le parti communiste brésilien (PCB) – « O Brasil Mês a Mês na Imprensa » (Moscou, 1975-1979) et « Voz Operária » (Paris, 1976-1979) – pour observer les relations entre les représentations établies et l'expérience d'exilé entre ces militants.

Mots Clés: Presse d'exil, PCB, identité, représentations.

THATIANA AMARAL DE BARCELOS

**A Imprensa do PCB editada no exílio:
Informação, Identidade e Militância.**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Icléia Thiesen – PPGH/UNIRIO
(Professor Orientador)

Prof.^a Dr.^a Lúcia Grinberg – PPGH/UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Alzira Abreu – FGV/CPDOC

Prof.^o Ricardo Medeiros Pimenta – PPGCI/IBICT-UFRJ
(Professor Suplente)

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2013

AGRADECIMENTOS

À minha família, sobretudo aos meus pais - Marilda Amaral e Sérgio Luis, pelo incentivo e apoio incondicional durante toda a minha trajetória acadêmica.

Aos amigos que me acompanharam desde a graduação, por neles encontrar um lugar de escuta para as angústias e problemas de pesquisa.

Aos amigos que o PPGH me proporcionou, pelos comentários pertinentes e valiosas contribuições para o meu amadurecimento ao longo do mestrado.

À Prof^a Dr^a Icléia Thiesen, por me apresentar à metodologia de História Oral, mas, sobretudo, pelo carinho e atenção durante todo o percurso o qual recebo sua orientação.

À Francisco Inácio de Almeida, Severino de Melo e Milton Temer, por abrir suas vidas e confiar a mim suas memórias sobre suas trajetórias de lutas pelo PCB.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. Exílio: Exclusão política e resistência	10
2.1 Definições sobre o exílio contemporâneo	10
2.2 Contextualização do exílio da esquerda brasileira no pós-1964	16
2.3 Especificidades do exílio do PCB	24
3. Imprensa do Exílio: uma prática de resistência?.....	39
3.1 Imprensa Comunista, Alternativa e Exilada: Concepções teóricas	39
3.2 Caracterização da Imprensa do Exílio.....	45
3.3 A Imprensa pecebista e exilada: Um estudo de caso	57
3.3.1 – A <i>Voz Operária</i>	57
3.3.2 - <i>O Brasil mês a mês na Imprensa</i>	63
4. Imprensa do Exílio: representações identitárias.....	71
4.1 Mensagens de luto e homenagens: os usos do passado através da comemoração	76
4.2 A educação partidária para novas questões: o despertar do feminismo	82
4.3 “O Brasil no exterior” e a identidade partidária no exílio	92
4.4 A Democracia pela qual lutam os comunistas	98
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
6. REFERÊNCIAS.....	113
7. ANEXOS.....	119
7.1 ANEXO I - Tabela: Exílio do PCB.....	119

1. INTRODUÇÃO

O golpe civil-militar (1964) foi acompanhado pelo deslocamento de muitos brasileiros para o exterior durante todo o período em que perdurou o governo autoritário. Independente da forma como as partidas foram organizadas - saídas clandestinas através de fronteiras situadas em lugares remotos do país, camufladas pela realização de cursos no exterior, ou oficiais a partir da soltura de presos políticos enquadrados no estatuto do banimento¹ - a permanência em terras estrangeiras e o desejo de retornar ao Brasil para dar continuidade a um projeto político interrompido converteram estes militantes em exilados.

Apesar da dificuldade em se definir o montante de brasileiros que partiram para o exílio nas décadas de 1960 e 1970, em decorrência da diversidade das situações em que estas ocorreram, Chirio (2006) - a partir de dados da imprensa nacional no período em que os retornos se procederam - estima que este montante corresponda a um valor situado entre 5.000 a 10.000 indivíduos. Entre os jornais analisados, o “Em Tempo” (no 3 - fevereiro a março de 1978) menciona 12.000 exilados, incluindo seus familiares. Contudo, Chirio não descarta a possibilidade destes dados terem sido inflados pelos usos políticos do momento (CHIRIO: 2006, p.78). Tais estimativas reforçam a importância do objeto de estudo da presente pesquisa como um fenômeno social abrangente.

Esta experiência traumática de estada forçada em outra nação causou efeitos desestruturadores - tais como, despersonalização e crise de identidade (ROLLEMBERG:1999, p.25). Em oposição a estes efeitos danosos, foram desenvolvidas estratégias de resistência - simbólicas ou reais - que objetivavam dar continuidade à identidade ligada à militância, entre elas a edição de uma imprensa no exterior. De acordo com o acervo consultado², existiram mais de 50 títulos diferentes de jornais e revistas editados entre 1964 e 1979 por organizações de heterogêneas orientações políticas. Muitos desses jornais promoviam a propaganda da organização que os mantinha, realizavam uma campanha internacional de denúncia aos crimes cometidos pela ditadura ou atualizavam os brasileiros sobre a dinâmica nacional.

¹ No total, 130 presos políticos brasileiros provenientes de diversas organizações foram atingidos pelo AI13 em decorrência da reivindicação por sua libertação durante os seqüestros de diplomatas estrangeiros. Em 1969, 15 presos políticos foram libertados no México durante o seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick. Em 1970 ocorreram outros 3 seqüestros: o cônsul japonês Nobuo Okushi, resultando na libertação de 5 militantes no México; o embaixador alemão, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, trocado por 40 presos políticos libertados na Argélia; e o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher que foi trocado por outros 70 enviados ao Chile.

² As coleções analisadas no âmbito desta pesquisa estão disponíveis para consulta no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) e no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Este acervo foi adquirido junto ao Archivio Storico Del Movimento Operario Brasileiro (ASMOB), da Fundação Giangiacomo Feltrinelli, de Milão.

O interesse da autora da presente dissertação por esta temática surgiu em 2008 (BARCELOS:2008) na ocasião do desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, intitulado como “Imprensa do Exílio” e apresentado à Faculdade de Comunicação Social da UFRJ. A referida monografia pretendeu relacionar seis títulos de periódicos editados em terras estrangeiras às diferentes fases do exílio propostas por Rollemberg (1999). A percepção de que as características desses jornais nem sempre coincidiam com a fase do exílio em que foram produzidos motivou a elaboração da monografia “A imprensa do exílio como prática de resistência: Um estudo de caso da Revista Brasil Socialista” (BARCELOS:2010), apresentada ao curso de História da UNIRIO. A referida pesquisa analisou a trajetória da revista “Brasil Socialista” para verificar características do período do “breve retorno” em publicações produzidas após a dispersão dos exilados pela Europa.

Entretanto, uma questão que se impunha após a conclusão destes trabalhos era a possibilidade de se estabelecer uma relação entre a manutenção de identidades, diante dos efeitos desagregadores do exílio, e as representações veiculadas nos periódicos. A própria diversidade do acervo indicaria que estes periódicos, mais do que informar aos exilados sobre a dinâmica brasileira, representavam uma forma de resistência ao governo estabelecido e aos efeitos desestruturadores do exílio, atuando assim no reforço de identidades.

Desta forma, para desenvolver estas análises, selecionamos duas coleções de jornais editados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)³: “*Voz Operária*”, editado na França entre 1976 e 1979, e “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, produzido na URSS entre 1975 e 1979. Os critérios adotados para tal recorte consideraram a perenidade mantida na edição dos referidos jornais – os periódicos analisados foram editados por um período de 3 a 4 anos ininterruptos, diferentemente dos 61,8% de exemplares da imprensa do exílio que não sobreviveram à 24 meses - bem como o apoio institucional recebido, já que as fontes analisadas receberam o auxílio de um partido estabelecido no cenário nacional e que mantinha vínculos com organizações internacionais. Contudo, neste momento inicial da pesquisa ainda não tínhamos clareza de que os critérios adotados para a seleção das fontes as aproximavam das características de uma imprensa institucional, neste caso uma imprensa comunista.

Além desta notória distinção entre o tipo de periódicos produzidos pelas diferentes

³ Um dos partidos políticos mais antigos do Brasil, o PCB foi fundado em Março de 1922 com o nome de Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista. Apenas em 1961 adotou-se a denominação Partido Comunista Brasileiro (PANDOLFI: 1995, p.23). Desde a sua fundação, seguiu o objetivo de promover a revolução proletária no Brasil e conquistar o poder político para realizar a transição do sistema capitalista para o socialista. Grande parte da vida política desta agremiação foi vivida na ilegalidade. Em 1922, três meses após a sua fundação, o partido foi fechado no governo de Epitácio Pessoa e apenas voltou a atuar na legalidade em 1927. Dez anos depois, todos os partidos políticos foram extintos no Estado Novo.

organizações, a trajetória do PCB em terras estrangeiras percorreu um caminho diferente daquele seguido pelos demais grupos da esquerda exilada. A bibliografia consultada (ROLLEMBERG:1999, VOLPE: 2005, QUEIROZ:1998) identifica 3 grandes vagas de deslocamentos de brasileiros no exterior. No momento subsequente ao golpe civil-militar, muitas personalidades inseridas na vida política organizaram suas partidas ou entraram para a clandestinidade em decorrência da instabilidade nacional. Contudo, o fluxo foi intensificado após o decreto do AI-5 em 1968⁴ devido ao acirramento da repressão que se seguiu às ações promovidas pela luta armada. Por fim, a última conjuntura diz respeito ao golpe de estado promovido por Pinochet, em 11 de setembro de 1973 no Chile. Tal fato provocou “o exílio dentro do exílio” uma vez que a violência empreendida pelo governo militar chileno motivou novas partidas em direção à Europa

O PCB, por outro lado, intensificou o fluxo de deslocamentos em um momento posterior aos demais segmentos da esquerda brasileira, na segunda metade da década de 1970. Algumas personalidades do partido já se mantinham no exílio ou na clandestinidade nos primeiros anos após a concretização do golpe militar - Luis Carlos Prestes, por exemplo, se estabeleceu na União Soviética no início dos anos 1970. Contudo, a ofensiva do regime militar se voltou contra o partido de forma mais contundente a partir de 1974, quando grande parte das organizações que promoviam a luta armada já havia sido desestruturada. O objetivo era desorganizar os segmentos da oposição legal que pudessem comprometer o projeto de abertura.

As reflexões desenvolvidas no âmbito desta pesquisa pretendem estabelecer um vínculo entre as diferentes estratégias discursivas adotadas nos textos publicados pelo PCB e o reforço de identidades entre os militantes, seja esta uma identidade “do exílio” ou institucional. Análises prévias demonstraram que as matérias institucionais - como por exemplo, as notas oficiais da comissão executiva, os textos sobre o aniversário da instituição e as mensagens de luto referentes a personalidades do PCB - proporcionaram a coesão do grupo em torno da comemoração. Por outro lado, os textos analíticos sobre a situação nacional demonstravam uma leitura autorizada do PCB sobre tais fatos ou representavam a introdução de novo temas para a sua discussão pública e a atuação institucional na educação partidária dos militantes.

⁴ O Ato Institucional número 5 (AI-5) aumentou o poder do Executivo diante do Legislativo por meio da autorização para aquela instituição legislar em todas as matérias atribuídas ao Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores em caso de recesso decretado por meio de um Ato Complementar. Além de conferir-lhe a atribuição de nomear interventores para estados e municípios, cassar mandatos de parlamentares, suspender os direitos políticos dos cidadãos, suspender a garantia de habeas corpus, entre outras.

Nestes casos, as publicações possibilitavam a atualização dos militantes - tanto os dispersos nos diferentes países onde o exílio foi cumprido, como aqueles que permaneceram no Brasil - sobre as novas perspectivas que se inseriram na pauta de discussão do PCB, atuando também na integração e pertencimento destes a uma “comunidade imaginada” (ANDERSON: 2008). A identidade partidária seria reforçada, neste caso, pelo compartilhamento, entre a comunidade de leitores, de representações vinculadas as três dimensões temporais: o passado nas matérias comemorativas, o presente nas leituras oficiais do partido sobre a dinâmica nacional e a projeção de futuro na introdução de novas temáticas para a discussão pública.

A análise de tais questões utilizará como referencial teórico as contribuições fornecidas pela história da leitura, sobretudo aquelas elaboradas por Robert Darnton (1990) e Roger Chartier (1990) na caracterização dos conceitos de “circuitos comunicacionais” e “práticas e representações”. O primeiro dos arcabouços teóricos mencionados refere-se à inserção das produções escritas em um circuito que engloba desde a codificação do pensamento em letra impressa, a confecção da base material para a informação e, por último, a decodificação da mensagem pelo público leitor. De acordo com tal perspectiva, as etapas de confecção do produto impresso interferem na interpretação e reinterpretação da mensagem pela comunidade de leitores.

A leitura de um jornal editado de forma artesanal por grupos de exilados de diferentes orientações políticas, por exemplo, gerava representações diferentes daquelas proporcionadas por uma revista oficial mantida por organizações que visavam promover sua circulação clandestina no Brasil. Por outro lado, a leitura individualizada destes exemplares também produzia significados distintos daqueles gerados pela leitura coletiva em reuniões organizadas para este fim ou pela própria socialização dos exemplares entre os círculos de contatos mantidos pelos militantes. Além disso, o idioma adotado nestes periódicos indica o público-alvo pretendido e o apoio de instituições internacionais foi determinante para garantir a perenidade e qualidade das publicações.

A categoria referente ao conceito de “práticas e representações” (CHARTIER: 1990) enfoca o processo de codificação e decodificação da mensagem. A materialização do bem simbólico exige a mobilização de determinadas práticas: a organização da revista, a captação de recursos, a produção dos textos, a edição do periódico, a distribuição dos mesmos, entre outras. Tais práticas geram representações sobre os fatos e acontecimentos veiculados, já que a seleção dos elementos que compõem as narrativas incorpora as perspectivas ideológicas das instituições que as produziram. A leitura deste material por um círculo de leitores produz

novas representações que embasarão novas práticas.

Entre os periódicos analisados pela pesquisa, constatamos que foi atribuído destaque às posições oficiais do partido. As matérias selecionadas para compor o clipping de notícias divulgado pela revista “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, por exemplo, eram reescritas para condensar a repercussão das mesmas em diferentes veículos da mídia brasileira ao longo do mês de referência. Já o jornal “*Voz Operária*” mantinha determinados espaços para divulgar posições oficiais do PCB sobre as notícias veiculadas na mídia brasileira, como por exemplo os subtítulos “As perspectivas dos Comunistas”, “Jornais publicam, Voz Operária comenta” e “Nossa opinião”, entre outros.

A leitura do conjunto de matérias contribuiu para constituição de novas representações entre os militantes, uma vez que a interpretação das notícias é feita a partir do referencial formado pelo universo simbólico sob domínio do leitor. Estas influenciavam novas práticas, como por exemplo, a alteração de determinadas condutas em decorrência da mobilização para os temas divulgados ou a organização de eventos para discutir a alteração da conjuntura nacional.

A análise das referidas questões utilizará fontes de distintas naturezas: periódicos, textos memorialísticos, entrevistas, revisão bibliográfica, entre outros. Esta multiplicidade de fontes pretende contribuir para a análise da estrutura partidária a partir da ação dos atores sociais que a constituem. Desta forma, utilizaremos entrevistas de caráter jornalístico e textos memorialísticos para reconstruir a experiência de sujeitos concretos e, assim, resgatar a subjetividade dos processos históricos. Para Rémond (1993), esta reinserção da primeira pessoa no discurso historiográfico, ou “guinada subjetiva”, possibilita a observação dos interstícios entre os sistemas normativos e o processo decisório individual, ou seja, as regras sociais e sua efetiva aplicação.

De acordo com Giovanni Levi (*in* FERREIRA: 2010), a utilização de fontes autobiográficas na contemporaneidade encerra uma ambiguidade, já que os textos, em geral, demonstram os processos de tomada de decisão, bem como apresentam a relação entre a diversidade de trajetórias e a homogeneidade de um conjunto de indivíduos representados por uma dada classe. Em relação às fontes produzidas sobre um partido, também nos deparamos com o efeito institucionalizador na conformação destas memórias.

Entre o conjunto dos textos memorialísticos produzidos por membros do partido, utilizaremos como fontes de análise as coletâneas “Memórias do exílio, Brasil 1964-19??”⁵

⁵ O projeto que originou “Memórias do Exílio, Brasil 1964-196??” (UCHÔA;RAMOS: 1978) foi motivado pelo contato no exílio com iniciativas de reconstrução da memória coletiva de migrantes políticos poloneses. O

(UCHÔA;RAMOS: 1978) e “Memória das Mulheres do Exílio”⁶ (COSTA, BRIGAGÃO:1980). Além das autobiografias: “Os Desconhecidos da História da Imprensa Comunista”⁷ (SOUSA:2005), “Memórias: Gregório Bezerra” (BEZERRA:2011)⁸, “Memórias de um intelectual comunista - Leandro Konder” (KONDER:2008)⁹, “Herança de um sonho: As memórias de um Comunista” (COELHO:2000)¹⁰ e “Luiz Carlos Prestes: O Combate por um partido revolucionário (1958-1990)”¹¹ (PRESTES:2012).

As coletâneas memorialísticas que foram analisadas no âmbito desta pesquisa pretendiam reconstruir a memória coletiva da experiência dos exilados brasileiros. Observamos que, nestas fontes, os discursos foram formados na tensão entre memórias individuais e o papel institucionalizador do partido, resultando na conformação de identidades e perfil de militância mais ou menos coesos. Também constatamos características comuns ao conjunto de textos: narrativa linear na qual apresentavam-se aspectos da trajetória de cada

contato prévio com os possíveis entrevistados, em dezembro de 1974, objetivava documentar as experiências e reflexões do exílio em toda a sua diversidade.

⁶ “Memória das mulheres do Exílio” (COSTA, BRIGAGÃO:1980) foi editada em 1980, no mesmo projeto que gerou Memórias do exílio: 1964- 19?? (UCHÔA;RAMOS: 1978) , com o objetivo de reconstruir a memória dos brasileiros que vivenciaram a experiência do exílio nas décadas de 1960 e 1970. A obra reúne 30 depoimentos, produzidos entre 1977 e 1978, de mulheres exiladas em diferentes países, além de cartas, poemas e entrevistas. O produto final pretendeu demonstrar a diversidade da experiência do exílio sem que isto representasse uma amostragem proporcional dos critérios definidos para a coleta de testemunhos. Os depoimentos reúnem um grupo heterogêneo, formado tanto por mulheres que acompanharam familiares exilados, donas de casa e domésticas, como por militantes de organizações de luta-armada.

⁷ “Os desconhecidos da imprensa comunista” reconstrói a publicação do jornal “Voz Operária” no Brasil a partir de depoimentos de ex-militantes do partido, sobretudo as declarações do responsável pela publicação, Raimundo de Sousa.

⁸ A memória de Gregório Bezerra constituiu-se por meio da ênfase a sua atuação prática. Neste contexto, defende-se que o papel do partido seria o de disciplinar o militante e de fornecer o arcabouço teórico necessário para orientar a sua ação. Este aspecto institucionalizador na conformação das memórias do militante é confirmado pela própria motivação para a elaboração das mesmas. Apesar de Bezerra ter começado a escrever sua biografia na prisão pós-1964, a sua conclusão foi uma tarefa atribuída ao autor pela direção do PCB (KONDER:2008, p.8). Além disso, este projeto mobilizou inúmeros militantes, entre eles Konder e Ferreira Gullar que revisaram os volumes, além de outros integrantes do PCB sediados em Moscou que datilografaram os originais. Cabe destacar que a obra de Gregório Bezerra é marcada pela riqueza de detalhes de uma memória vinculada a eventos traumáticos como a fome, a seca, a morte de entes queridos e suas detenções.

⁹ A autobiografia de Leandro Konder, como já está claramente marcado em seu título, reconstrói a trajetória intelectual do referido militante. O autor, que foi militante do PCB no período compreendido entre 1951 e 1982, abordou episódios de sua vida para apresentar a constituição de sua identidade como um intelectual a partir de leituras determinantes na sua formação.

¹⁰ A obra “Herança de um sonho: As memórias de um comunista” reconstrói a trajetória política de Marco Antônio Tavares Coelho. O texto apresenta um possível “embrião” de revolta identificado na infância do militante, mas que foi canalizado para a luta pelas mudanças sociais. O autor utiliza diferentes fontes, sobretudo bilhetes e cartas, para reconstruir suas memórias traumáticas.

¹¹ A biografia “Luiz Carlos Prestes: O Combate por um partido revolucionário (1958-1990)”, escrita por Anita Leocádia Prestes(2012), apresenta as disputas políticas no interior do PCB nas décadas de 1950, 1960 e 1970 entre os setores que reivindicavam a instauração de um governo revolucionário e aqueles denominados “Reformistas” em decorrência de suas posições conciliadoras. Verificamos a continuidade de posicionamentos políticos adotados pela autora da obra ao longo da década de 1970 e nos dias atuais – posto que o referido livro foi escrito em 2012 – o que ressalta as divergências existentes no interior do partido entre estes grupos e aqueles que promoveram a auto-crítica durante a conjuntura que antecedeu ao processo de redemocratização.

militante e as escolhas políticas que resultaram no exílio; dedicação exclusiva ao partido; a quase ausência de referências à vida pessoal dos militantes; o embrião da rebeldia em momentos pretéritos em decorrência do contato com as desigualdades sociais; e a solidariedade da classe trabalhadora. Conforme veremos, estas características também estão presentes nos textos comemorativos, homenagens e mensagens de luto veiculados nos periódicos analisados no âmbito da pesquisa.

Em contrapartida, grande parte destes textos foi produzida em um contexto de lutas políticas pela manutenção da coesão do PCB, seja no momento de retorno dos militantes para a reconstrução do partido após a experiência do exílio, ou na seqüência do racha interno posterior aos anos 1990. Este papel institucionalizador na gestão de memórias a fim de conformar uma identidade partidária é imprescindível para a compreensão da manutenção da coesão do grupo no exílio. Diante dos efeitos fragmentadores causados por tal experiência, o pertencimento ao partido e a militância política garantiram os referenciais para a manutenção da continuidade necessária à existência destes militantes em terras estrangeiras.

Além dos textos autobiográficos, também utilizaremos no corpo de análises entrevistas¹² de diferentes categorias. Entre estas, há entrevistas temáticas sobre a experiência na produção do jornal “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, promovidas pela autora com os editores Francisco Inácio de Almeida e Severino de Melo, em 2008.

Soma-se a estas entrevistas organizadas de acordo com a metodologia de História Oral, outras de caráter jornalístico. O depoimento de Milton Temer foi imprescindível para esclarecer nuances envolvidas na edição da “*Voz Operária*”. Por outro lado, a coletânea “O

¹² As entrevistas que seguiram a metodologia de História Oral foram realizadas ao longo do ano de 2008 no âmbito da pesquisa para o trabalho monográfico de conclusão de curso de Jornalismo da UFRJ. O contato com os entrevistados se configurou como uma das grandes dificuldades daquele projeto, uma vez que grande parte das revistas editadas por exilados políticos manteve seus organizadores anônimos ou ocultados por pseudônimos. No entanto, a partir de uma conversa com um dos ex-integrantes do PCB que esteve exilado no período considerado pela pesquisa, obtive o contato de Severino de Melo, o qual gentilmente me cedeu o seu depoimento. Este ocorreu no saguão do hotel no Rio de Janeiro no qual ele esteve hospedado para cumprir a agenda de um evento sobre o PCB. Severino foi muito solícito ao longo das quase 2 horas em que foi indagado. Posteriormente, ele me forneceu o contato de Francisco Inácio. Como este último residia no Rio de Janeiro, marcamos um encontro na cobertura de um prédio na cidade. Esta entrevista se diferenciou da primeira posto que a objetividade de Severino foi substituída por um relato difuso de Francisco que, ao longo das quase 3 horas em que revisitou o seu passado, constantemente se perdeu nos temas abordados em seu depoimento. Neste caso, a sua história pessoal quase se confundiu com a história institucional já que episódios significantes da trajetória do personagem estiveram marcados por eventos importantes do PCB. Por outro lado, a entrevista com Milton Temer foi mais recente, realizada em 2012, mas não desfrutou do contato pessoal presente nas anteriores. Obtive o seu contato através de um membro do PCB que me convidou para um evento que contaria com a presença de Temer. No entanto, o entrevistado, por não ter agenda, preferiu responder as perguntas do roteiro por e-mail. As três entrevistas para além de viabilizarem a experimentação das dificuldades e sucessos na execução da metodologia de História Oral, permitiram a observação da estrutura do partido através de personalidades que integraram seus quadros e o preenchimento de algumas lacunas encontradas nas fontes primárias.

PCB no atual quadro da política brasileira”¹³ (DEL PICCHIA: 1980) reúne entrevistas temáticas, realizadas em Roma por Pedro Del Picchia com 6 membros do comitê central do PCB, sobre questões candentes da política nacional¹⁴.

Outras fontes primárias utilizadas para a discussão das questões suscitadas pela pesquisa foram as coleções de jornais “*Voz Operária*” e “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”. O acesso a ambas coleções foi obtido a partir do contato com o Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) que atualmente detêm a guarda do fundo ASMOB. As coleções dos referidos periódicos contam com 40 exemplares, cada um com 8 páginas, totalizando cerca de 320 páginas no primeiro caso, e 46 exemplares com aproximadamente 64 páginas cada um, totalizando 2.944 páginas.

A escolha de tais fontes se deve a importância que os jornais e revistas adquiriram para a escrita da história na contemporaneidade. Apesar da ausência de um estudo mais contundente que estabeleça dados quantitativos sobre os trabalhos de história que utilizam os meios de comunicação como fonte, Ana Paula Goulart Ribeiro (RIBEIRO; HERSCHMANN: 2008, p.14) demonstra que a partir de um rápido levantamento dos anais do XXIV encontro da ANPUH foi possível constatar que 70% dos trabalhos sobre o século XX utilizavam os meios de comunicação, sobretudo a imprensa, como fonte primária.

A expressividade do número de trabalhos recentes que utilizam periódicos como fontes primárias ressalta a sua função como um “lugar de memória” (NORA:1993) contemporâneo que cristaliza memórias e viabiliza sua transmissão. Em razão da notoriedade desta categoria de fontes para a História do Tempo Presente, utilizaremos as coleções já mencionadas para compreender as representações que circulavam entre os exilados, sobretudo entre os militantes do PCB.

As referidas fontes primárias foram imprescindíveis para a reconstrução deste importante momento da história recente a partir da memória dos atores sociais que dele participaram. A presente dissertação está estruturada em 3 capítulos que discutem nuances da

¹³ Pedro Del Picchia foi correspondente internacional da Folha de São Paulo em Roma. A primeira de suas entrevistas com os membros do comitê central do PCB foi realizada com Salomão Malina em julho de 1979. Naquela ocasião, o dirigente se encontrava na região para representar o partido no XV Congresso do PCI. A esta entrevista se agregaram outras quatro realizadas na residência do jornalista em Roma durante uma “maratona” de 12 horas consecutivas. Armênio Guedes estava na Itália para participar da Conferência Internacional pela Anistia no Brasil em julho de 1979 e apresentou ao jornalista os dirigentes Gregório Bezerra, Hercules Correa, Luiz Tenório de Lima e Lindolfo Silva. O depoimento que encerrou o ciclo foi concedido em julho de 1979 por Zuleika Alambert, em Paris.

¹⁴ Entre os temas abordados pelas entrevistas efetuadas por Pedro Del Picchia em 1979 com representantes do comitê central do PCB estão: a democracia, movimento sindical, suposta tradição golpista do PCB, movimento dos trabalhadores rurais, reforma agrária, entre outras.

hipótese que orientou este trabalho, a saber o uso da imprensa como um elemento de coesão identitária entre os membros do PCB na condição de exilados políticos durante o pós-1964.

No capítulo intitulado “**Exílio: Exclusão política e resistência**”, discutiremos os efeitos danosos desta experiência, enfatizando a fragmentação de identidades implicada em tal processo. Destacaremos as particularidades envolvidas no exílio do PCB a fim de ressaltar a importância do estabelecimento de vínculos com uma instituição para a manutenção de uma dada identidade. Também ressaltaremos as diferenças concernentes ao exílio deste partido em relação à experiência dos demais segmentos da esquerda exilada a fim de compreender os distintos aspectos na constituição de uma “identidade do exílio” entre os mesmos.

A seção “**Imprensa do Exílio: Uma prática de resistência?**” abordará a edição de uma imprensa no exterior como uma estratégia de resistência, real ou simbólica, contra o regime militar brasileiro que atuava no reforço da identidade relacionada com a militância e na coesão do grupo. Confrontaremos as definições concernentes às categorias de imprensa “alternativa”, “comunista” e “exilada” de forma a definir o objeto de pesquisa. Também promoveremos a reconstrução da história da edição dos jornais do PCB - “*Voz Operária*” e “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” - a fim de entender as práticas envolvidas na organização, edição e distribuição dos mesmos.

Por fim, no capítulo “**Imprensa do Exílio: Representações identitárias**” abordaremos algumas das representações veiculadas nos jornais do PCB - “*Voz Operária*” e “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”-, estabelecendo vínculos com o reforço da identidade militante: os espaços onde o partido fala sobre si, os fatos periodicamente rememorados, a visão autorizada da instituição sobre acontecimentos brasileiros, a educação política sobre novas questões introduzidas nas pautas de discussões. Ao tornar públicas estas discussões através da imprensa, a agremiação promove uma identificação da comunidade de leitores com os seus projetos políticos e também com o seu ideal de militante.

2 Exílio: Exclusão política e resistência

2.1 Definições sobre o exílio contemporâneo

A permanência forçada em terras estrangeiras provoca efeitos desestruturadores no processo de reconstrução de identidade daqueles que foram obrigados a se deslocar. Esta prática de exclusão/anulação/fragmentação, herdada da Grécia Antiga, foi reapropriada pelo regime militar brasileiro para promover a eliminação política dos cidadãos considerados indesejáveis. Para compreendermos os efeitos desta traumática experiência para a esquerda brasileira, o capítulo que se inicia promoverá a discussão teórica sobre o significado geral do exílio contemporâneo¹⁵, enfocando as décadas de 1960 e 1970. Posteriormente, discutiremos as particularidades da experiência brasileira no pós-1964. Em seguida, analisaremos os elementos que distinguem a trajetória dos militantes do PCB em relação aos demais segmentos da esquerda brasileira. O objetivo é propor hipóteses que justifiquem a manifestação dos efeitos danosos do exílio de forma mais “branda” nos discursos comunistas em relação aos demais segmentos que vivenciaram esta experiência.

Primeiramente, devemos destacar que o exílio não foi uma inovação do regime autoritário brasileiro no pós-1964. Os registros mais antigos de uma deliberada exclusão de cidadãos de seu território natal se referem à Grécia Antiga. O ostracismo era uma prática da *polis* na qual eram eleitos, entre a população, cidadãos considerados uma ameaça às instituições democráticas. Caso estes obtivessem 6.000 votos, deveriam se manter afastados do território natal por um período de até 10 anos. Este degredo, inicialmente exercido com o objetivo de preservar a democracia contra a tirania, foi atualizado na contemporaneidade a fim de silenciar a oposição nos regimes autoritários que se instalaram na América Latina.

Apesar da origem desta forma de exclusão em tempos pretéritos, Said destaca que a questão do exílio é bastante moderna. Assim, a “(...) nossa época com a guerra moderna, o imperialismo e as ambições quase teológicas dos governantes totalitários, é, com efeito, a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa” (SAID:2003, p.47).

¹⁵ Os campos de concentração da II Guerra Mundial criaram os *Displaced Person*, pessoas que foram deslocadas de sua região natal e que não tinham um lugar para retornar em decorrência do rearranjo político na Europa após o término da guerra. Assim, a ONU criou uma organização permanente para promover o asilo ou repatriamento desta população, a Organização Internacional dos Refugiados (IRO)(QUEIROZ:1998, p.599). Contudo, uma definição geral do estatuto legal do exilado foi definida pela Convenção de Genebra, em 1951, a partir da Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas. A convenção estabeleceu padrões básicos, bem como definiu princípios e procedimentos para o tratamento dos refugiados – entre eles, a própria definição do termo, o princípio de “não devolução” ao país em que se sofre perseguição e a disponibilização de documentos de viagem. Apenas em 1961 houve a ratificação da convenção com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. Tal conceito também foi ampliado pela Convenção da Organização da Unidade Africana que visava proteger os refugiados africanos (ROLLEMBERG:1999, pp.37-38).

A prática do exílio nos dois momentos citados guarda uma evidente distância temporal, contudo podemos verificar a existência de elementos que garantem continuidade entre as mesmas, sobretudo a percepção do exílio como um castigo, a suspensão da cidadania e o seu caráter essencialmente político. Em ambos momentos, o degredo se constituiu como uma punição contra aqueles que de alguma maneira se opunham à ordem estabelecida. Desta característica também se deriva o seu caráter político já que, frequentemente, está associado à exclusão de vozes dissonantes, bem como a eliminação e isolamento da oposição.

Por fim, o afastamento do país natal implica na impossibilidade de participar dos assuntos públicos pátrios. Se na Grécia Antiga aquele que cumpria o ostracismo tinha seus direitos políticos suspensos¹⁶, em relação aos brasileiros do pós-1964, verifica-se que o exercício de tais direitos variou de acordo com a forma como ocorreram as partidas. Os banidos, por exemplo, se tornaram apátridas e lhes foi negada a posse de seus documentos expedidos pela Polícia Federal. Aqueles que partiram legalmente, por outro lado, saíram com seus próprios documentos e teoricamente não possuíam nenhum impedimento para exercer sua cidadania. Diferente de quem partiu com documentos falsificados e que já se encontrava comprometido com o governo estabelecido.

A primeira definição que se faz necessária à caracterização do exílio contemporâneo¹⁷ diz respeito ao próprio conceito deste termo. O exílio, tal como afirmou Rollemberg (1999, p.25), se configurou como uma prática de afastamento/exclusão/eliminação de um grupo social que desenvolvia atividades para modificar o *status quo*. Volpe (2005) acrescenta à definição de Rollemberg a caracterização do exílio como uma prática de silenciamento por meio do apagamento da memória coletiva sobre as versões de grupos sociais que contestaram a ordem estabelecida (VOLPE:2005, p.94)

Por outro lado, Queiroz (1998) destaca que a permanência forçada no exterior é uma experiência individual e inédita, por isso deve ser pensada sempre no plural. Conforme sinalizado por Rollemberg (1999,p.133), inúmeras variáveis influenciaram na estada em país

¹⁶ O cidadão condenado ao ostracismo perdia os seus direitos políticos por um período de 10 anos. Durante este período, não se violava a propriedade dos banidos e a sua família recebia a proteção do Estado que se comprometia a não lhes infligir danos. Após o término da punição, ele poderia retornar a cidade e reassumir plenamente sua cidadania.

¹⁷ A extradição pressupõe a assinatura de tratados entre países para a entrega de indivíduos acusados de terem cometido crimes comuns de forma que este receba as punições do país reclamante. Enquanto que a deportação não possui regulamentação explícita e consiste na exclusão do território nacional daqueles cuja estadia no país se tornou irregular. Ambas categorias se aplicam a estrangeiros, enquanto que o banimento tem como sujeito o indivíduo nacional. Este último pressupõe a existência de uma legislação específica que determina o desterro de determinado grupo de indivíduos. Por fim, a categoria “exilado” reúne as diferentes formas de se estar fora da pátria, voluntária ou forçosamente, mas cujo o retorno é interdito àqueles que partiram. (LUIZ: 2008, pp.21-22)

estrangeiro: a personalidade do exilado, sua faixa etária, os recursos disponíveis para garantir sua sobrevivência, o reconhecimento da comunidade, o conhecimento do idioma estrangeiro, o país em que ficaram estabelecidos, a propensão individual para se adaptar e a manutenção dos vínculos com a organização política.

Esta forma de se permanecer no exterior se diferencia das demais pelo seu caráter político, diferente do refugiado¹⁸, que se insere em uma categoria burocrática, e do migrante, cujas motivações são de ordem econômica. Em relação à decisão da partida, para o migrante esta é, ao menos teoricamente, uma decisão pessoal, diferente do refugiado que organiza sua saída em decorrência de “fundamentados temores” de perseguições no país natal e o exílio se configura como uma expatriação voluntária ou forçada (VOLPE:2005, QUEIROZ:1998, ROLLEMBERG: 1999, FLUSSER:2007).

Said acrescenta novos elementos a esta discussão ao considerar o exílio como uma condição espiritual, já que provoca a solidão e uma vida infeliz, estas derivadas da interdição ao retorno a pátria, mas também proveniente do estigma de ser um forasteiro. O conceito de refugiado foi uma criação do século XX para denominar os grandes deslocamentos humanos causados pelas guerras e que necessitaram do urgente apoio de instituições internacionais, o que confere a esta categoria um caráter político. O expatriado, por outro lado, é o indivíduo que saiu voluntariamente do seu país motivado por questões sociais e pessoais, mas que compartilha dos mesmos efeitos psicológicos do deslocamento presentes nos exilados. Por fim, o emigrado ao menos teoricamente pode escolher tanto sua partida quando o retorno (SAID:2003, p.54).

Este afastamento de um universo de referências, que garantia ao indivíduo a estabilidade necessária para uma existência normal, implica em efeitos danosos para os mesmos. Flusser considera que esta perda das referências provoca uma vivência absurda, sem raízes, sem fundamentos (FLUSSER:2007, p.19). Queiroz (1998) complementa tais afirmações com a caracterização dos sintomas daqueles que sofrem em decorrência das distâncias. Longe de sua pátria:

¹⁸ Considera-se refugiado aquele que “temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país” (ACNUR, <http://www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/refugiados>). Embora frequentemente sejam considerados asilados todos aqueles que solicitaram a proteção de outro Estado em decorrência de perseguições políticas e sejam denominados de refugiados aqueles que obtiveram este benefício, é possível estabelecer uma diferenciação mais complexa entre ambos conceitos. De acordo com Marques, o asilo se restringe a perseguições de caráter político e exige que esta tenha sido efetivada, contudo pode ser solicitado ainda no país natal. Por outro lado, o Estado receptor se ausenta de qualquer responsabilidade sobre o asilado. Em contrapartida, para com o refugiado há uma série de obrigações internacionais ratificadas por tratados.

Há quem sinta o apelo irresistível da querência à contemplação da paisagem – o céu e suas constelações, o mar, o rio, montanhas, florestas; à lembrança dos fatos da história – guerras, conquistas, vitórias, heróis ; à menção de artistas, escritores e poetas ou à lembrança de suas obras; à imagem, reprodução ou representação dos símbolos nacionais; à falta de sensações suscitadas pelo clima e pela latitude, por odores, cores, quadros, sabores, sons e música, próprios, todos eles, à geografia física, à botânica, à etnia, aos hábitos e aos costumes de cada povo e de cada lugar; à falência da comunicação diante da língua que se ignora, de gestos, mímica, ritos e mitos desconhecidos (QUEIROZ:1998, p.241)

O desejo de permanecer no país natal e a impossibilidade de fazê-lo resultou em consequências negativas para aqueles que vivenciaram esta experiência. Benedetti destaca como as “sete pragas do exílio” – o pessimismo, o derrotismo, a frustração, a indiferença, o ceticismo, o desânimo e a inadaptação (VOLPE:2005, p.99). Por outro lado, Rollemberg (1999, p.25) sinaliza como sintomas deste deslocamento forçado a despersonalização, desenraizamento e crise de identidade. Enquanto que Queiroz (1998, p.35) define como os “males da ausência”, a nostalgia e a dor de querer voltar para casa diante da impossibilidade de fazê-lo.

Tais sintomas se manifestam devido ao impacto do exílio sobre o processo de elaboração de identidades. Uma vez que, em decorrência de um papel social reconhecido por si e pelo grupo, o indivíduo é retirado bruscamente da pátria, onde estão presentes os referenciais que balizaram sua existência, e reinserido no anonimato. Este deslocamento provoca rupturas tanto no nível pessoal e familiar, com a separação de famílias, quanto no social e cultural, em decorrência da exclusão social de importantes elementos que contribuiriam para a discussão no país original de alternativas ao sistema vigente.

O exílio baseia-se no amor pela terra natal e nos laços que nos ligam a ela – o que é verdade para todo exílio não é a perda da pátria e do amor à pátria, mas que a perda é inerente à própria existência de ambos (SAID:2003, p.59).

Desta forma, a nostalgia, a apatia e o sofrimento - sintomas comuns àqueles que vivem longe de sua pátria – estabelecem uma relação estreita de causa e consequência com os elementos que conformam tal experiência: violência, identidade e compromisso. O exílio é o produto de uma violência, simbólica ou real, uma vez que o indivíduo é constrangido a se deslocar para garantir sua sobrevivência. Em relação aos militantes das esquerdas da América Latina nas décadas de 1960 e 1970, as práticas de violências também foram concretas por meio das perseguições, torturas e prisões empreendidas pelos governos militares.

Por outro lado, o desterro é uma questão essencialmente identitária, já que a chegada em terras estrangeiras é marcada pelo estranhamento. Longe da pátria, o indivíduo observa, analisa e compara os sistemas de referência pretéritos e presentes aos quais fora exposto, o

que lhe causa um choque cultural cotidiano. Viver no país de acolha significa participar, pelo consenso ou conformidade, do novo sistema sócio-cultural. Assim, o expatriado:

Será limitado, por motivos de língua, tradições e costumes, de participar normalmente da nova comunidade a que agora precisa pertencer. Além disso, ao considerar que a permanência no estrangeiro é transitória, ficará alienado no presente, o que causaria uma intensificação da tirania da vida interior refugiada nas lembranças que mitificam o passado (VOLPE:2005, p.98).

A permanência no exterior também representa a falência de um projeto político que fundamentava uma dada identidade. Razões estas pelas quais muitos exilados sofreram problemas psicológicos ou se fecharam em guetos nos países que os receberam. Com uma identidade mutilada, a proximidade com aqueles que vivenciam uma experiência similar, possibilitou a segurança necessária à estruturação da vida no exterior. Contudo as associações nas colônias também possuem aspectos negativos, conforme sinalizado pela advogada Anina de Carvalho:

“O lado negativo do exílio é a falta de adaptação. Se você chega numa nova terra e não fala a língua, tem péssimas condições materiais não consegue se integrar intelectualmente, o que acontece? Há o pessoal que se junta em panelas. E a panela não é boa, pois cultiva a fossa” (DE CARVALHO *in* UCHOA, RAMOS: 1978, p.55).

Observa-se que os efeitos danosos desta experiência são agravados pela relação de compromisso que o sujeito estabelecia no contexto anterior. O compromisso - com convicções políticas, com os militantes que pereceram na luta e com organizações revolucionárias - se manifestou em diferentes momentos ao longo do período em que ocorreu o exílio. A própria decisão de organizar a partida, geralmente, foi tomada entre a possibilidade de salvação e o compromisso com o projeto transformador desenvolvido na pátria. Para o referido grupo, “(...) tal decisão equivalia ao sacrifício da dignidade em prol da sobrevivência do corpo” (FLUSSER:2007, p.32). Razão pela qual, no caso brasileiro, muitos daqueles que partiram por conta própria foram denominados pejorativamente de “desbundados” por quem permaneceu na luta.

A permanência em terras estrangeiras tende a se converter em uma ação política a favor da causa que motivou a partida. Neste mesmo sentido, o *desexílio* (VOLPE:2005, p.120) é considerado um compromisso com todos aqueles que se mobilizaram para garantir o retorno. Se a saída do país foi uma imposição do regime político, a volta se configurou como uma decisão pessoal fundamentada por esta noção de responsabilidade em relação a um dado projeto.

Contudo, o exílio foi vivido de formas diferentes. Houve aqueles que se fecharam na nostalgia, outros o converteram em um lugar de resistência e de desenvolvimento do potencial criador. Said destaca que os exilados e emigrantes influenciaram em larga medida a moderna

cultura ocidental. O autor cita como exemplo os Estados Unidos, onde o pensamento acadêmico e estético traz consigo importantes contribuições dos refugiados do fascismo e do comunismo (SAID: 2003, p.46).

Impedidos de exercer uma determinada ação transformadora em sua pátria, os desterrados desenvolveram novas práticas de resistência no país de acolha que possibilitaram a continuidade com a militância. De acordo com Queiroz (1998), a expansão de horizontes em decorrência do contato com novas realidades possibilitou a liberação do potencial criador entre eles. Conforme mencionado pelo militante do movimento operário, José Barbosa:

Mas tomo o exílio como uma tarefa política, o que me ajuda a enfrentar todas as dificuldades. Não importa onde estejamos, podemos fazer um mínimo que seja pra continuar vivos politicamente, por um lado, trabalhando em relação ao Brasil, e, por outro, procurando criar as condições de ajudar a luta dos povos dos países onde estamos. É isso que chamo transformar o exílio em uma tarefa política (MONTEIRO *in* UCHOA, RAMOS: 1978, p.137).

Nestes casos, mais do que representar o isolamento, a expatriação também significou a liberdade da censura existente na pátria e uma nova possibilidade de se expressar. Livre das amarras no país que lhes oprimia, os desterrados se convertem em um *cidadão do mundo* (QUEIROZ:1998, p.277) que tem a possibilidade de observar a cultura do país acolhedor a partir das lentes de sua própria pátria.

O que os exílios vão provocar para a intelectualidade brasileira e principalmente para a militância política? A obrigatoriedade de um vestibular, de um conhecimento, de um treinamento, de internacionalismo. De compreender as realidades continentais, latino-americanas, internacionais.(...) Os ângulos de percepção sobre o Brasil mudam e se começa a perder a visão 'brasilocêntrica' e perceber o Brasil como parte de um sistema (SOUZA, Hebert *in* UCHOA, RAMOS: 1978, p.109).

Embora o exílio frequentemente esteja associado a vocábulos que se referem à distância, deslocamentos, partidas e chegadas, este também pode representar uma condição mental. Mesmo no território natal, o indivíduo pode se sentir marginalizado, alienado e isolado devido às limitações para a sua plena participação na vida nacional. Miriam Volpe denomina como *insílio* (VOLPE:2005, p.81) a condição na qual, embora não ocorra o deslocamento espacial, o isolamento e o receio de violação da integridade física pelo governo estabelecido os converteram em exilados.

Assim como o exílio territorial é uma ausência que pode ser compensada pela nostalgia e pelo desejo de retorno ao país de origem, o insílio, no sentido aqui exposto, seria um vazio que pode ser preenchido através do sonho de se desfazer a alienação (VOLPE:2005, p.84).

Além da percepção de que a transferência forçada representa um afastamento, seja ele espacial ou subjetivo, do universo de referências presentes na pátria, deve-se considerar o caráter temporal presente nesta experiência. Frequentemente os expatriados sentem o

destempo (VOLPE:2005, p.82), ou seja, mais do que se afastar das paisagens, rostos, cheiros e gostos presentes no país natal, o exilado sente que perdeu o tempo em que se desenvolveram os fatos e acontecimentos naquele território.

Por isso, ao defrontar-se com o presente, que já não é nem pode ser o passado preservado na lembrança, não mais encontra o que tinha como propriedade sua, inalienável. E sente-se roubado. Porque lhe roubaram o tempo. E, com ele, a juventude, a vida dos amigos e parentes, as músicas, o vocabulário e a gíria, a moda, os usos e costumes, os bares, a paisagem, os cheiros e os ruídos, as luzes da cidade... (QUEIROZ:1998, p.339)

A questão do tempo está constantemente presente na vida dos expatriados. Estes, freqüentemente, vivem entre duas dimensões: o passado de ações gloriosas e a expectativa de retorno no futuro. Assim, sua existência é conformada neste tempo transitório, sempre a espera da alteração da conjuntura que permita o retorno ao país natal. Por isso, é recorrente nestes relatos a percepção de que a permanência no exterior seria breve, conforme o depoimento do jornalista José Maria Rabelo:

Nós todos, por isso mesmo, tínhamos a ilusão de que o exílio seria uma coisa curta. Eu me lembro inclusive da declaração que fiz pouco antes de tomar o avião. Mandeí aos jornais, e o ‘Correio da Manhã’ publicou com bastante destaque, uma nota que começava dizendo que nós partíamos para um breve regresso. Foi com essa idéia que quase todos nós deixamos o Brasil” (RABELO *in* UCHOA, RAMOS: 1978, p.147).

O exílio como uma prática de anulação política implicou em efeitos danosos para a elaboração de identidades daqueles que passaram por este processo. Conforme já observamos, tal efeito é potencializado no grupo social estudado, já que esta experiência se configura como uma consequência da identidade militante e da aplicação de projetos transformadores para a sociedade. No tópico seguinte analisaremos as condições gerais nas quais ocorreu o exílio entre os diferentes segmentos da esquerda brasileira no pós-1964.

2.2 Contextualização do exílio da esquerda brasileira no pós-1964

O exílio entre a esquerda brasileira nas décadas de 1960 e 1970 se configurou como um fenômeno social abrangente, dado o montante de deslocamentos humanos que foi efetuado no período considerado. Discutiremos a trajetória seguida pelos brasileiros no exterior no pós-1964 a partir da contextualização histórica deste fenômeno e da análise discursiva dos depoimentos de ex-exilados. Objetivamos, com isso, compreender esta categoria de deslocamento empreendido pelo grupo em questão à luz da bibliografia recente sobre o tema.

De acordo com Rollemberg (1999, p.48) o exílio da esquerda brasileira no pós-1964 visou a eliminação e silenciamento da oposição, exercendo efeito semelhante às torturas, assassinatos, desaparecimentos e prisões que ocorreram nos porões da ditadura. Tais

afirmações são corroboradas por Roniger, o qual considera o exílio no século XX como um mecanismo de controle e exclusão com menor custo político em relação à prisão e às penas de morte (RONIGER: 2010).

O sistema repressivo que resultou nestas partidas forçadas era fundamentado pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, criada pelos EUA e adaptada pela Escola Superior de Guerra (ESG). De acordo com esta doutrina, no contexto da Guerra Fria, o Brasil se encontraria vulnerável ao comunismo o que justificaria a “guerra interna” e a repressão contra as idéias divergentes (MARQUES: 2011, p.37). Esta noção de “guerra interna” foi a base de inúmeras formas de repressão desencadeadas no território nacional, como prisões, torturas, desaparecimentos e o exílio.

Chirio (2006) estima que cerca de 5.000¹⁹ a 10.000 brasileiros se estabeleceram forçosamente no exterior durante o referido período. Grande parte destes correspondia a uma classe média, escolarizada e intelectualizada, embora também fizessem parte deste grupo operários e camponeses (ROLLEMBERG:1999, p.53)²⁰. Esta estimativa sobre o quantitativo de brasileiros exilados foi elaborada por meio dos dados fornecidos pela imprensa no momento de retorno, o que a torna imprecisa devido à diversidade das formas nas quais ocorreram as partidas e os usos políticos destes dados no referido momento.

Embora a experiência do exílio tenha sido vivenciada de forma individual é possível estabelecer algumas categorizações que, longe de pretender esgotar a diversidade de tal experiência, se configuram em um artifício metodológico para elucidar o tema. Entre os exilados brasileiros no pós-1964, as partidas geralmente ocorriam de forma legal, clandestina ou oficial. O primeiro caso se refere às saídas nas quais os brasileiros atravessaram as fronteiras portando passaporte expedido pela Polícia Federal e não encontraram impedimentos

¹⁹Dados do Comitê Intergovernamental para Imigrações Européias informam que 327 (ROLLEMBERG:1999, p.169) brasileiros solicitaram recursos para organizar o retorno ao Brasil no período compreendido entre 1979 e 1984. Esta mesma instituição estima que 1.500 brasileiros foram obrigados a permanecer no exterior durante o referido período. Contudo, estes valores estão muito aquém do quantitativo de exilados já que, conforme veremos, registros da Anistia Internacional mencionam que 1.200 (ROLLEMBERG:1999, p.278) brasileiros deixaram o Chile após os eventos de 1973. A discrepância nos valores está relacionada com as diversidades das formas de retorno. Após o decreto da Lei da Anistia, muitos exilados retornaram com os seus próprios recursos, outros permaneceram na Europa.

²⁰ Em relação à totalidade dos militantes que atuaram na luta armada, Marcelo Ridenti traçou um perfil destes a partir da tabulação dos dados sobre os processados pelo governo que estão disponíveis no projeto *Brasil Nunca Mais*. Segundo estes dados: 51,8% tinham até 25 anos quando processados; e 34,1% tinham entre 26 e 35 anos. Sobre o nível de escolaridade, 29,6% tinham nível universitário incompleto e 29,1% já possuíam diploma universitário. Os dados sobre o gênero dos militantes processados indicam que 16% dos ligados a organizações de esquerda eram mulheres e esta porcentagem se amplia quando consideramos apenas as organizações da esquerda armada, 18,3%. Ainda segundo o levantamento de Ridenti, 35,5% eram estudantes; 23% professoras; 12,2% trabalhadoras de nível médio; e apenas 1,7% trabalhadoras manuais. Do total de mulheres, 73% podem ser consideradas como camadas médias intelectualizadas (ABREU: 2010, pp.73 - 74).

burocráticos no embarque para o exterior. Em muitos destes casos, a viagem era justificada pelo turismo ou pela realização de cursos acadêmicos.

A advogada Anina de Carvalho, perseguida por atuar judicialmente na defesa de presos políticos, não informa nos seus relatos os detalhes de como ocorreu a sua saída do Brasil. Alguns indícios levam a crer que ela partiu legalmente, já que não era militante de nenhuma organização e não relata constrangimentos para pegar um voo em direção ao Chile. Mesmo assim, encontrou dificuldades para obter seus documentos e, principalmente, para estabelecer contato com os seus filhos que permaneceram no Brasil.

A sentença que tirou a guarda das crianças se baseia unicamente em motivos políticos, junto com uma entrevista minha ao *Le Monde*, e o juiz no Brasil declarou que eu era uma má cidadã, sem condições cívicas para educar duas pequenas brasileiras. E até hoje eu não consigo o direito de visita, o direito de minhas filhas me visitarem aqui. O juiz respondeu que se eu quisesse ir vê-las que fosse ao Brasil (DE CARVALHO in UCHOA, RAMOS: 1978, p.65).

Há ainda aqueles que consideram as migrações no Brasil - motivadas pela vida clandestina neste país ou por acompanhar familiares militantes – como o primeiro exílio devido à solidão, o isolamento, a mudança de referenciais e, em alguns casos, a impossibilidade de assumir a própria identidade. Podemos observar tais questões no depoimento de Therezinha Rabelo. Ela se mudou para Belo Horizonte em decorrência da atuação de seu marido – que também era membro do Partido Socialista - José Maria Rabelo, na edição do jornal *Binômio*:

Sempre digo que meu primeiro exílio foi a mudança do Rio para Belo Horizonte. (...) Muitas vezes estava sozinha e ficava olhando aquelas montanhas imensas, cheias de ferro, tão imponentes e ao mesmo tempo tão tristes, e tinha então o mesmo sentimento que mais tarde vim a ter tantas vezes no exílio: a distância de meu meio, a saudade da família, uma idéia terrível de solidão. (RABELO in COSTA, BRIGAGÃO:1980)

Por outro lado, ocorreram partidas clandestinas. Nestes casos os militantes, recorriam a uma rede logística da organização política para providenciar as transferências. Estes, muitas vezes, recebiam documentos falsificados já na clandestinidade e, sob orientação da organização, atravessavam fronteiras situadas em locais remotos do país. Já no exterior, poderiam entrar em embaixadas para regularizar a sua situação ou se manter clandestinos no país de acolha.

Hebert de Souza, o Betinho, precisou do auxílio logístico da organização para preparar sua partida ao Chile:

Sou levado até o lado da fronteira por um companheiro, passo pelo Paraguai, vou pela Argentina e entro no Chile. O fantástico dessa história toda é que para sair do Brasil peguei uma carteira. (...)Então escolhi a [carteira de identidade] de [um homem] 10 anos mais velho, porque a carteira era mais velha também. E aí tiro uma [cópia] xérox esse é o esquema de saída. Através de um contato consigo um documento que me dá uma certa cobertura, e passo mostrando a [cópia] xérox pelo Paraguai, Argentina e só

vou encontrar alguém que me pergunta pela verdadeira carteira no Chile, onde eu já me considerava a salvo (SOUZA *in* UCHOA, RAMOS: 1978, p.94).

As partidas oficiais ocorreram por meio da intervenção de embaixadas estrangeiras que mediarão as partidas ou pelo estatuto do banimento. Este último foi um procedimento jurídico criado pelo AI-13, em setembro de 1969, para punir os presos políticos trocados por diplomatas estrangeiros após o seqüestro do embaixador americano, Charles Elbrick. Assim, determinava-se o “banimento do território nacional ao brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”²¹.

O retorno destes militantes, por outro lado, foi inviabilizado pelos riscos ao enquadramento no AI-14, de 5 de setembro de 1969, que previa a pena de morte e a prisão perpétua em casos de “guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”²².

Outro critério de classificação da estada no exterior considera o estatuto daqueles que se deslocavam – exilado, refugiado e migrante. Conforme já observado, o exilado é uma categoria geral de caráter político para denominar aqueles que foram impossibilitados de retornar à pátria. Já o refugiado possui conotação burocrática e o migrante se caracteriza por suas motivações econômicas. Contudo, os militantes transitaram por estas diferentes categorias, de acordo com a adaptação ao país receptor.

Em relação ao caso brasileiro, encontram-se na condição de refugiados os militantes que estiveram no Chile durante o golpe de Pinochet. Impossibilitados de retornar ao Brasil, devido a sua atuação política naquele país, mas também impedidos de permanecer no Chile, devido à violência do governo estabelecido, necessitaram do apoio de instituições internacionais para promover as transferências – em especial, a Anistia Internacional, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME) e Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) (ROLLEMBERG:1999, p.171).

Por outro lado, inserem-se na categoria de migrantes os indivíduos que partiram voluntariamente do país em busca de melhores condições de vida ou de uma remuneração mais vantajosa. Consideram-se migrantes, os brasileiros que partiram para as ex-colônias portuguesa na África que passavam pelo processo de reconstrução nacional na segunda metade da década de 1970. Nestes casos, o deslocamento foi influenciado pela busca de postos de trabalho mais qualificados e de melhores condições de vida.

²¹ AI-13: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=13>).

²² AI-14:

http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=14&tipo_norma=AIT&data=19690905&link=s

Contudo, tais categorias não abarcam as diferentes formas de permanecer no exterior entre os militantes brasileiros. Os banidos, por exemplo, tiveram suas partidas determinadas pelo governo militar e não necessitaram da intervenção de instituições internacionais para intermediar as transferências. Os mesmos chegaram ao exterior na condição de apátridas, sem portar seus documentos oficiais. Além disso, o retorno ao Brasil era impossibilitado pelos “fundamentados temores” de perseguição pelos órgãos oficiais de repressão.

Por outro lado, os militantes que saíram do país clandestinamente ou legalmente não podem ser inseridos na categoria de migrantes já que suas partidas não foram necessariamente voluntárias e nem motivadas por questões de caráter econômico-social. Ao cruzar as fronteiras portando documentos ilegais e ao organizar viagens turísticas ou acadêmicas, verificam-se os temores da repressão em um possível fechamento do regime e a própria discordância com o governo estabelecido. Por outro lado, o retorno muitas vezes implicaria em constrangimento em instituições de repressão para justificar a passagem pelo exterior.

Portanto, entre as categorias apresentadas, o conceito que mais se adequa à diversidade de formas de permanência forçada no exterior entre os brasileiros é o “Exílio”. Uma vez que este se define pela derrota de um projeto político transformador para a sociedade, o que impeliu a saída destes indivíduos, mas cujo retorno foi inviabilizado pelo receio de perseguições efetuadas pelos atores sociais do projeto político vitorioso. Desta forma, elimina-se os limites impostos aos demais conceitos, como por exemplo, o caráter voluntário das migrações e a necessidade de reconhecimento por instituições internacionais no caso dos refugiados. Independente de como ocorreram as partidas destes militantes, a insegurança para o retorno os converteu em exilados.

Outra forma de categorização das transferências considera o grau de adaptação ao país de acolha. A bibliografia consultada (ROLLEMBERG: 1999; VOLPE: 2005; QUEIROZ:1998) identifica três momentos que marcam a permanência forçada em terras estrangeiras: o estranhamento, a adaptação e a aculturação. A classificação de Volpe e de Queiroz apresentam a generalização de tal critério. Rollemborg, por outro lado, promove uma análise específica para o caso brasileiro, conjugando dados da conjuntura nacional e internacional.

Em relação ao caso brasileiro, o primeiro momento situa-se temporalmente entre 1964, ano em que ocorreu o golpe civil-militar, e 1973, quando houve a deposição de Allende, no Chile. Esta primeira fase foi marcada pela noção de um “breve retorno” na qual o exílio era pensado como um “tempo em suspenso” necessário para escapar das perseguições e para organizar o reingresso à luta - razão pela qual muitos militantes permaneceram na América

Latina. Assim, o território do exílio ainda não era percebido como um espaço de lutas.

Volpe (2005, p.100) considera que a chegada ao exterior é marcada pela forte ligação com a terra natal para a qual se deseja retornar. Após a mudança brusca de contexto, procura-se dar permanência aos referenciais que ficaram para trás, por isso a militância é vivida integralmente. Impedido de ter uma existência plena no país para o qual fora deslocado, o exilado é condenado a viver de sonhos.

Esta fase engloba tanto os brasileiros da geração de 1964, que percebiam o exílio como um rearranjo das elites, quanto a geração de 1968, que partira para o exterior em decorrência de sua atuação na luta armada. As “saídas” foram organizadas tanto de forma voluntária ou por imposição da organização política que, freqüentemente, fornecia apoio logístico para a organização dos deslocamentos. De acordo com Rollemberg (1999, p.63), se o exílio da geração de 1964 era um projeto coletivo que freqüentemente envolvia toda a família, inclusive as mulheres que partiam para acompanhar seus maridos, em contrapartida, para a geração de 1968, ele se configurava como um projeto individual.

A partir de setembro de 1970, com a eleição de Allende para a presidência no Chile, este país atraiu militantes da esquerda provenientes de diferentes países da América Latina, empolgados com a experiência socialista implantada após a vitória da Unidade Popular. Após 100 dias em que durou o governo de Allende, o agravamento das tensões neste país culminou com um dos mais violentos golpes de estado que atingiram a América Latina²³.

Hebert de Souza, em seu depoimento, relata a traumática experiência de vivenciar o golpe de Pinochet, no Chile:

A experiência de ver a Moneda ser bombardeada, saber do assassinato de Allende dentro do palácio, o silenciamento das rádios, a invasão das ruas pelas tropas militares, os assassinatos durante as noites, os tiroteios ininterruptos noite a dentro, o pânico e o significado desta derrota de um movimento de milhões e milhões de pessoas, foi algo mais grave para mim, mais chocante que o próprio golpe de 64 (SOUZA, *in* UCHOA, RAMOS: 1978, p.103).

A segunda fase do exílio se iniciaria com a dispersão dos brasileiros²⁴ pela Europa após o golpe de Pinochet em setembro de 1973. Ao atravessar o oceano, os exilados entraram em contato com novas culturas, idiomas e paisagem, ampliando a sua noção de pátria (VOLPE: 2005, p.104). Conforme veremos adiante, neste momento, viveu-se simultaneamente os antigos referenciais que balizaram sua existência e os novos encontrados

²³ Estima-se que apenas na primeira semana em que houve o golpe de Pinochet, houve cerca de 30.000 mortos em uma população de nove milhões (ROLLEMBERG: 1999, p.170)

²⁴ A América Latina assistiu a sucessiva instauração de governos militares no continente: Uruguai (1973-1985), Paraguai (1954-1989), Chile (1973-1990), Panamá (1968-1989), Bolívia (1971, 1978), Peru (1968-1980), Guatemala (1954-1986), Nicarágua 1976-1979), Argentina (1976-1983), Honduras (1963-1981) e El Salvador (1931-1979) (MARQUES: 2011, pp35-36).

no país de acolha.

O governo militar chileno demonstrou sua truculência através das prisões em massa no Estádio Nacional e nas comissárias de polícia, simulações de fuzilamentos, torturas e etc. Após momentos de angústias nas embaixadas estrangeiras e nos refúgios no Chile, os brasileiros receberam o salvo-conduto que possibilitava sua saída do país. A França, Suécia e Suíça foram os primeiros países a recebê-los.

Aqueles que obtiveram o asilo político, geralmente, conseguiam auxílio do país de acolha e de instituições internacionais, ou da sociedade civil, para arcar com as despesas de habitação e alimentação. Em alguns casos a autorização de trabalho ou de estudo estava relacionada ao recebimento de bolsas e à realização de cursos para o aprendizado do idioma dos países em que o referido grupo esteve estabelecido.

Para muitos, o contato com novas línguas, climas e paisagens, diversos daqueles existentes no continente natal, promoveu o reconhecimento da impossibilidade de um retorno imediato para a reintegração à luta. Outros, apenas no momento em que obtiveram a posse de documentos que regularizavam a sua condição de refugiados perceberam que o exílio realmente havia começado. O frade dominicano Magno José Vilela, acusado no Brasil de fornecer assistência a pessoas comprometidas com o governo militar, relata como foi a sua chegada à França:

Choque que me veio, sobretudo dos meus papéis de identidade, dados pela polícia francesa, isto é, a carta de residente estrangeiro, a carta de refugiado político. Essa ‘certidão’ civil, mais o frio e a saudade, me fizeram descobrir que o exílio havia começado”(VILELA *in* UCHOA, RAMOS: 1978, p. 210).

Também é característica desta fase a necessidade de ingresso no mercado de trabalho para garantir a sobrevivência. Com isso, ex-guerrilheiros, membros de agremiações políticas e personalidades que atuaram no movimento estudantil viraram trabalhadores e estudantes. Neste momento, verifica-se o rebaixamento profissional, principalmente entre os militantes da geração de 1968, já que o desconhecimento do idioma e a não definição da vida profissional no Brasil contribuiu para que estes ocupassem postos de trabalho que não exigiam qualificação.

Um outro aspecto da dimensão espacial são as passagens pela ‘escala social’: figuras nacionais que passam ao quase anonimato, profissionais que retornam ao nível estudantil, pessoas super-ativas que passam à quase marginalidade dos processos sociais por imposição das circunstâncias, estudantes que se profissionalizam em organismos internacionais, etc.(UCHOA, RAMOS: 1978, p.13).

De acordo com Volpe (2005), a maior adaptação à nova realidade é marcada pela exploração do potencial criador viabilizado pelo contato com as novas culturas. Assim, há a

expansão do sentido de transformação social e da própria militância por meio do exercício de novas práticas políticas – como as atividades culturais, iniciativas políticas e a criação de grupos de debates – bem como a discussão de temas até então ignorados pela esquerda brasileira – a exemplo do feminismo, homossexualismo, preconceito racial e questão ambiental.

A partir de então se substitui a “Revolução” (Rolleberg:1999, p.57) por temáticas referentes à democracia e aos direitos humanos nas discussões realizadas pelos exilados. Por outro lado, a chegada à Europa de militantes que traziam em seus corpos as marcas da tortura, colaborou para a desmoralização do governo militar brasileiro no cenário internacional.

A última fase do exílio não possui uma datação cronológica. Mas é caracterizada pela adaptação ao país de acolha e pelas migrações em buscas de melhores condições de vida. Neste momento, muitos exilados se dirigiram para as ex-colônias portuguesas na África que passaram pelo processo de libertação nacional em meados da década de 1970. Assim, houve o gradual afastamento do projeto político que originou o exílio e o maior comprometimento com a realidade político-social local.

“A longa permanência fora de casa tanto desfigura o rosto e o corpo como altera a marcha, corrompe o sotaque, modifica os costumes, tornando estrangeiros e até irreconhecíveis o infeliz retornado” (QUEIROZ:1998, p.42).

Este período coincide com o processo de discussão da Lei da Anistia (Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) e a possibilidade de concretização do retorno ao Brasil. Desta forma, o retorno para o referido grupo, ou o “desexílio” no final da década de 1970, ocorreu em um contexto muito diferente. A volta para a reintegração a luta foi substituída por um retorno consentido por meio de uma lei elaborada nos limites do regime.

Volpe (2005, p.129) considera, embora suas análises se mantenham restritas a realidade uruguaia, a Lei da Anistia como um pacto coletivo para esquecer, já que a Nação não seria formada apenas pelos aspectos comuns de uma identidade nacional, mas também pelos esquecimentos promovidos para manter a coesão social. No entanto, a autora destaca uma incoerência no uso do termo. O amnésico sofre uma amputação traumática do passado e se esforça constantemente para recuperá-lo, diferente do esquecedor que escolhe amputar tais memórias pela evasão da responsabilidade em gerenciá-las. Portanto, a referida lei seria um esquecimento autoritário imposto à comunidade.

As mudanças no estatuto dos brasileiros que se deslocaram no exterior no pós-1964 denotam os diferentes processos de reconstrução de identidades no exílio. Conforme vimos, muitos militantes que participaram ativamente na luta armada, ao longo dos anos de exílio se

transformaram em trabalhadores e estudantes que migraram para regiões que lhes proporcionassem melhores condições de vida. Esta variação no constante processo de reconstrução de identidades também pode ser justificada pela desestruturação das organizações políticas das quais eram integrantes durante a segunda metade da década de 1970. A perda dos vínculos políticos que garantiam coesão à identidade anterior possibilitou a imersão de novas identidades, permitindo a estes militantes a sua reinvenção no exterior.

Por outro lado, os membros do PCB seguiram um trajeto diferente no exílio. As formas como se procederam as saídas, os países para os quais a organização determinou o asilo, o apoio de um partido com fortes vínculos internacionais e a experiência posterior com a vida clandestina se constituíram como elementos que possibilitaram a aglutinação do grupo diante da desagregação de identidades provocada pelo exílio. Desta forma, a identidade partidária se sobressaiu em relação à identidade como exilados. Também verificamos no referido grupo alguns conflitos com a instituição da qual faziam parte, como a aproximação com o Eurocomunismo e a inclusão de novas temáticas nas suas pautas de discussões. No tópico seguinte, analisaremos as particularidades dos deslocamentos entre os membros do referido partido em relação aos demais grupos da esquerda exilada.

2.3 Especificidades do exílio do PCB

Os militantes do PCB cumpriram uma trajetória muito particular no exílio pós-1964 em relação aos demais segmentos da esquerda. Conforme observaremos, a categorização das fases do exílio proposta pela bibliografia consultada (ROLLEMBERG: 1999; VOLPE:2005; QUEIROZ:1998) não se aplica a este caso, uma vez que durante a estada no exterior a identidade partidária destes se manteve de forma mais contundente, inviabilizando a adaptação e a aculturação presentes nos demais grupos. Assim, tais militantes vivenciaram esta experiência ainda na perspectiva de um “breve retorno” por meio do exercício integral da militância e do preparo para o restabelecimento dos projetos políticos no Brasil.

Diferente de grande parte dos militantes que se exilaram após 1968 em decorrência de sua atuação na luta armada - muitos destes jovens secundaristas e estudantes universitários -, os membros do PCB eram personalidades já inseridas no cenário político nacional. Desta forma, quando se procederam as partidas, estes já estavam definidos profissionalmente. O PCB também já possuía uma experiência prévia de vida na clandestinidade devido aos quase 60 anos de vida ilegal no período compreendido entre 1922, ano da fundação desta agremiação, e 1992, quando a instituição foi oficialmente extinta. O próprio Prestes havia

cumprido exílio na URSS entre 1931-1934 (PRESTES:1992 ,p.192). Além disso, o apoio de um partido com fortes vínculos internacionais garantiu a ajuda material necessária para a estruturação da vida em terras estrangeiras.

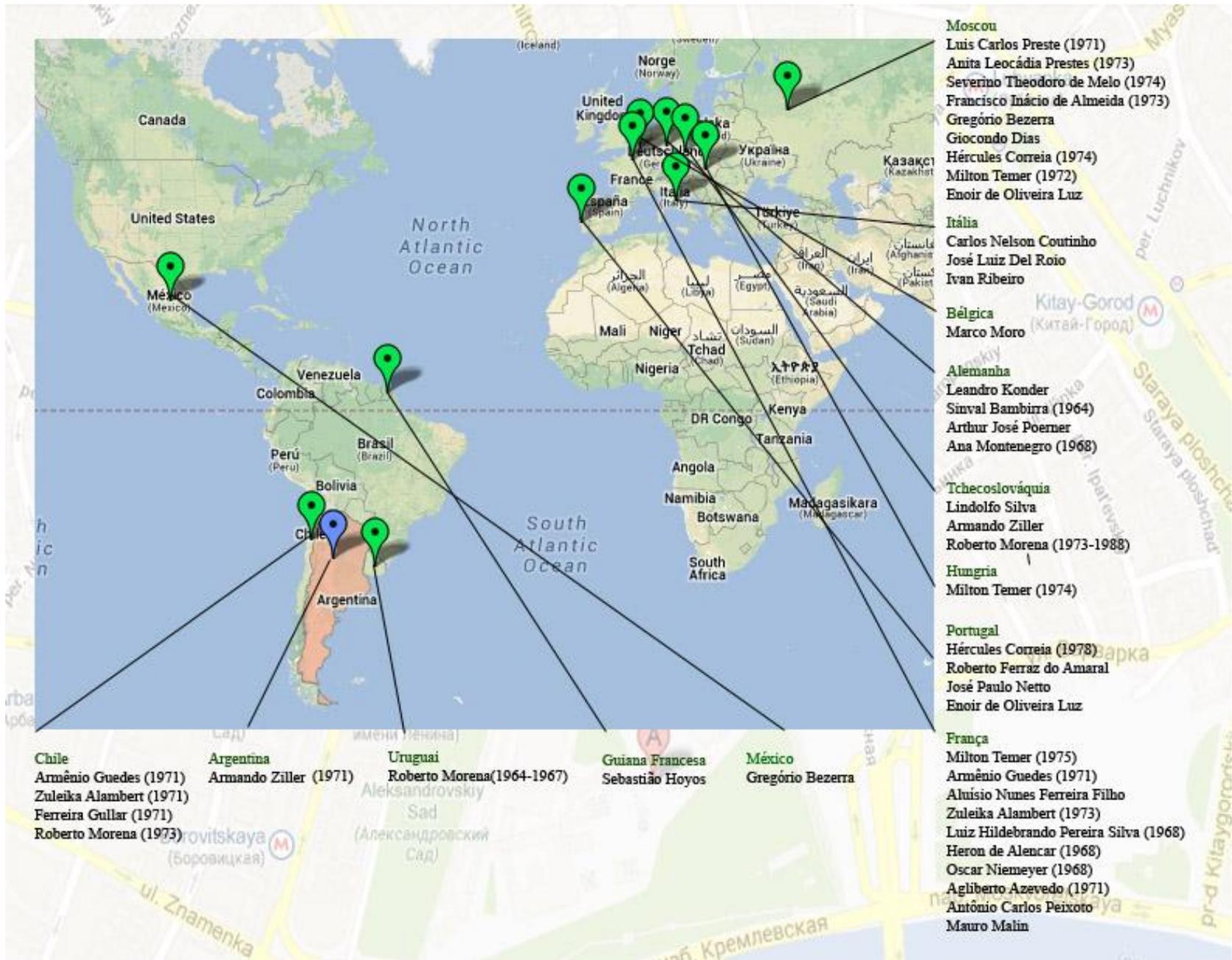
Os marcos temporais das transferências dos membros do PCB se diferenciam em relação aos demais segmentos da esquerda brasileira. Os militantes provenientes da luta armada organizaram suas partidas após o acirramento do regime com o decreto do AI-5, em 13 dezembro de 1968. Os membros do PCB, por outro lado, deixaram o Brasil de forma bem dispersa, com incremento deste fluxo na segunda metade da década de 1970.

De acordo com os dados reunidos sobre os trajetos dos militantes do PCB no exílio (ANEXO 1), é possível concluir que cerca de 94% passaram pela Europa, enquanto que 21,2% estiveram na América Latina. Observamos, por outro lado, a ausência de referências sobre o exílio no continente africano entre a amostragem analisada. Embora seja expressiva a diferença entre o quantitativo de exilados na Europa e na América Latina, não podemos afirmar que este significativo deslocamento à Europa ocorreu na conjuntura do segundo exílio na década de 1970 – quando também foi deliberada a transferências do comitê central do PCB para o exterior - devido à ausência de informações sobre o período em que os quadros do PCB se dirigiram aos países nos quais cumpriram seus respectivos exílios.

Se relacionarmos as informações sobre o trajeto dos militantes deste partido e o conceito de capitais do exílio proposto por Rollemberg (1999), verificamos que 12% do grupo analisado se dirigiu ao Chile, enquanto que 30,4% estiveram na França. Por outro lado, não obtivemos referências nesta amostragem sobre a estada de militantes do PCB no Uruguai.

Em relação aos diferentes caminhos seguidos pelo comunismo internacional, observamos que 39,4% da amostragem cumpriram parte do exílio em países que na década de 1970 estiveram marcados pela ideologia Eurocomunista, como a França, Itália e Espanha. Em oposição, 48,4% do grupo tiveram passagem por países do Leste Europeu, sobretudo Rússia, Alemanha Oriental e Tchecoslováquia.

Contudo, estes dados obtidos ao longo da pesquisa não são definitivos. Ainda há carência de informações que permitam a reconstrução mais completa sobre a estada dos militantes do PCB no exterior durante o exílio nas décadas de 1960 e 1970. Portanto, diante da dificuldade de estabelecer uma análise quantitativa sobre a permanência dos quadros do PCB no exterior durante o referido período, priorizamos a abordagem qualitativa destes dados a fim de obter conclusões a partir das trajetórias individuais.



Já nos momentos iniciais²⁵, imediatamente posteriores ao golpe civil-militar, os integrantes do PCB²⁶ foram perseguidos pelo governo estabelecido. Muitos desses tiveram seus mandatos parlamentares e direitos políticos cassados por 10 anos pelo AI-1²⁷, entre eles Luís Carlos Prestes, Hércules Correia, Roberto Morena, Gregório Bezerra e Marco Antonio Tavares Coelho.

Diante da concretização do golpe, em maio de 1964, reuniu-se no Rio de Janeiro parte da Comissão Executiva do PCB a fim de avaliar a situação estabelecida no país. Prestes não compareceu dada a sua situação clandestina. Contudo, o secretário geral seguiu defendendo a “derrubada da ditadura”, ao contrário de muitos daqueles que estiveram presentes ao evento e constituíam a denominada “corrente revolucionária²⁸”, ou seja, defendiam a luta armada e se opunham à tática pacífica e eleitoral. Desta forma, o documento preparado nesta ocasião, “Esquema para a discussão”, foi rejeitado pela reunião organizada posteriormente pelo comitê central, em 1965, em São Paulo (PRESTES:2012, p.112).

Esta divergência em relação ao modelo de enfrentamento ao regime militar a ser seguido ocasionou a perda de quadros para as fileiras da luta armada ao longo da década de 1960²⁹. Aluísio Nunes Ferreira Filho, por exemplo, se exilou após a participação em uma ação armada: o assalto ao banco e ao trem pagador Santos-Jundiaí, em 1968. Embora este

²⁵ Nos momentos iniciais do golpe civil-militar, muitas figuras políticas ligadas ao governo deposto foram perseguidas pelo governo estabelecido em uma “operação limpeza” que visava eliminar a oposição do novo regime autoritário. Esta operação se manifestou de forma concreta com o decreto do AI-1 e AI-2 que viabilizava a cassação dos direitos políticos de parlamentares e expulsão de cargos públicos (MARQUES: 2011,p38).

²⁶ A proposta da direção do PCB no pós-64 foi a formação de uma frente ampla, composta pelos mais variados setores sociais, para reconquistar a liberdade e instalar um regime liberal-democrático por meios pacíficos e legais (PANDOLFI: 1995, p.10)

²⁷ O AI-1, editado em 9 de Abril de 1964, visava institucionalizar o golpe civil-militar por meio da elaboração de normas e processos de constituição do novo governo, bem como da atribuição de poderes e instrumentos jurídicos que lhe garantissem o seu efetivo exercício. Entre tais instrumentos jurídicos, o artigo 10 determinava que “No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos “. (AI-1, http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s)

²⁸ Constituía a denominada “corrente revolucionária” os militantes Mário Alves, Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Jacob Gorender, Jover Telles, Apolônio Carvalho e Miguel Batista (PRESTES: 2012, p.112).

²⁹ Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o PCB perdeu quadros de suas fileiras para setores alinhados a Luta armada. Em 1962, um grupo de dirigentes da oposição desde 1957 rompeu com o partido, conservando o nome original PCdoB. O PCB se originou a partir de uma luta interna que se intensificou em 1965. O Partido Operário Comunista (POC) se formou pela fusão, em 1968, entre a ORM-POLOP e a dissidência do PCB do Rio Grande do Sul. A Aliança Nacional Libertadora (ALN) foi formada em 1967 por segmentos que se desvincularam do PCB após a expulsão de Marighella deste partido. A VAR-Palmares foi formada pela fusão, a partir de 1969, de diversas organizações provindas do PCB, ORM-Polop e AP. O MR-8 se formou em 1966 como uma dissidência do PCB no meio estudantil do Estado da Guanabara (DI-GB), adotando o nome de MR-8 em 1969. Outras dissidências que deram origem a grupos revolucionários foram a Dissidência do Estado do Rio de Janeiro (DI-RJ, 1966) e a Dissidência do Estado de São Paulo (DI-SP) que deu origem a Molipo após sua fusão com setores da ALN em 1970 (SÁ:1985).

militante tenha se filiado ao PCB em 1964, trocou o partido pela ALN. Após a sua transferência para o exterior, atuou no movimento sindical francês, concluiu cursos de formação acadêmica e se integrou ao Partido Comunista Francês, em 1971 (FILHO *in* ABREU:2010). No período em que o militante esteve estabelecido na França, contribuiu como redator para a *Voz Operária*.

Ainda em 1964, a polícia apreendeu documentos na residência do secretário-geral do PCB, em São Paulo, onde constava o nome de políticos que haviam feito acordos eleitorais com os comunistas visando o pleito daquele ano. O episódio, conhecido como as “Cadernetas de Prestes³⁰”, resultou em um processo contra Marco Antônio Tavares Coelho e na condenação de Lindolfo Silva a cinco anos de reclusão, entre outras implicações.

Esta perseguição dos órgãos de repressão no momento que se seguiu ao golpe constrangeu alguns militantes, sobretudo aqueles com notória visibilidade política, a organizar suas partidas. Roberto Morena, membro do Comando Geral dos Trabalhadores, foi processado por sua atuação como dirigente sindical. Em 1964, antes de ser condenado pela justiça militar, se dirigiu ao Uruguai onde permaneceu por 3 anos. Mesmo na clandestinidade, manteve a sua atuação no partido e em 1967 foi eleito como membro do comitê central no VI Congresso do PCB (MORENA *in* ABREU: 2010).

Montevideu recebeu um grande fluxo de exilados brasileiros, sobretudo personalidades políticas de destaque que se deslocaram nos momentos imediatos ao golpe. Tal fato foi constatado por Marco Antônio Tavares Coelho em sua viagem determinada pelo PCB ao Uruguai para entrar em contato com João Goulart e Brizola: “Ali estavam várias dezenas de pessoas, das mais diversas correntes políticas, uns poucos comunistas, mas sobretudo numeroso grupo de janguistas e brizolistas, vindos do Rio Grande do Sul” (COELHO:2000, p.286). Nesta ocasião, Marco Antônio recebeu 5 mil dólares de João Goulart que seria utilizado para montar uma gráfica em São Paulo afim de promover a propaganda do partido (COELHO:2000, p.290).

O processo de fechamento do regime, contudo, se intensificou após a publicação do AI-5. Com isso, o comitê central do PCB deliberou, em março de 1971, pela sistemática transferência para terras estrangeiras de um terço dos seus 31 membros para preservar a

³⁰ Luís Carlos Prestes foi surpreendido pelo golpe militar de 1964. Em 9 de abril, sua casa em São Paulo foi invadida pela polícia que apreendeu uma vasta documentação sobre o PCB: documentos sobre as reuniões do partido; informes sobre suas viagens ao Leste europeu e a Cuba; telegramas, relatos de encontros com Kruschew e Mikhail Suslov; listas de nomes de estudantes universitários com seus cargos no partido; endereços e telefones de várias pessoas. O episódio conhecido como “As Cadernetas de Prestes” resultou na abertura de um inquérito Policial-Militar, instaurado em 21 de setembro de 1964, para apurar as atividades do PCB (PRESTES *in* ABREU: 2010).

estrutura partidária caso houvesse baixas significativas em seus quadros. O critério determinado para a escolha daqueles que iriam compor esse primeiro grupo era a possibilidade de estabelecer ligações com as principais lideranças em cada estado do país. A cada dois anos seriam realizadas eleições para trocar os dirigentes estabelecidos no Brasil pelos exilados.

“Foi isso [o sistema de troca entre os dirigentes] que se determinou para não ter alguém que pensasse ‘vou ficar o resto da minha vida inteira ali, enquanto durar essa ditadura, e vou ficar isolado do partido’, ou então ‘os outros lá fora e eu, aqui, correndo perigo. Não terei uma folguinha, não terei umas férias. Essa foi uma razão, mas a razão fundamental era a seguinte: se caísse a direção aqui, você tinha uma parte da direção lá fora para reestruturar”³¹.

Apesar da sua inclusão na primeira lista de cassações pelo AI-1, publicada no Diário Oficial em 1964, a partida do Secretário Geral do PCB, Luís Carlos Prestes, foi organizada e organizou sua partida. Uma reunião do comitê central a imediata retirada de Prestes do país por ser considerado “o mais visado entre todos os dirigentes” (PRESTES: 2012, p.168), sobre ele também recaía uma condenação na justiça por tentar reorganizar o partido. Com o apoio de Fued Saad, Prestes se dirigiu a São Paulo. Posteriormente, atravessou a fronteira da Argentina a partir do Rio Grande do Sul. Em Buenos Aires, embarcou em um voo em direção a Paris de onde seguiu para Moscou (PRESTES *in* ABREU:2010).

Segundo sua filha Anita Leocádia, Prestes entendeu a decisão por sua saída como uma tentativa para afastá-lo da direção e, assim, favorecer a linha reformista que havia se acentuado no partido a partir do VI Congresso:

“Eu não protestei, aceitei a decisão, mas compreendi que se tratava de uma medida discriminatória para me afastar do partido. Desde esse momento, o companheiro Giocondo Dias assumiu a secretaria-geral porque, lá de Moscou, eu não tinha condições, de forma alguma, de intervir na direção e na orientação do partido” (Socialismo em Debate:1987,p.235 *apud* PRESTES:2012, p.168).

Com a partida de Prestes³², houve a reestruturação da Comissão Executiva Nacional do PCB: Hércules Correia passou a integrá-la; Geraldo Rodrigues dos Santos e Zuleika Alambert foram substituídos por Osvaldo Pacheco e Marco Antônio Coelho (PRESTES: 2012, p.168).

Os militantes que permaneceram na América Latina na década de 1970 presenciaram o estabelecimento de governos autoritários no continente. O líder sindical, Roberto Morena, atuava como secretário do Congresso Permanente da Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina, no Chile, onde presenciou o golpe de Pinochet em 1973. Após o traumático

³¹ Entrevista concedida por Severino de Melo à autora, em 18 de maio de 2008.

³² Durante a sua estada forçada no exterior entre 1976 e 1979, Luís Carlos Prestes representou o PCB em eventos organizados em países como Bulgária, Cuba, Alemanha, França, Itália, Portugal, Grécia, Moçambique, Angola e Guiné-Bissau.

episódio da tomada do Palácio de La Moneda, se transferiu para a Tchecoslováquia onde passou a representar o Brasil na Federação Sindical Mundial (MORENA *in* ABREU:2010).

Muitos dos integrantes do PCB partiram para o exterior com documentos falsos e apoio logístico do comitê de fronteiras. Francisco Inácio de Almeida, por exemplo, recebeu determinação do partido para articular a sua saída após ser preso pelos órgãos de repressão. Em 1969, ele foi detido sob a acusação de que contribuía para a distribuição do jornal “Voz Operária” no nordeste. A sua soltura foi seguida por um alerta de que ele, provavelmente, se encontrava na lista dos que seriam enquadrados pela lei da Segurança Nacional. Em 1973, utilizou documentos falsos para organizar sua transferência a Moscou por meio de um vôo em direção a Paris.

O sistema de trocas entre os membros do comitê central exilados e os “da terra”, ou seja aqueles que permaneceram no Brasil, foi suspenso em 1973 quando os militantes Fued Saad, responsável pela seção internacional do partido, e Célio Guedes foram presos ao retornar ao Brasil pela fronteira com o Uruguai, trazendo dólares de Moscou. De acordo com Marco Antônio Tavares Coelho, “Esse fato nos atordoou porque nos privava de um canal decisivo de ligação com os partidos estrangeiros e de recebimento de recursos financeiros que nos eram entregues por intermédio do Partido Comunista da Argentina” (COELHO:2000, p.365). Com isto, interromperam-se as trocas já que a organização não teria condições de garantir a sobrevivência dos militantes. A partir de então, verificou-se uma escalada de violência empreendida pelo governo contra os membros do PCB.

A alteração na conjuntura está relacionada com o incremento da repressão contra setores que exerciam a oposição legal devido ao desenvolvimento do projeto de abertura. Após as significativas vitórias obtidas pelo MDB³³, partido da oposição, nas eleições de 1974³⁴ e 1978³⁵, intensificou-se o receio de que, com a redemocratização, o PCB se

³³ O Ato Institucional número 2 (AI-2), baixado em 27 de outubro de 1965, determinou a extinção dos partidos políticos e a eleição indireta para Presidente. A partir de então, passaram a existir apenas dois partidos: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que agrupava a oposição e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que representava a situação.

³⁴ Nas eleições parlamentares de novembro de 1974, os candidatos do MDB ao Senado receberam 14,5 milhões de votos. Por outro lado, os candidatos da situação receberam 10,1 milhões de votos, o que resultou na conquista para a oposição de 16 dos 22 mandatos. Na Câmara dos Deputados o MDB dobrou a sua representação, totalizando 160 parlamentares eleitos contra os 204 eleitos pela ARENA. Em três assembleias estaduais importantes o governo perdeu a maioria, o que poderia resultar na eleição de governantes da oposição por meio do sistema de votos indiretos (KUCINSKI: 1991, p.55). No dia 25 de abril de 1975, a imprensa divulgou um depoimento dado por Marco Antônio Tavares Coelho no DOPS paulista, no qual confessa o apoio do PCB a 23 políticos filiados ao MDB nas eleições de 1974, como também o recebimento de apoio financeiro do exterior para esta agremiação (COELHO *in* ABREU:2010).

³⁵ Nas eleições para o Senado, Câmara dos deputados e Assembleias Legislativas de 1978, o MDB recebeu 4.291.201 votos para o Senado a mais do que o ARENA. Obtendo vitórias em cidades mais populosas do Centro-Sul, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apesar

convertesse em uma legenda de massas que agregasse a oposição no projeto de abertura "lenta, gradual e segura" idealizado por Geisel.

Tal projeto propunha uma saída controlada do regime ditatorial por meio da quebra da representatividade do MDB na aglutinação da oposição, descriminalização da mesma, fim da censura prévia e substituição da coerção física pela ideológica (KUCINSKI:1991, p.57). Desta forma, a repressão recaiu sobre o PCB mediante a identificação de figuras políticas da oposição legal que estavam vinculados ao partido, monitoramento das atividades dos militantes e desestruturação dos órgãos de imprensa pecebista. O governo militar pretendia não só desorganizar o PCB, como também estabelecer ligações entre os membros do partido e a oposição legal ainda atuante no país (GASPARI: 2002, p.27).

Segundo Marco Antônio Tavares Coelho, a perseguição ao PCB também refletia as divergências entre Geisel e a chamada "linha dura":

"Somente avalei esse dado semanas depois, quando interrogado no DOI-CODI. Pois os torturadores queriam de qualquer forma arrancar de mim uma confissão sobre as 'ligações' do PCB com o general Golbery. (...) A 'Linha dura' queria também golpear ou pelo menos intimidar o MDB. Para tanto nada melhor do que apresentá-lo como um instrumento de comunistas, porque o PCB não cessava de recomendar o apoio popular à agremiação de Ulisses Guimarães. Além disso, havia o fato concreto de inúmeros militantes e simpatizantes comunistas terem se filiado ao MDB" (COELHO: 2000, p.361).

Nesta conjuntura, Hércules Correa decidiu organizar a sua partida para Moscou, em junho de 1974, após sua quase captura pela polícia. Em 1976, ele não foi reeleito para a comissão executiva e permaneceu inativo na URSS até dezembro de 1978, quando se mudou para Lisboa (CORREA *in* ABREU:2010).

Outro militante que saiu após esta suspensão das trocas foi o ex-presidente da Contag, Lindolfo Silva. Embora os seus direitos políticos tenham sido cassados em 1967, com base no AI-2, ele deixou o país em 1973, sob orientação do partido. O militante se dirigiu a Praga, Tchecoslováquia, onde se estabeleceu durante sua permanência no exterior, viajando ocasionalmente a trabalho à África e à América Latina (SILVA *in* ABREU:2010).

A ação dos órgãos de repressão visava coibir a circulação de informações no interior do partido e destruir suas gráficas, assim promoveu-se a localização dos militantes responsáveis por fazer circular as publicações oficiais do PCB (SOUSA:2005). Em um texto memorialístico, Raimundo Alves de Sousa (2005), responsável pela edição do jornal *Voz Operária* no Brasil, relata que fora monitorado pelos órgãos de repressão pelo menos seis

da diferença de votos, o ARENA elegeu 14 senadores contra 8 do MDB. Contudo o MDB obteve o aumento de sua bancada nas Câmaras dos Deputados e Assembléias Legislativas (MOREIRA ALVES, BAPTISTA: 1979).

meses antes de sua prisão³⁶. Em janeiro de 1975, Raimundo foi detido no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), no quartel da rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro.

“Ao ver as fotos [apresentadas por torturadores no Doi Codi], olhando por baixo do capuz – não deixaram tirá-lo – percebi e não tive dúvida de que eu, Hiran e o assistente fomos seguidos durante mais de 6 meses. As fotos eram convincentes. (...) Pelas roupas que [o assistente] usava, a foto tinha sido tirada em junho ou julho de 1974. Portanto, seis meses antes das prisões” (SOUSA: 2005, p. 103).

Marco Antônio Tavares Coelho avalia que o sucesso dos órgãos de repressão na detenção de militantes do PCB está relacionado à tática empreendida por esta agremiação que, por normas de segurança, priorizava o trabalho rigidamente compartimentado. Os militantes desconheciam o endereço dos demais e se encontravam duas vezes por mês em pontos na rua. Desta forma, a prisão de algum membro do PCB apenas era identificada um mês depois quando o mesmo não comparecia ao ponto marcado:

“Por isso, os órgãos de segurança não divulgavam nenhuma informação de prisão de um dirigente comunista. Aguardavam de forma paciente, que outros de nós caíssemos em armadilhas, apanhados por insistir em descobrir o que sucedera. Assim também encobriram os assassinatos cometidos. Só em casos especiais, para fazer escândalo político contra o PCB, é que se divulgava fatos ocorridos na luta contra os ‘subversivos’. Por isso é que nossas denúncias e a mobilização de advogados eram feitas com terrível atraso, o que facilitou o ‘desaparecimento’ total e irreparável de vários companheiros de nosso partido” (COELHO: 2000, p.366).

Se ao longo da década de 1960 o partido perdeu militantes para as fileiras da luta armada, a partir de 1974 as perseguições políticas eram responsáveis por estas baixas. Entre as ações repressivas promovidas pelo governo militar, a “Operação Radar” resultou no assassinato de 9³⁷ membros do comitê central e prisão de 679 militantes, bem como a desorganização de diretórios estaduais e gráficas entre o final de 1974 e meados de 1975 (Traição e extermínio. IstoÉ Independente: 31 de março de 2004). Em 1975, já se encontravam no exterior 15 membros do comitê central, a este grupo se juntou Giocondo Dias, o substituto de Prestes no Brasil, que foi resgatado do país (PRESTES: 2012, p.197).

Neste contexto de recrudescimento da repressão contra o PCB fora organizada a partida de Severino de Melo³⁸, um dirigente regional que trabalhava no apoio logístico aos esquemas de saída, promovendo a ligação entre os integrantes do partido e os responsáveis pela falsificação de documentos. Em 1974, ele deixou o país após esquecer em um táxi,

³⁶ Raimundo permaneceu detido no Doi-Codi sob torturas por 38 dias. Posteriormente foi enviado ao Dops, ao Presídio de Água Santa, local onde aguardou o julgamento, e ao Presídio Esmeraldino Bandeira, instituição na qual cumpriu pena de três anos e quatro meses.

³⁷ Os seguintes membros do PCB foram assassinados pelo regime militar: David Capistrano, Luis Inácio Maranhão, João Massena Melo, Élon Costa, Itair Veloso, Orlando Bonfim, Jaime Miranda, Hiram Lima e Walter Ribeiro (TAFFARELLO: 2009,p.47). E ainda Élon Costa e Nestor Veras (PRESTES:2012, p.182).

³⁸ Entrevista de Severino de Melo, concedida à autora, em 18 de maio de 2008.

documentos falsificados ainda não concluídos. Com receio de que fosse perseguido pelos órgãos de repressão, organizou sua partida à Moscou a partir da fronteira com o Uruguai.

Em seguida, ocorreu a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em 1976, nas instalações do DOI-CODI em São Paulo. Com isto, se tornou inviável a permanência no Brasil dos membros do comitê central e foi deliberada a transferência destes para o exterior (PRESTES *in* ABREU:2010). Apenas três membros da direção permaneceram no país em liberdade: Geraldo Rodrigues dos Santos, Antônio Ribeiro Granja e Amaro Valentim (SILVA: 2005,p.43).

Apesar do aumento do fluxo de exilados do PCB na segunda metade da década de 1970, observa-se uma grande diversidade na organização das partidas: muitos saíram clandestinamente, outros legalmente, mas também houve aqueles que foram banidos. Essa heterogeneidade também pode ser observada nos países nos quais o exílio fora cumprido: alguns permaneceram na América Latina, outros foram transferidos para a Europa Oriental ou para o Leste Europeu.

Leandro Konder, por exemplo, partiu na legalidade. A sua “saída” foi organizada após a prisão e tortura no quartel da Polícia do Exército, em dezembro de 1970. No ano seguinte, ele se dirigiu a Alemanha portando os seus próprios documentos. Konder se estabeleceu em Bonn, onde trabalhou como professor de português enquanto cursava doutoramento na cidade vizinha, Marburg. Posteriormente, ele se mudou para a França.

Esta partida “legal” contribuiu para que em alguns relatos de vida deste militante não pudesse ser verificada a constituição de uma identidade com o exílio:

“(…) não me sinto propriamente um exilado. Minha situação é substancialmente diversa da dos brasileiros que se vêem obrigados a viver no exterior. Posso voltar para o Brasil quando quiser, e essa possibilidade me poupa os sentimentos depressivos que envolvem os sujeitos compulsoriamente ‘arrancados’ à terra natal” (KONDER *in* UCHOA; RAMOS: 1978, p.303).

Outro exemplo de militante que saiu do país ainda na legalidade em decorrência de uma ação contestadora é o jornalista Arthur José Poerner. Este exerceu uma posição crítica ao regime no jornal “Correio da Manhã”, onde trabalhava. No entanto, a repressão contra a sua militância se intensificou quando ele fora eleito para o Diretório Regional do MDB na Guanabara, em 1966. Pouco tempo após a sua posse, os seus direitos políticos foram cassados.

Em 1970, Poerner foi preso na rua Barão de Mesquita, Tijuca, e em razão deste acontecimento organizou sua partida. No exílio, trabalhou como redator e locutor em uma emissora de rádio Alemã. Este militante se instalou em Bonn e Berlim com o auxílio

financeiro de uma fundação ligada ao Partido Social Democrático da Alemanha. Em sua estada forçada em terras estrangeiras, também passou por Argel, Berlim e Colônia.

Ainda houve aqueles que se converteram em banidos do governo militar brasileiro. Gregório Bezerra³⁹, por exemplo, adquiriu esta condição após a sua soltura (6 de setembro de 1969) em decorrência do seqüestro do embaixador norte-americano. Em carta aberta ao povo brasileiro, manifestou sua discordância em relação a estas “(...) ações isoladas, que nada adiantarão para o desenvolvimento do processo revolucionário e somente servirão de pretexto para agravar ainda mais a vida do povo brasileiro e de motivação para maiores crimes contra os patriotas” (BEZERRA:2011, p.577). Após mais de 5 anos de prisão sob a acusação de subversão, Gregório desembarcou no México de onde seguiu para Havana e por fim Moscou.

De acordo com as fontes de pesquisa, os membros do comitê central que chegavam ao exterior primeiramente se dirigiam a Moscou onde recebiam a sua tarefa política, sendo transferidos em seguida para o país no qual deveriam exercer a militância. Contudo, os militantes que seguiam a esta localidade para cumprir tarefas oficiais permaneciam em condições de semiclandestinidade durante sua estadia, como constatou Marco Antônio Coelho em sua viagem a Moscou em 1968: “O fato de comunistas estrangeiros permanecerem semiclandestinos em Moscou pode, hoje, parecer estranho. No entanto, era imprescindível, tendo em vista a guerra fria e a ação permanente de agentes de espionagem estrangeira na URSS” (COELHO:2000, p.331).

Muitos dos comunistas estrangeiros provenientes de países capitalistas que permaneceram nesta localidade realizaram cursos sobre o comunismo na Escola de Formação de Quadros do PCUS⁴⁰. Hércules Correa, por exemplo, frequentou um curso sobre *O Capital*, de Karl Marx (CORREA in ABREU:2010). Também fizeram cursos nesta instituição durante a passagem pela URSS: Milton Temer⁴¹, em 1972 (TEMER: in ABREU:2010); Francisco Inácio de Almeida (1973); e Severino Theodoro de Melo (1974).

³⁹ Gregório Bezerra foi preso no município de Ribeirão, em Pernambuco, enquanto mobilizava alguns setores para resistir a deposição do governador Miguel Arraes, no Estado, e do próprio presidente João Goulart. Após severas sessões de tortura, militares que participaram da sevícia conduziram Bezerra pelas ruas do bairro Casa Forte com cordas amarradas em seu pescoço e incentivando a população a efetuar o seu linchamento. De acordo com Gregório, ação apenas foi interrompida devido ao clamor público contra este atentado a condição humana. Suspendida a tortura, ele foi conduzido a Fortaleza de Cinco Pontas. (BEZERRA:2011, pp.531-536).

⁴⁰ De acordo com Severino de Melo, o curso sobre Marxismo fornecido pela escola de formação de quadros do PCUS condensava em 1 ano e 6 meses, o que formalmente era ensinado em 3 anos, mediante uma carga horária de 6 horas aulas, durante a semana, e meio expediente aos sábados.

⁴¹ Milton Temer recebeu auxílio material do PC soviético durante sua permanência em Moscou. Após a conclusão do curso na Escola de Formação de quadros do PCUS, foi transferido (entre 1974 e 1976) para Budapeste, Hungria, onde recebeu salário da Federação Mundial de Juventudes Comunistas. Em seguida se dirigiu a França onde atuou como editor da *Voz Operária* (Entrevista de Milton Temer à autora em 31 de maio de 2012).

Marco Antônio Tavares Coelho afirma que, desde 1950 o PCB enviava anualmente cerca de 20 militantes para dar continuidade a sua formação política na URSS. Os cursos possuíam duração de dois anos, um ano ou seis meses. Os contemplados eram escolhidos pela direção entre membros do comitê central e dirigentes de organizações partidárias (COELHO: 2000, p.329).

Devido ao acirramento da repressão e às transferências para o exterior, entre 1975 e 1974 não houve reuniões do comitê central no Brasil. Desta forma, as discussões significativas sobre os projetos desenvolvidos pelo PCB passaram a acontecer em terras estrangeiras. A partir de então, o comitê central se reinstalou no exterior sobre a direção de Prestes, contando com os militantes que lá se encontravam e com a concordância daqueles que ainda permaneciam no país (PRESTES: 2012, p.197). Já em 1976, foi realizada a primeira reunião do comitê central em terras estrangeiras.

Segundo Armênio Guedes⁴², os membros do PCB se dividiram entre Suécia, Suíça, França e Itália, sendo que a atuação dos militantes foi mais expressiva nestes dois últimos países. Diante do afluxo de militantes para a Europa, ao longo de 1978 foi estabelecida uma assessoria do comitê central⁴³ na França sob direção de Armênio Guedes (KONDER:2008, p.95). Esta assessoria era responsável por contribuir na formulação política do PCB e receber os recém-chegados, evitando assim o registro da passagem pela URSS em seus documentos oficiais. De acordo com Anita Prestes, a criação dessa assessoria por simpatizantes do Eurocomunismo foi uma forma de fortalecer a oposição às teses defendidas por Prestes (PRESTES: 2012, p.202).

Segundo Konder, Anita Leocádia Prestes e Giocondo Dias foram um dos poucos dirigentes do PCB que compareceram às reuniões organizadas pela assessoria. Luis Carlos Prestes teria se manifestado contra a forma de pensamento desenvolvida pelos assessores e manifesta na “*Voz Operária*”. Assim, por decisão do comitê central, Armênio se manteve na direção do periódico e Milton Temer se submeteu ao controle de dois dirigentes (KONDER:2008, p.98).

Para Anita Prestes, no exterior, os membros do PCB poderiam ser divididos entre: reformistas, entre eles Armênio Guedes e Zuleika Alembert, que embora estivessem isolados no partido, centralizavam a redação da *Voz Operária*, controlavam a assessoria e

⁴² Armênio Guedes, entrevista, Instituto Vladimir Herzorg, acessível em: http://www.youtube.com/watch?v=qK_-fQUiSf4

⁴³ A Assessoria era formada por Armênio Guedes, que a dirigia, Zuleika Alambert, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Aluisio Nunes Ferreira, Ivan Ribeiro Filho, Milton Temer e Antônio Carlos Peixoto (PRESTES *in* Novos Temas, p.43)

manifestavam uma posição conciliatória; os “Prestistas” que defendiam um partido revolucionário; e o “Pântano”, a maioria do comitê central caracterizados por seu conservadorismo, a ausência de posições definidas e a vinculação às diretrizes do VI Congresso (PRESTES: 2012, p.213).

Observa-se que ao longo do exílio se acirraram os conflitos entre estes diferentes segmentos que coexistiam no interior do comitê central, resultando em algumas rupturas. Milton Temer rompeu com o PCB em 1978 em decorrência de sua divergência em relação à influência dos regimes comunistas do Leste Europeu na condução do partido (TEMER *in* ABREU:2010). O próprio Prestes também se afastou do partido neste período.

O secretário geral do PCB tentou fazer de um jovem integrante do comitê central, José Albuquerque Sales, o seu sucessor com o apoio de Anita Prestes. Assim, foi criado um novo cargo na comissão executiva para a nomeação de Sales: coordenador do trabalho da comissão executiva do comitê central. Embora a maioria deste não apoiasse a nomeação, esta foi aprovada. Em janeiro de 1979, uma reunião afastou Sales do cargo, acusando-o de tráfico de drogas e mal uso do dinheiro do partido.

Neste mesmo episódio, Anita Prestes renunciou ao cargo no comitê central e Prestes pediu a expulsão de Sales. Contudo, o pedido não foi aceito, como também não foram encontradas provas que incriminassem o acusado em uma comissão criada para averiguar o caso. Com isto, Prestes se incompatibilizou com grande parte do comitê central e parou de comparecer as reuniões (PRESTES *in* ABREU:2010). Em maio de 1979, Hércules Correia se reintegrou a comissão executiva no lugar antes ocupado por Prestes (CORREA: *in* ABREU:2010).

Algumas personalidades do PCB retornaram ao Brasil antes da conclusão da abertura promovida pelo governo. Objetivava-se, com isto, demonstrar que este processo, embora conduzido de cima para baixo, era resultado das pressões promovidas pela sociedade. Assim, em dezembro de 1978, retornaram ao Brasil Carlos Nelson Coutinho, Milton Temer e Leandro Konder (KONDER:2008, p.113). Outros retornaram nos primeiros meses que se seguiram ao decreto da Lei da Anistia, em agosto de 1979.

Francisco Inácio de Almeida, enquanto organizava o seu retorno para o Brasil se dirigiu ao consulado de Paris para retirar um novo passaporte. No entanto, foi orientado pelo PCB a carregar consigo apenas a carteira de identidade com sua verdadeira identificação, já que a posse de documentos falsos poderia lhe trazer complicações com a polícia local. Ele também foi aconselhado a ir acompanhado por um integrante do partido que já tivesse passado pelo mesmo processo para que ele pudesse lhe oferecer apoio caso houvesse

necessidade. Quando foi atendido pelos funcionários percebeu resquícios do “aspecto policialesco” que alguns destes espaços adquiriram durante o exílio. Almeida chegou ao Rio de Janeiro no sábado de Carnaval de 1980, surpreendendo grande parte de seus amigos e familiares⁴⁴.

De acordo com Konder, as tensões no interior do partido se agravaram após o retorno e o freqüente uso do termo Eurocomunista “(...) desqualificava o sujeito criticado, caracterizando-o como adepto de um programa flexível, preconizador de um avanço feito através de reformas, em compromisso com o pluripartidarismo” (KONDER: 2008, p.114).

O processo de reflexão política no interior do partido durante o período de exílio ocorreu em meio às dificuldades na comunicação entre os militantes sediados em diferentes países, as múltiplas experiências de exílio vivenciadas por eles, o contato com o socialismo real e com os diferentes caminhos propostos ao socialismo internacional. Neste contexto de isolamento, os jornais editados no exterior exerceram papel fundamental na divulgação dos debates internos do PCB e na relativa coesão entre os membros da direção exilados.

Como nós estávamos em diferentes países, diferentes realidades econômicas, sociais e políticas, isso fez com que ao voltarmos ao país se refletisse em uma linha política que aprofundava aquilo que nos já havíamos discutido em 1958: Uma visão de maior intervenção na sociedade e considerando que a questão democrática não é só um fim, ela é um meio e um fim de um projeto nosso (...). Foi um cadinho de informações e também uma experiência muito bonita de ter estado por dentro de países socialistas vendo as dificuldades no plano democrático⁴⁵.

Milton Temer considera que o período em que ocorreu o exílio foi fundamental para a aproximação em relação aos Partidos Comunistas italiano e francês. Além disso, promoveu-se a reflexão sobre a necessidade da questão nacional na elaboração do projeto revolucionário e da discussão sobre a plena democratização da sociedade no regime socialista⁴⁶.

As condições do exílio guardam relação com as divisões que ocorreram no partido durante a década de 1980: o isolamento do secretário geral até o seu exílio, a dispersão dos militantes em diferentes países, a dificuldade em estabelecer contato entre os dirigentes no exterior e as lideranças nacionais, entre outros fatores (SILVA: 2005). Fabrício Silva lembra que o PCB reunia diferentes forças mais à direita, à esquerda e ao centro. Portanto, o exílio apenas influenciou na forma como as divergências existentes no interior do partido vieram a eclodir.

⁴⁴ Entrevista de Severino de Melo, concedida à autora, em 18 de maio de 2008.

⁴⁵ Entrevista concedida por Francisco Inácio de Almeida à autora, em 7 de junho de 2008.

⁴⁶ Entrevista concedida por Milton Temer a autora em 31 de Maio de 2012.

No contexto do retorno se tornou evidente a divisão desta instituição em três correntes: os “renovadores” que exigiam a democratização das instâncias partidárias e defendiam a democracia como um valor universal; os “prestistas” que defendiam a radicalização e o enfrentamento aberto com a ditadura; e o “centro” que correspondia a maioria do comitê central e absorveu as reivindicações dos dois grupos (SILVA:2010, p.51). Embora tais contradições já existissem desde a década de 1950, emergiram de forma mais clara durante o exílio.

Entre 1975 e 1979 não houve reuniões do comitê central no Brasil (TAFFARELLO:2009, p.48). Neste contexto, o debate sobre questões relevantes para o partido foi efetuado no exterior com o isolamento e dificuldades de locomoção inerentes a esta condição. Assim, como veremos no próximo capítulo, a imprensa do exílio exerceu um importante papel na discussão, informação e mobilização dos militantes. Mas também se converteu em um veículo das contradições que existiam no interior do partido.

3.0 Imprensa do Exílio: Uma prática de resistência?

3.1 A Imprensa comunista, alternativa e exilada: concepções teóricas

A edição de uma imprensa do exílio nas décadas de 1960 e 1970 resultou em um expressivo número de publicações sob a guarda nos acervos consultados, mais de 50 coleções. Tal fenômeno se insere na prática disseminada entre a esquerda brasileira de produção de exemplares de uma imprensa alternativa e militante, cada qual exercendo sua crítica ao regime autoritário estabelecido no país de acordo com os objetivos propostos por sua organização mantenedora.

O presente capítulo diferenciará as imprensas militante, alternativa e do exílio de forma a possibilitar a melhor compreensão do fenômeno social ao qual a edição dos jornais *Voz Operária* e *O Brasil Mês a Mês na Imprensa* estiveram inseridos. Também serão fornecidas as chaves interpretativas utilizadas para a análise da imprensa do exílio. Posteriormente, serão estudados os diferentes modelos de imprensa que coexistiram em terras estrangeiras. Por fim, reconstruiremos a história de duas coleções de jornais editados pelo PCB no exterior para entender as diferentes práticas mobilizadas para a concretização destes projetos.

A organização de uma imprensa de resistência foi uma prática recorrente entre as esquerdas brasileiras, uma vez que esta estratégia de militância exercia diversas funções, entre elas: promover a propaganda ideológica do partido, mobilizar os militantes para questões centrais, discutir temas relevantes, agitar as massas para a atuação política. Além disso, como uma característica comum à passagem da cultura oral para a letrada, estes jornais difundiam as idéias do partido para além das limitações de mobilidade dos militantes, atuando na sua conscientização para questões centrais do partido.

Bernardo Kucinski considera que entre 1964 e 1980 existiu no Brasil cerca de 150 títulos de jornais editados por uma imprensa “alternativa” cujo traço em comum, independente de suas orientações políticas e objetivos específicos, era o exercício de oposição ao regime militar (KUCINSKI: 1991, p.XIII). A imprensa produzida pelo PCB durante o período considerado também manifestou esse traço característico, mas corresponde a valores mais modestos. De acordo com Raimundo Alves de Sousa, entre 1920 e 1974 o PCB manteve 85 periódicos, todos sob a influência direta desta organização (SOUSA: 2005, p.13).

Aquela imprensa “alternativa” citada por Kucinski possuiu características específicas. Os jornais se opunham aos discursos oficiais e promoviam o combate político-ideológico da ditadura por meio da denúncia sistemática das torturas e violações dos direitos humanos, bem

como criticavam o modelo econômico vigente. Em relação a sua forma de organização, vigorava a autogestão, a posse dos meios de produção, a rejeição aos objetivos mercantis e manutenção de relação secreta com organizações político-partidárias. Para o autor “(...) apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo” (KUCINSKI: 1991, pp. XVI-XVII).

Kucinski divide ainda essas produções segundo os temas abordados: os periódicos políticos eram vinculados aos ideais nacionais e populares, ou marxistas; as publicações que propunham uma ruptura cultural eram assentadas nos valores da contra-cultura norte-americana. Desta forma, existiram três linhagens – combinando temas políticos, existenciais e satíricos – que eram formadas por jornalista de um mesmo núcleo. Estes se responsabilizaram por cerca de um quarto da produção de toda a imprensa alternativa do período.

Associada a esta divisão temática, Kucinski também propõe a separação segundo a conjuntura na qual esta categoria de imprensa foi produzida. Assim, entre 1964 e 1980, existiram 5 gerações da imprensa alternativa. A desorganização da imprensa popular e o estreitamento do espaço de atuação da grande imprensa foram acompanhados pelo lançamento dos primeiros jornais alternativos que traziam consigo as marcas deixadas pela falência do projeto político populista, a proposição de resistência democrática e defesa do nacionalismo.

A partir de 1967, surgem publicações alinhadas ao imaginário da guerrilha continental e estimuladas pelas posições ideológicas de Régis Debray. Esta fase se encerra com a eclosão da guerrilha urbana em 1968 e 1969, bem como das greves operárias. Em 1969 há uma grande descontinuidade na produção deste gênero, sendo retomada na década de 1970. Em 1974, com a reintegração ao cenário nacional de presos políticos que haviam cumprido as suas penas, surgem publicações marcadas pelo ativismo. Neste momento coexistem periódicos com diversidade de temas, entre eles o feminismo, leninismo e ecologia. Já os jornais criados em 1979 são motivados pela campanha de anistia. Este ciclo alternativo se encerrou com periódicos ligados a movimentos sociais, órgãos de base e movimentos estudantis.

Maria Paula Araújo (1998) incrementa a discussão sobre a imprensa alternativa mediante a análise das suas características. Para esta autora, tal categoria se restringiria às publicações alternativas que exerciam oposição ao regime instaurado e denunciavam suas arbitrariedades em um contexto de fechamento dos canais de comunicação pela repressão

governamental. Estes periódicos se diferenciavam da grande imprensa pela sua forma de apresentação, tiragem, sistematicidade, público, padrão de notícias, entre outros aspectos.

Araújo considera ainda que esta imprensa se constitui como importante fonte para a história das mentalidades por representar as visões de mundo e idéias dos grupos que a produziam, mesmo que estas muitas vezes não reflitam a repercussão dos movimentos que as originaram no cenário político daquele momento:

“(…) em contrapartida, ela nos dá a visão desses movimentos sobre eles próprios, a sociedade e a época em que vivem. Ela nos mostra suas idéias, suas propostas, suas concepções políticas originais; ela nos ajuda a definir os contornos dessa cena política alternativa e, sobretudo, ela nos dá a dimensão do processo de formulação dessas concepções políticas (ARAÚJO: 1998, p.33).

A autora agrupou os periódicos alternativos segundo suas especificidades identificando os jornais de esquerda como aqueles que congregavam jornalistas de oposição e organizações clandestinas; revistas de contra-cultura que eram produzidas por artistas fora dos circuitos comerciais; ou publicações de movimentos sociais (movimento estudantil, associação de bairro, minorias políticas – imprensa negra, feminista, indígena, homossexual, entre outras).

Embora seja possível identificar títulos da imprensa dos exilados com características das três categorias propostas por Araújo, nos restringiremos às concepções da autora sobre os jornais de esquerda. Tal escolha se deve ao fato de grande parte das publicações dos exilados ter sido produzida por organizações políticas e grupos cujo exílio foi resultado da atuação contestatória no Brasil.

A autora caracteriza como jornais de esquerda aqueles influenciados diretamente por organizações e partidos clandestinos que utilizavam publicações não oficiais como “braços legais” para expressar suas posições. Esta imprensa se constituiu em busca de novos espaços para a veiculação de suas posições diante do fechamento dos canais de comunicação, bem como para promover a resistência contra o regime instaurado no Brasil. De acordo com Araújo tal imprensa esteve inserida em um fenômeno jornalístico, mas também político uma vez que representava uma possibilidade de luta política naquele momento (ARAÚJO: 1998, p.23).

No entanto, essa politização é um elemento característico dos jornais e revistas editados no país até a década de 1960. Alzira Abreu considera que tal imprensa poderia ser considerada partidária, pois mesmo que não fosse vinculada diretamente a partidos políticos, possuía posicionamentos ideológicos bem definidos:

“O Globo era o jornal que defendia as idéias e posições liberais da UDN, assim como O Estado de S. Paulo; a Última Hora era partidária e defensora das posições do PTB,

enquanto outros se alinhavam às posições do PSD. Os jornais gravitavam em torno da personalidade do dono ou do redator chefe do jornal. Havia o jornal do Lacerda, o jornal do Samuel Wainer, o do Dr. Roberto, o dos Mesquitas, o do Macedo Soares etc” (ABREU: 1998, p.11).

Diante do fechamento dos canais convencionais de comunicação em decorrência da censura promovida pelo aparelho de repressão, a chamada imprensa “nanica” se tornou um espaço para expressar o jornalismo engajado. Os atores sociais deste fenômeno foram jornalistas de uma esquerda que se diversificava, agregando concepções das novas esquerdas emergentes e formulando críticas aos antigos modelos marxistas e socialistas.

Apesar dos periódicos publicados pelo PCB terem sido editados em um mesmo fenômeno social que deu origem às demais publicações alternativas, apontadas por Kucinski e Araújo, e dos mesmos abordarem temáticas semelhantes, estas publicações se aproximam mais das características propostas para a imprensa partidária ou de opinião justamente por representarem um órgão oficial do partido e por não gozarem de uma relativa liberdade de circulação.

Lincoln de Abreu Penna (2007) define a categoria de imprensa partidária como aquela editada pelos partidos políticos modernos, pelo menos desde o século XIX. Esta se caracterizava pelo enfoque político-pedagógico que seguia orientações comunistas, popular-progressistas, operárias ou socialistas. Sua função seria se tornar um instrumento que difunde, congrega e articula as informações a fim de divulgar conteúdos ideológicos e programáticos de uma corrente política. Penna considera que esta categoria abarca tanto as publicações oficiais como aquelas ligadas indiretamente a uma organização política.

Perspectiva semelhante àquela mantida por Roxo e Mourão (2010, p.37) no estudo de um periódico mantido pelo PCdoB entre 1975 e 1979. Os autores propuseram a categorização das funções exercidas pelo mesmo: “(1) resolução; 2) disciplina partidária; 3) análise; 4) apelo a ação; 5) comemoração” (PEREIRA: 2009 *apud* ROXO, MOURÃO: 2010, p.37).

Neste sentido, as resoluções e documentos oficiais do partido possuem caráter normativo posto que divulgam orientações e diretrizes coletivas, ratificadas por órgãos deliberativos. Os textos que enfocam a disciplina partidária, por outro lado, reúnem casos exemplares de normas de conduta ideais para os militantes. As funções identificadas como análise e apelo à ação promovem a propaganda e agitação coletiva por meio da problematização de uma determinada questão de forma a incentivar a ação criativa dos militantes. Ao passo que a comemoração renova a memória partidária sobre os mitos e fatos considerados adequados a um determinado projeto. Conforme veremos, os discursos dos jornais editados pelo PCB no exterior exercem as funções apontadas por Roxo e Mourão.

Dulce Pandolfi aprofunda as reflexões propostas por estes autores mediante o destaque de algumas das funções gerais da imprensa comunista: informar aos militantes; formar política e ideologicamente os membros do partido; e dialogar com segmentos da esquerda, sobretudo o público não comunista (PANDOLFI, p.21). Estas funções estão de acordo com as perspectivas de Lênin sobre o jornal do partido. A este caberia “(...) não apenas difundir idéias, educar politicamente e ganhar aliados políticos... (mas ser um) propagandista e agitador coletivo (e também) um organizador coletivo” (KUCISKI: 1991, p.77). Estas características estão presentes nas publicações do PCB editadas no exílio, mas foram ressignificadas pelos diferentes contextos nos quais ocorreram estas experiências.

Os jornais e revistas produzidos pelo PCB no contexto do exílio possuem características que os diferenciam dos demais títulos da imprensa “alternativa” analisados por Maria Paula Araújo e Kucinski. Tais publicações foram produzidas diante do fechamento dos canais legais de comunicação, sendo editadas clandestinamente em um formato que se opunha aos grandes veículos de comunicação. No entanto, a organização que a elaborava era da “esquerda tradicional”, ou seja, segmentos que não se opuseram ao paradigma da universalidade e totalidade da cultura marxista. Diferente da “esquerda alternativa” que se originou no âmago das críticas à experiência marxista, principalmente no tocante a idéia de representação, valorização do subjetivismo, valorização do cotidiano, politização das relações pessoais e afirmação das experiências particulares da vida.

Apesar das referidas publicações terem sido elaboradas por uma organização clandestina que propunha alternativas políticas ao regime implantado no Brasil, estas foram influenciadas oficialmente pelo partido, veiculavam suas discussões internas e não possuíam um, ainda que estreito, espaço de atuação na legalidade. Esta identidade partidária conferiu traços específicos ao periódico, uma vez que este era influenciado diretamente pela organização que o produzia e publicava seus documentos e textos oficiais.

Após a breve apresentação do significado da publicação de uma imprensa alternativa para a esquerda brasileira se faz necessário destacar as chaves interpretativas que serão utilizadas na análise dos jornais nos capítulos subsequentes. A imprensa do exílio será analisada a partir dos conceitos propostos por Darnton (1990) e Chartier (1990) em suas considerações sobre a história da leitura, em especial os conceitos de “práticas e representações”, bem como os “circuitos infocomunicacionais⁴⁷”.

⁴⁷ Couzinet (2009) define como dispositivos o domínio de uma lógica organizacional própria à técnica dos ofícios dos quais depende, das normas e das competências, como também dos *habitus* dos seus autores. A

Em “O mundo como representação”, Chartier propõe o estudo da produção literária enfocando três aspectos, a saber: o estudo crítico do texto propriamente dito, destacando seu agenciamento, intencionalidades e estratégias argumentativas; a história do suporte material da informação; e a análise da práticas de produção de sentidos e significados pelos bens simbólicos (CHARTIER: 1991, p.178).

Para Chartier, a produção de bens culturais por meio da leitura mobiliza práticas e gera representações durante a conversão do pensamento em letra impressa. Na outra ponta deste processo está situado o público leitor que promove a decodificação do texto durante a leitura, produzindo novas representações e mobilizando novas práticas.

Portanto, a compreensão do processo de decodificação da informação também implica na identificação do circuito infocomunicacional no qual as publicações se encontram situadas. Este é identificado por Robert Darnton (DARNTON: 1990, p.112) como o ciclo de vida das publicações impressas, englobando o autor, editor, impressor, distribuidor, vendedor e o leitor. O público leitor encerra este circuito pois, para Darnton, influencia o autor antes e depois do ato de composição. Para ele, os estudos sobre a prática da leitura também devem considerar as especificidades no tempo e espaço no qual o processo é realizado, bem como as relações entre aquilo que foi publicado e os demais sistemas (econômico, político, social e cultural) que compõem a dimensão do vivido.

Os “circuitos infocomunicacionais”, dos quais os periódicos editados no exílio faziam parte, os inserem na categoria de imprensa alternativa de esquerda proposta por Araújo (1998): a forma como a publicação era organizada; a seleção das matérias que comporiam o periódico; sua distribuição entre o público leitor e o próprio papel desempenhado pela publicação no âmbito das estratégias de militância da organização que a editava; e o contexto político no qual eram produzidas.

A análise das práticas de produção de sentido estabelece um diálogo com os demais aspectos apontados. A seleção das informações que seriam veiculadas e a sua posterior hierarquização na base material agenciavam os assuntos que, na ausência do cotejamento com outras versões sobre o real, geravam interpretações sobre a realidade brasileira condicionadas pelo projeto político da organização que as produziam.

Portanto, nos tópicos subseqüentes analisaremos a produção de uma imprensa do exílio inserida em um contexto mais abrangente de apropriação da imprensa pela esquerda brasileira como prática de resistência e oposição à realidade vigente. Procuraremos

aplicabilidade deste conceito ao campo infocomunicacional refere-se aos suportes físicos que dão acesso a conteúdos ou que atuam como intermediários entre o usuário e o documento, divulgando o conhecimento.

compreender as diferenças existentes entre a imprensa do exílio e a imprensa alternativa produzida no Brasil. Também serão analisados os circuitos infocomunicacionais em que a produção de diferentes jornais e revistas durante o período de exílio esteve inserida, bem como as práticas mobilizadas para a sua edição e as representações sobre o regime militar brasileiro veiculado em suas páginas.

3.2 Caracterização da Imprensa do Exílio

A edição de jornais pelo PCB no exterior está inserida em fenômeno social de produção de uma imprensa do exílio pela esquerda brasileira nas décadas de 1960 e 1970. O acervo consultado, atualmente disponível na AMORJ e no Cedem, possui mais de 50 títulos editados em 18 países diferentes, produzidos entre 1964 e 1979 por organizações de heterogêneas orientações políticas que atuavam em distintos países. Estes dados, contudo, não são definitivos. Olavo de Carvalho enfatiza que esta imprensa alternativa foi constituída por mais de 112 títulos de jornais e revistas publicados no exterior, além de outros 110 editados no Brasil – de acordo com dados do Instituto Vladimir Herzog (CARVALHO: 2011).

De acordo com a tabela da “imprensa do exílio”⁴⁸, cerca de 63,6% dos periódicos produzidos em terras estrangeiras foram editados na Europa, enquanto que 34,5% destes foram publicados na América Latina. Se considerarmos o tempo de existência dos jornais analisados, verificaremos que 61,8% destes circularam por menos de dois anos.

Embora as informações disponibilizadas pelo acervo consultado nem sempre mencionem as organizações que editaram os periódicos, verificamos um grande número de exemplares foram produzidos por organizações de solidariedade aos exilados ou por comitês pela anistia, cerca de 29%, enquanto que 18,2% dos títulos analisados se declaram vinculados a organizações existentes na conjuntura anterior ao exílio.

A ausência de algumas informações editoriais sobre o material analisado – tal como tiragem, distribuição, recepção, público destinado – dificulta a compreensão do alcance e relevância deste fenômeno. Além disso, muitos textos foram assinados com pseudônimos, o que inviabiliza a própria identificação dos militantes que contribuíram para a sua edição. Apesar destas dificuldades no tratamento do tema, a especificidade desta imprensa e sua importância no período analisado merecem destaque.

Denise Rollemberg (1999) diferencia a imprensa produzida no exílio a partir de três conjunturas relacionadas à evolução da ditadura e aos acontecimentos internacionais. A

⁴⁸ Dados obtidos a partir do catálogo ASMOB disponível para consulta no site da AMORJ (http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/arquivos/catalogos_asmob_microfilmes_fev_2008.pdf)

primeira refere-se ao governo Médici e ao acirramento da repressão. Neste contexto, o exílio caracterizava-se pela permanência das organizações de esquerda na América Latina, o que reforçava a perspectiva de um breve retorno ao Brasil para dar seguimento à luta política. A segunda conjuntura diz respeito ao governo Geisel e às perspectivas de derrota da ditadura por vias institucionais em 1974. Neste momento também ocorreu a dispersão dos exilados para a Europa em decorrência do golpe de Pinochet no Chile e a instauração de governos ditatoriais na América Latina. Por fim, a última conjuntura está relacionada ao governo de Figueiredo e a possibilidade de se organizar os retornos com a Lei da Anistia.

Restringindo as análises ao continente nos quais as referidas publicações foram editadas, concluímos que dentre os 19 exemplares que circularam na América Latina: 52,6% foram editados no Chile e cerca de 52,6% existiram por menos de um ano. A partir dos dados da tabela também podemos afirmar que dentre as 35 publicações editadas na Europa: 37% foram produzidas na França e 45,7% existiram por um período inferior a 12 meses. Desta forma, a diferença no tempo de duração entre estes grupos de jornais, embora pouco expressiva, reflete a conjuntura na qual foram editados: a perspectiva de um “breve retorno” na América Latina, contrastando com o “segundo exílio” na Europa.

Se associarmos os dados disponibilizados pelo catálogo ASMOB ao conceito de “capitais do exílio” proposto por Rollemberg (1999), ou seja, as cidades que concentraram um maior número de brasileiros em diferentes momentos do exílio, concluímos que: o acervo consultado não possui registros de jornais que circularam em Montevideu, cidade que recebeu um grande fluxo de brasileiros, sobretudo personalidades políticas que se deslocaram nos momentos iniciais do golpe. Cerca de 18% dos jornais foram produzidos no Chile, região para onde se dirigiram os militantes perseguidos pelo regime militar em decorrência de suas ações na luta armada, principalmente, após o fechamento do regime em 1968. Dentre os jornais lançados na América Latina, 57,8% foram lançados na conjuntura que antecedeu a deposição de Salvador Allende em setembro de 1973.

Outros 23,6% dos exemplares da “imprensa do exílio” foram editados na França, país que recebeu um grande número de exilados após a dispersão dos mesmos para a Europa em decorrência do golpe militar no Chile. Tal fato é corroborado pelo número de jornais europeus lançados na conjuntura do segundo exílio, 65,7%.

Título	Lançamento	Encerramento	Organização	Idioma	País	Tempo de existência (meses)
Front Bresilien D'Information	ago/71	jun/73	Facção autônoma a serviço da Revolução Brasileira	Francês	Belgica	22
Front Bresilien D'Informations	abr/70	mai/73	Facção autônoma a serviço da Revolução Brasileira	Francês	Argéria	37
Front Bresilien D'Informations	abr/70	jun/72	Facção autônoma a serviço da Revolução Brasileira	Francês	França	26
Frente Bresilene de Informaciones	jan/71	ago/73	Facção autônoma a serviço da Revolução Brasileira	Espanhol	Chile	31
Fronte Brasiliano D'Informazione	out/70	jun/73	Facção autônoma a serviço da Revolução Brasileira	Italiano	Itália	32
Brasil Mês a mês na Imprensa	ago/75	jan/79	PCB	Português	Moscou	41
Resistência	mai/69	mai/69	ALN/ MR8	Espanhol	Chile	1
Temas y Debates	set/70	fev/73		Espanhol e Português	Chile	29
Cartas Chilenas	mai/71	fev/72		Espanhol	Chile	9
Palmares	dez/71	dez/71		Espanhol	Chile	1
Unidade e Luta	jun/72	fev/73	ALN - Tendência Marxista Leninista	Espanhol e Português	Chile	8
Outubro	abr/72	out/72	Organizações Trotskistas	Português	Chile	6
Campanha	set/72	set/74		Espanhol	Chile	24
Correio Brasiliense	ago/64	out/64	OEBM - Organização dos Exilados Brasileiros no México	Português	México	2
Brasil Hoy	jan/65	fev/73	Movimento Sindical	Espanhol	Chile	97
Semana de Solidaridad com el pueblo brasileno	set/72	set/72		Espanhol	Peru	1
Correo del Brasil	abr/74	fev/76	Mov. Argentino Antiimperialista de Solidariedade Latino Americana	Espanhol	Argentina	22
Noticiero Brasileiro	jun/74	abr/75	Comite de Solidariedade com a luta dos Povos na América Latina	Espanhol	Argentina	10

Juventude	jun/73	jul/73	Juventude Brasileira pela Solidariedade Antiimperialista	Espanhol	Chile	1
Brasil - Comité de paz y solidaridad	1973	1975		Espanhol	Costa Rica	28
Brasil - Consejo de Paz y Solidaridad	jan/75	fev/76			Costa Rica	13
Brasil - Consejo de Paz y Solidaridad	jan/75	set/77			Costa Rica	32
Brasil - Consejo Nacional de Paz y Solidaridad	jan/77	mai/77			Costa Rica	4
Brasil: Boletim Informativo	jul/78	out/78	SEPLA	Espanhol	México	3
Debate	fev/70	nov/78	VPR	Português	França	105
Revolution Bresilienne			PCR	Francês		3
Resistência			MR8	Francês	França	5
Libertação	jan/71	mar/74	Ação Popular Marxista Leninista	Francês	França	38
Unidade Proletária	jul/75	ago/79		Português	França	49
Unite Syndicale Bresilienne	out/78	jan/79		Francês	França	3
Etudes Bresiliennes	set/74	ago/77		Francês	França	35
Comité de Solidarite France-Bresil	jun/75	jun/78	Comite de Solidariedade França-Brasil	Francês	França	36
Comité Bresil Pour L'Amnistie	nov/75	set/77	Comite Brasileiro pela Anistia	Francês	França	22
Bresil Dossiers	jan/76	out/78	Comite de Solidariedade França-Brasil e Comite Brasileiro pela Anistia	Francês	França	33
Bresil Bulletin	nov/76	mai/77	Comite Brasileiro pela Anistia	Francês	França	6
Bresil Information	mar/77	jun/77	Oposição Sindical	Francês	França	3
Brasil Socialista	jan/75	abr/76		Português	Suíça	15
Brasilienkommitten	mai/76	abr/79		Outros	Suécia	35
Brasilien	ago/77	nov/78		Outros	Suécia	15
Bullettin				Outros	Suécia	1
Brasil - informations bulletin for comiteén amnesty in Brasil	ago/77	ago/77	Comite da Anistia pelo Brasil	Outros	Noruega	1

Reflexo da Cultura brasileira no exílio	set/78	set/78		Português	Suécia	1
Brasilian Gruppen	abr/76	nov/76		Outros	Dinamarca	7
Fragmento da cultura brasileira	jan/79	jan/79		Português	Suécia	1
Internazionalismo	fev/71	mar/75		Italiano	Itália	49
Brasile Notizie	mar/75			Italiano	Itália	1
Vira copos Presse	mai/72	fev/74		Italiano	Itália	21
Realidade Brasileira	jan/76	abr/78		Italiano	Itália	27
Informações		mai/05	PCB	Português	RDA	33
Brasil	abr/77	fev/78		Outros	Holanda	11
Marxismo Militante	abr/76	abr/76	Polop	Português	Alemanha	1
Liberation Brasil Newsletter	ago/76	fev/77	Liberation Brasil Committee	Inglês	Inglaterra	6
Brasil Livre	jul/76	jan/77		Português	Portugal	6
Comité de Solitarite avec le peuple bresilien	dez/72	mai/79		Francês	Suíça	77
Bulltin Informatif	1977	1980	Association pour amnistie generale des prisonniers politiques au Bresil	Francês	Suíça	4

Em geral, constatamos no material analisado a conjugação entre a conjuntura em que houve a sua edição e os objetivos pretendidos pelas organizações mantenedoras. Embora estas publicações tenham desempenhado múltiplas funções, podemos agrupá-las segundo a predominância das temáticas veiculadas. Alguns periódicos eram elaborados para atualizar os militantes sobre o cenário político-econômico brasileiro por meio da divulgação de matérias retiradas na mídia nacional (*O Brasil mês a mês na Imprensa* - Moscou). Estes, geralmente, recebiam informações a partir do contato com aqueles que permaneciam no Brasil e as remetiam pelo correio, mas também eram obtidas com militantes que acabavam de chegar ao exílio. Estas matérias poderiam se reescritas, enfocando determinados aspectos ou publicadas tal como eram retiradas das mídias brasileiras.

FATOS E PERSPECTIVAS

Novos e importantes fenômenos se desenvolveram, no decorrer do mês, tornando mais claras as profundas dificuldades que a ditadura militar-fascista enfrenta diante da crise que atinge a todos os domínios da vida brasileira, e evidenciando a permanente elevação do descontentamento popular que se expressa sob as mais diferentes formas.

De máscara ao chão, e num processo crescente de desagaste frente a opinião pública - com o fim irrecuperável do "milagre econômico" e as mazelas que deixou em seu rastro, bem como uma sistemática repressão e os escândalos de corrupção do Oiapoc ao Chuí, sem falar na desmoralização de uma demagogia social com intermitentes e não cumpridas promessas de "Brasil Potencia" de "bem-estar" e de "retorno à legalidade democrática"- a minoria fascista que empolga o poder se sente cercada de problemas, por todos os lados.

49

Outras publicações promoviam denúncias à comunidade internacional sobre as violações dos direitos humanos cometidos pelo governo militar ou sobre a redução do poder aquisitivo do trabalhador diante do cenário político-econômico brasileiro (*Campanha* - Chile). Muitas destas publicavam depoimentos de brasileiros recém chegados ao exílio em textos

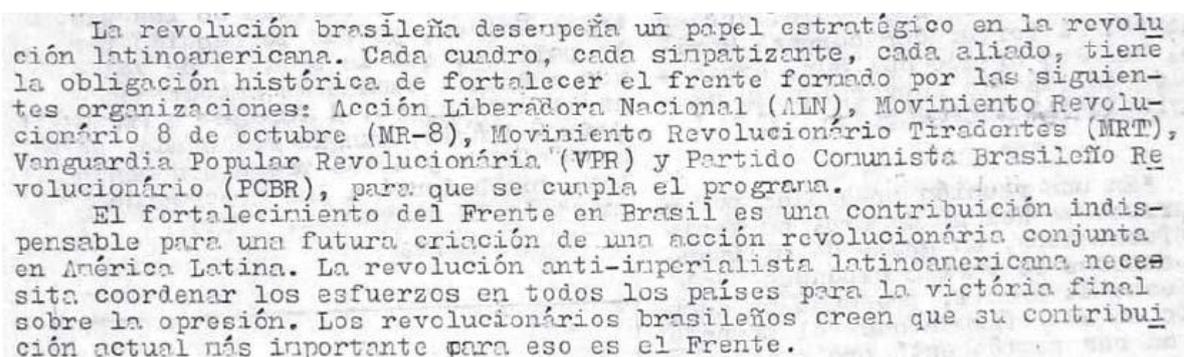
⁴⁹ "Novos e importantes fenômenos se desenvolveram, no decorrer do mês, tornando mais claras as profundas dificuldades que a ditadura militar-fascista⁴⁹ enfrenta diante da crise que atinge a todos os domínios da vida brasileira, e evidenciando a permanente elevação do descontentamento popular que se expressa sob as mais diferentes formas" (BMMI. Moscou: setembro de 1975, p.3).

escritos na língua do país onde o comitê editorial esteve sediado para ampliar o alcance das notícias.

“A responsabilidade de cada um é também buscar a solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo para a luta que se desenvolve no Brasil, preparando as bases para que ela verdadeiramente assuma seu caráter internacional. Nesse sentido é necessário denunciar a ditadura brasileira por todos os meios, em todas as partes, em todas as oportunidades que apareçam. Mostrar os problemas a que a exploração sujeita aos trabalhadores brasileiros – a fome, as doenças, a miséria. Mostrar as experiências de luta. E onde seja possível, mostrando como está suja a Ditadura brasileira, prejudicar suas saídas econômicas sub-imperialistas” (Campanha. Chile: setembro de 1972, p.3).

Também existiam jornais que visavam mobilizar os militantes para retornar ao Brasil e dar continuidade à luta revolucionária (*Resistência* - Chile). Estes se afirmavam como órgão oficial de organizações políticas e também cumpriam a função de promover a propaganda política desta por meio da divulgação de seus documentos oficiais, bem como realizavam a articulação com grupos internacionais. Esta categoria de periódicos predominou na primeira fase do exílio quando havia perspectivas de um breve retorno ao Brasil. De acordo com Marques (2011, p.132), neste contexto o exílio desempenhava um papel auxiliar, uma extensão da luta que estava sendo travada no país.

A revista *Resistência*, editada em 1972, no Chile, por militantes do MR-8 e ALN, por exemplo, demonstrava o compromisso com o projeto político que promovia o confronto direto com o regime militar e, assim, estimulava o retorno dos exilados para fortalecerem a luta em curso no Brasil.



La revolución brasileña desempeña un papel estratégico en la revolución latinoamericana. Cada cuadro, cada simpatizante, cada aliado, tiene la obligación histórica de fortalecer el frente formado por las siguientes organizaciones: Acción Liberadora Nacional (ALN), Movimiento Revolucionario 8 de octubre (MR-8), Movimiento Revolucionario Tiradentes (MRT), Vanguardia Popular Revolucionaria (VPR) y Partido Comunista Brasileño Revolucionario (PCBR), para que se cumpla el programa.

El fortalecimiento del Frente en Brasil es una contribución indispensable para una futura creación de una acción revolucionaria conjunta en América Latina. La revolución anti-imperialista latinoamericana necesita coordinar los esfuerzos en todos los países para la victoria final sobre la opresión. Los revolucionarios brasileños creen que su contribución actual más importante para eso es el Frente.

50

Contudo, também constatamos a manutenção do projeto que previa o confronto direto em outros periódicos editados na Europa ao longo da década de 1970. A revista *Brasil Socialista*, por exemplo, mesmo sendo editada na França em 1975, propunha um projeto político centrado na realidade brasileira, defendendo, inclusive, a prioridade das lutas nas portas de fábricas.

⁵⁰ “A revolução brasileira desempenha um papel estratégico na revolução latino-americana. Cada quadro, cada simpatizante, cada aliado, tem a obrigação histórica de fortalecer a frente formada pelas seguintes organizações: Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)” (*Resistência*. Chile: 1972, p.7).

Nossos maiores esforços no trabalho de massas hoje devem se concentrar nas fábricas. Porque? Em primeiro lugar, porque é nas fábricas onde a classe operária está agrupada e organizada pela própria produção capitalista. É aí onde os operários sentem mais vivamente suas contradições com a atual situação. Em segundo lugar, é aí também onde a classe operária pode forjar mais sólidamente sua capacidade de resistência e de luta. A realidade mostra que é nas fábricas onde estão ocorrendo as principais manifestações combativas dos operários. Finalmente, é nelas que o movimento operário tem de firmar-se para poder passar à ofensiva. Pretender organizar a resistência dos trabalhadores sem construir bases sólidas nas empresas é o mesmo que querer levantar um edifício no ar, sem lançar seus alicerces no solo.

51

A *Brasil Socialista* publicava documentos oficiais e artigos temáticos sobre a realidade política-econômica brasileira com o objetivo de fazer-se circular no Brasil. Desta forma, os responsáveis por sua edição enviavam clandestinamente até o Brasil os microfilmes da publicação através de contatos destas organizações. Posteriormente, o jornal era reimpresso e distribuído entre os brasileiros. Contudo, os editores não conseguiram manter a continuidade desta distribuição no Brasil diante dos já mencionados obstáculos para a sua edição.

Verifica-se, portanto, que os periódicos ligados a este projeto político que previa um breve retorno não percebiam o exílio como um espaço de lutas, mas como um tempo em suspenso. Desta forma, a identidade do militante apenas se completaria com a reintegração à luta contra a ditadura no território nacional. Diferente das publicações que promoviam denúncias do regime ditatorial brasileiro à comunidade internacional ou que divulgavam as realizações da comunidade de exilados em terras estrangeiras e, assim, percebiam o exílio como um espaço de transformação.

Entre as publicações editadas nesta conjuntura, mas que já percebiam o exílio como um espaço de lutas, encontramos a revista *Campanha*. Esta foi publicada em 1972, no Chile, e defendia a unidade dos exilados brasileiros contra o regime militar mesmo em terras estrangeiras.

“Nosso objetivo, ao lançar este periódico é iniciar uma CAMPANHA pela unidade dos brasileiros no exterior. Ou mais exatamente, transformar a estada fora do Brasil em uma CAMPANHA, que realmente seja parte de todo o combate contra a ditadura militar. Para estas duas coisas são necessárias: A primeira são as informações acerca do que realmente está se passando no Brasil. (...) Está aí a segunda questão importante: A questão da alternativa política. Para nós, esta questão está fundada na compreensão que temos da ditadura” (*Campanha*. Chile: setembro de 1972, p.3).

⁵¹ “Nossos maiores esforços no trabalho de massas hoje devem se concentrar nas fábricas. Porque? Em primeiro lugar é nas fábricas onde a classe operária está agrupada e organizada pela própria produção capitalista. É aí onde estão ocorrendo as principais manifestações combativas dos operários. Finalmente, é nelas que o movimento operário tem de firmar-se para poder passar à ofensiva” (*Brasil Socialista*. França: janeiro de 1975, p.28).

Outros títulos dessa imprensa do exílio divulgavam as produções artísticas e culturais dos exilados em terras estrangeiras (*Fragments da Cultura Brasileira* - Suécia). A revista *Fragments* tinha como objetivo registrar a diversidade da produção artística brasileira – fotografias, prosas, poesias, esculturas plásticas - no exterior. Contudo, esta publicação foi editada em 1979, quando a aprovação da Lei da Anistia já se concretizava no horizonte destes brasileiros. Assim, as matérias sinalizavam a incorporação de novos temas à pauta de discussão da esquerda brasileira (racismo, feminismo, respeito à diversidade sexual, questão ambiental), como também abordavam as expectativas de retorno ao Brasil após um exílio de quase 15 anos, em alguns casos.

“O Brasil é um país tão complicado que para certas pessoas ele é uma saudade, e, para outras, uma dor; para a gente é uma saudade e uma dor ao mesmo tempo, quer dizer, o Brasil é uma coisa muito ambivalente para a gente. Se a gente volta para o Brasil, será que vamos suportar ver a pobreza da mesma forma, depois de 10 anos na Europa? (Gabeira in **Fragmento da Cultura Brasileira**. Suécia: 1979, p.20).

Observamos que no acervo consultado não houve uma diferença significativa entre os idiomas adotados para a confecção dos exemplares: 27,2% em francês, 25,4% espanhol, 23,6% português, 21,8% outros. Mas podemos relacionar os objetivos da publicação e a língua na qual fora escrita. Consideramos que os periódicos elaborados em português visavam suscitar discussões no interior da comunidade de exilados, constituindo, assim, um importante elemento de aglutinação da esquerda e reforço das identidades referentes à militância política. Por outro lado, as publicações produzidas no idioma do país no qual o comitê editorial esteve estabelecido geralmente se destinavam a promover denúncias à comunidade internacional sobre a violação dos direitos humanos pelo governo militar.

Algumas publicações foram confeccionadas de forma mais artesanal do que outras. *O Brasil mês a mês na imprensa* possuía mais de 60 páginas impressas com relativa



regularidade nos quase 4 anos em que a revista existiu, o que sinaliza para o recebimento de apoio financeiro de instituições internacionais. Outras publicações, como a *Resistência*, existiram por apenas uma edição e suas ilustrações foram produzidas manualmente. Já a *Correio Brasiliense*, editada no México em 1964, foi datilografada.

A forma como eram reunidas as informações que constariam nas páginas destes periódicos também deve ser destacada. Alguns jornais e revistas publicavam textos elaborados pelos próprios militantes ou documentos oficiais da organização mantenedora. Outros reuniam informações obtidas na imprensa internacional ou remetidas pela comunidade de exilados sediada em diferentes países. As matérias da mídia brasileira, por outro lado, geralmente eram enviadas clandestinamente do Brasil por meio de contatos da equipe editorial.

O esforço para a reunião de notícia sobre sua pátria a partir de contato com pessoas que lá permaneceram se justifica diante das dificuldades em obter informações no exterior sobre os acontecimentos em curso no país. Para muitos, os fatos mais importantes da dinâmica brasileira eram obtidos por meio de novos exilados que chegavam às terras estrangeiras, pelas notícias publicadas na mídia internacional ou pelo contato com os exemplares de jornais e revistas brasileiras disponíveis para consulta nas embaixadas ou companhias aéreas que promoviam vôos ao Brasil.

Menos da metade dos títulos analisados circularam por mais de 4 edições. Esta descontinuidade pode denotar a insuficiência do acervo em agrupar as publicações editadas no referido período, bem como as dificuldades financeiras para manter os periódicos por um período mais prolongado. Outra possível razão para a precoce interrupção na edição diz respeito à própria conjuntura na qual eram produzidos. Aquelas elaboradas na Europa durante a década de 1970 existiram por tempo superior às publicações na América Latina da década de 1960.

Apesar das significativas diferenças na forma de edição dos diferentes títulos desta imprensa, verifica-se que muitas coleções do acervo analisado evocam a intenção de se converterem em instrumento de unificação da esquerda exilada. Neste sentido, “(...) a importância desta imprensa está na manutenção do grupo. Através dela, os exilados podiam se expressar mantendo aceso o espírito de oposição. Talvez a grande quantidade de publicações seja proporcional à vontade e à necessidade de recusar o silêncio e, talvez, um indício da dispersão e da diversidade de posições” (ROLLEMBERG:1999, p.205).

Diferente da explicação formulada por Kucinski para o desaparecimento dos principais títulos da imprensa alternativa durante a abertura política – a qual valoriza elementos próprios

da edição destes no processo de extinção -, aqui os fatores exógenos foram determinantes. Esses jornais faziam parte da lógica da ditadura, sua única razão de existir era a prática de resistência no contexto do exílio. Desta forma, com a aprovação da Lei da Anistia e retorno dos exilados, muitos destes periódicos foram extintos, assim como os projetos políticos aos quais estiveram inseridos e que foram reformulados para atender a nova realidade.

A edição de uma “imprensa do exílio” está inserida no mesmo processo que deu origem às publicações alternativas. Contudo, apesar das semelhanças na forma de organização, os diferentes contextos nos quais estas foram produzidas lhe conferiram objetivos diversos. Ambas categorias de imprensa surgiram como resistência ao fechamento dos canais de comunicação. A imprensa alternativa foi gerada durante a implementação da censura e auto-censura nas redações brasileiras, ao passo que a imprensa do exílio se manifestou como resistência ao silenciamento e à anulação política provocados pelo exílio. Ambas publicações possuíam uma estrutura organizacional que previa a auto-gestão e a rejeição aos parâmetros comerciais presentes na grande imprensa.

Contudo, a imprensa alternativa promovia a organização e difusão das idéias que circulavam entre os segmentos de oposição ao regime, em contrapartida constatamos que a “imprensa do exílio” atendia a objetivos mais específicos. De acordo com Marques (2011, p.147), esta modalidade de imprensa se inseria no projeto de militância dos brasileiros por meio da denúncia das arbitrariedades cometidas no território nacional e do ataque à imagem do regime autoritário, bem como promovia o debate das estratégias de enfrentamento da ditadura e atuava na convocação dos exilados para atividades organizadas pela comunidade. Assim, os dados levantados no presente estudo confirmam a hipótese de que mais do que informar os exilados, tal imprensa contribuiu para a reorganização da esquerda em terras estrangeiras mediante a manutenção da coesão do grupo e do reforço da identidade relacionada à militância.

Portanto, consideraremos que os jornais analisados no âmbito desta pesquisa situam-se na intersecção de dois conjuntos. A imprensa do PCB se constitui como uma imprensa partidária que possui as características definidas por Penna (2007), Roxo e Mourão (2010). No entanto, foi editada no contexto de exílio, logo atende aos objetivos específicos de tal condição conforme o sinalizado por Marques (2011).

Observamos também diferenças de projetos políticos no interior dos jornais editados pelo PCB no exterior durante o referido período. A “*Voz Operária*” se adequa a categoria de periódicos similares a *Brasil Socialista*. A publicação está mais alinhada à perspectiva político-partidária da modalidade de imprensa que promovia a divulgação de documentos

oficiais de sua organização mantenedora e atuava na doutrinação ideológica dos membros do partido.

Por outro lado, “*O Brasil mês a mês na imprensa*” é uma publicação “típica” desta imprensa do exílio já que divulgava informações sobre o Brasil a fim de contribuir para a reintegração dos exilados quando se processasse o retorno. Ao passo que a “*Voz Operária*” era editada no Brasil desde 1964 e continuou a ser publicada mesmo com o retorno dos exilados, “*O Brasil Mês a Mês no Exílio*” deixou de existir após a aprovação da Anistia.

Após a breve exposição das semelhanças e diferenças existentes nas categorias de imprensa alternativa, militante e exilada, nos concentraremos na reconstrução da trajetória de dois periódicos editados no exílio pelo PCB. Objetivamos, com isso, compreender as práticas envolvidas na edição destas publicações a partir dos conceitos utilizados para a definição de uma imprensa militante e do exílio.

3.3 A Imprensa pecebista e exilada: um estudo de caso

3.3.1 – *Voz Operária*

A “*Voz Operária*” era uma publicação do PCB. A decisão pelo início de sua publicação ocorreu na reunião do comitê central, em maio de 1965, após a interrupção da edição de “*Novos Rumos*” com o golpe (PRESTES: 2012, p.116). Este periódico circulou nacionalmente até 1976, quando a edição foi transferida para o exterior devido à invasão pelos órgãos de repressão, em 1975, da gráfica do PCB que se situava em Campo Grande. Este jornal se inseriu no projeto de construção de um complexo gráfico para o partido.

O acervo da Biblioteca Nacional apresenta duas coleções do “*Voz Operária*” identificadas como “órgão oficial do partido”. Uma delas foi fundada em fevereiro de 1949 sob responsabilidade de Waldyr Duarte e João Batista de Lima e Silva. Os registros da outra coleção, datada de 1964, não possui detalhes sobre a sua edição. Ainda há referências de outros periódicos homônimos que foram editados na década de 1950 também como órgãos oficiais do PCB. O acervo utilizado para a presente pesquisa foi obtido no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM) e possui o intervalo de publicação do número 10, outubro de 1965, ao 174, outubro de 1981.

Nos primeiros nove meses de existência da coleção analisadas nesta pesquisa, os exemplares eram mimeografados em Guadalupe sob responsabilidade de Henrique Cordeiro Filho e Gutemberg Cavalcanti⁵². Contudo, o acervo não possui registro desses exemplares. A partir de 1965, Raimundo Alves de Sousa assumiu a direção nacional do periódico, função que desempenhou durante a edição dos exemplares de número 10 ao 121 em uma gráfica clandestina em Campo Grande. A distribuição do jornal era realizada entre os militantes no dia cinco de cada mês.

Em 1975, esta gráfica foi descoberta pelo aparelho de repressão do governo militar, o que resultou na detenção de, pelo menos, cinco integrantes da equipe que atuava em Campo Grande – Rio de Janeiro, entre eles o próprio Raimundo (SOUSA: 2005, p.129), e Marco Antonio Tavares Coelho. Em um texto memorialístico, o diretor nacional da *Voz Operária* revela que as atividades da gráfica foram monitoradas pelos órgãos de repressão.

Quando a repressão entendeu de acabar com a imprensa, ela o fez com maior competência. Agindo de forma organizada e programada com longo prazo de análise

⁵² Também participaram da organização, edição e distribuição em diferentes momentos da existência do jornal no Brasil: Alberto Aleixo – responsável pela paginação; Antônio José Gonçalves, Antônio Juvêncio da Silva, Armando Oliveira Mattos, Guttemberg Cavalcanti, José Benigno da Silva, José Carneiro da Silva, José Ignacio Batista, Jovino Sebastião de Oliveira, Pedro Etelvino da Silva, Waifro da Silveira Frederich – distribuição; Euvaldo Lopes Gonçalves da Silva – editorial; Newton Higino de Sousa – composição; Newton Libânio da Silva – impressão; Ioshio Ide – linotipo; entre outros (SOUSA:2005).

das pessoas localizadas e rastreadas. Não foi o trabalho de grupo de policiais imbecis que queriam prender alguém e o faziam de forma tradicional. (SOUSA:2005, p.105).

Apesar da prisão dos militantes, o periódico manteve sua circulação no Brasil por cerca de um ano. A partir da edição de número 122, a finalização passou a ser realizada na rua Gonzaga Bastos (Tijuca) por meio de um mimeografo, mas não ultrapassavam mais de mil exemplares. Maria Luiza de Rezende Mathias e seu marido - que utilizava o codinome “Catão” – se tornaram responsáveis pela edição. Entretanto, em 1976, na edição n.123 a produção e impressão do jornal foram transferidas para o exterior, onde se transformou no principal elo de ligação entre a direção exilada (SOUSA: 2005, pp. 136-138). O periódico editado em Paris era enviado clandestinamente para o Brasil (PRESTES:2012, p.201).

A coleção analisada possui pelo menos um exemplar em língua estrangeira por ano, o que deve corresponder à programação de eventos oficiais cumpridos pelos dirigentes do PCB junto a outros partidos comunistas internacionais. Os demais exemplares foram confeccionados em português. Estes informavam aos exilados brasileiros sobre as tarefas políticas no exterior e os fatos importantes da política nacional, diferente das edições em língua estrangeira que estavam mais direcionadas a promover a propaganda política do partido para um público mais geral.

Consideramos que os exemplares editados em terras estrangeiras correspondem ao número 123, abril de 1976, e 161, agosto de 1979, uma vez que a edição coincide com o período de transferência sistemática do comitê central do partido. Também é informada a retomada do periódico após quase um ano de interrupção, provavelmente referindo-se ao interstício entre a desestruturação da edição no Brasil e sua retomada no exterior. Notamos que nos exemplares deste intervalo houve o aumento do espaço de divulgação da atividade internacional do PCB em relação aos exemplares editados no Brasil. A edição de número 161, que encerra os jornais produzidos no exterior, encontra-se duplicada - uma foi editada em agosto de 1979 e a outra em setembro de 1980. A partir deste número, o acervo não possui exemplares que indicam uma edição regular.

VOZ OPERÁRIA

nº 123 - Abril de 1976 - Cr\$ 1,00

54º

ANIVERSARIO
do Partido Comunista
Brasileiro

A volta da Voz Operaria

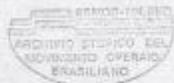
A ditadura militar-fascista empreende desde há mais de um ano violenta campanha repressiva contra o Partido Comunista Brasileiro. Centenas de nossos militantes e dirigentes foram presos e barbaramente torturados. Muitos perderam a vida nas garras de reação, entre eles dez membros do Comitê Central, sequestrados e assassinados. Numa das primeiras investidas dessa campanha, VOZ OPERÁRIA foi seriamente atingida. Os comunistas, os trabalhadores, os anti-fascistas e patriotas ficaram privados momentaneamente deste porta-voz da direção de nosso Partido.

Investindo contra o Partido Comunista e seu jornal central, a ditadura visa igualmente a atingir e desarticular o movimento de oposição nacional que se avoluma contra ela. Tenta privar esse movimento da participação valiosa e indispensável dos comunistas. Tenta atemorizar e coagir a se afastarem dos comunistas as forças mais vivas e atuantes desse movimento: a classe operária e seus sindicatos; os dirigentes e parlamentares antifascistas de outras organizações políticas; os jornalistas; os estudantes; a Igreja; os militares patriotas.

Mas nosso Partido é indestrutível, porque não é artificial nem exterior à sociedade brasileira; ele emana da existência mesma e da consciência política de nossa classe operária. Comprova-o seus 54 anos de existência ininterrupta, vividos sob as condições particularmente difíceis do Brasil. Apenas dois anos de vida legal de direito, e seis de semilegalidade de fato. E 46 anos de estrita clandestinidade, 21 dos quais sob regimes fascizante ou fascista. Numerosas vezes os inimigos do povo tentaram destruí-lo, e de todas elas nosso Partido saiu fortalecido do apoio da classe operária, das forças progressistas da nação, dos patriotas de todas as classes sociais.

Igualmente indestrutível é o movimento de opinião pública nacional que se levanta contra a ditadura. É produto do profundo descontentamento e revolta de nossa gente contra o regime que, sob o falso pretexto de desenvolver o país, liquidou os direitos e liberdades políticas do povo, reduziu pela força os salários dos trabalhadores em benefício dos lucros dos grandes capitalistas, e entregou nossa economia ao controle do capital estrangeiro. Por isso é movimento patriótico, que se alastra por todas as classes sociais, e tem na classe operária sua poderosa base de massas, como evidenciou-se nas eleições de 74. Não por acaso, 1975 foi um ano de sucessivos fracassos políticos da ditadura, de esvaziamento e derrota de todas as suas manobras e ameaças para afastar dos comunistas e do movimento operário as demais forças progressistas e patrióticas da nação.

Quase um ano este jornal deixou de circular, mas os comunistas não cessaram sua luta. Nas fábricas e nos sindicatos, nas escolas, nas instituições políticas, profissionais e sociais representativas de nosso povo, onde quer que sua ação pudesse contribuir para esclarecer, unir, ajudar os que desejam um Brasil melhor, democrático e livre, ali sempre estiveram os comunistas. E ali continuarão a estar, com o apoio decidido de nosso povo e o concurso agora renovado de sua VOZ OPERÁRIA.



Garantir a realização das eleições e aumentar a resistência à ditadura

Entramos em um ano que pode vir a ser um marco na viragem do curso político do país. A base concreta para essa expectativa já, existe nos dias atuais. O povo está reagindo ativamente, e com / êxito crescente, contra o regime, e aprendeu a usar o voto como meio de demonstração política contra ele. E 1976 é um ano eleitoral.

As eleições se afirmaram no Brasil como a via que, no nível atual da resistência anti fascista, maiores possibilidades oferece às massas para as / grandes demonstrações de repúdio ao regime. Foi um mérito e um / importante passo à frente de nosso povo haver compreendido isso e transformado o pleito passado em plebiscito sobre a ditadura. Ele foi às urnas para votar contra o governo, e dessa sua atitude resultou a maior demonstração de massas já realizada contra o regime e a maior derrota eleitoral já imposta a um governo no Brasil.

Ademais, novembro de 74 não só assinalou um marco importante na viragem de nosso povo para as posições de resistência ativa à ditadura, como produziu notórias consequências políticas, a mais importante das quais foi a ascensão da classe operária a uma posição de primeiro plano nas cogitações de todas as forças políticas do país. Como vai votar a classe operária este ano, passou a ser uma das grandes preocupações do governo e da oposição, e o dado eleitoral mais manuseado pelos analistas políticos. É que para todos vai se tornando evidente que a classe operária caminha para se tornar uma das componentes de maior peso no processo político brasileiro.

Neste quadro, uma nova e mais avassaladora derrota da ditadura em novembro próximo, com as consequências internas e externas que inevitavelmente gerará — sobretudo o rápido reforçamento da oposição de massas —, pode desencadear um processo acelerado de decomposição do regime e assinalar o início de sua liquidação.

Não se trata de uma hipótese abstrata, é uma possibilidade / real, que pode ser convertida em fatos. Existe e cresce no Brasil forte sentimento nacional por mudanças no país. Existe, na verdade, um forte movimento de opinião pública nacional contra a ditadura. As grandes massas, notadamente a classe operária, já não / aceitam mais os salários de fome e as dificuldades de vida impostos pelo regime, em benefício dos grandes capitalistas; e está se cansando da falta de liberdades e garantias políticas, das cassações de mandatos, das prisões, sequestros, torturas e assassinatos em que se converteu o dia-a-dia da vida política brasileira.

Foi o sentimento nacional de repúdio a tudo isso que deu à oposição a vitória de 74 e levou ao esvaziamento e à derrota as manobras demagógicas e as ondas repressivas desencadeadas pela ditadura o ano passado. Foi a onda de protestos e a exigência de punição e mudanças, quando do assassinato de Vladimir Herzog, que gerou a séria crise interna no sistema de outubro passado e levou finalmente, em janeiro deste ano, à substituição do comandante do II Exército, responsável principal pelas tor-

continuação a pag. 8

Os jornais editados no exílio foram produzidos mensalmente com 8 páginas, exceto nas edições especiais. Milton Temer atuou como editor chefe deste periódico no período compreendido entre 1976 e 1978. A partir do seu afastamento do partido, a edição passou a ser exercida por Mauro Malin. Armênio Guedes era responsável pela direção política da publicação. Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Aloisio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Peixoto e Mauro Malin compunham a redação⁵³. Muitos destes militantes integravam a já mencionada assessoria do comitê central, criada em Paris. De acordo com Anita Prestes:

“Nas matérias publicadas em *Voz Operária*, ficavam refletidas, cada vez mais, as teses defendidas pela Assessoria. (...) Nas páginas de *Voz Operária* não se falava mais nem na estratégia da revolução nacional e democrática nem no objetivo final socialista. A única preocupação era derrotar a ditadura, revelando a disposição de fazer o máximo de concessões para atingir tal objetivo” (PRESTES:2012, pp.204-205).

Segundo Severino de Melo⁵⁴, a “*Voz Operária*” tinha o objetivo de fazer-se circular no Brasil. Os militantes do PCB sediados em Paris organizaram uma lista - a partir de informações presentes em catálogos telefônicos disponibilizados pela Varig, com o contato de sindicatos e deputados nos diferentes estados brasileiros - para remeter a revista pelo correio. Segundo o antigo dirigente do PCB, esta lista possuía mais de 400 contatos. Os envelopes que continham o jornal eram distribuídos em um espectro amplo de seções do Correio de forma a impedir a localização do seu endereço original⁵⁵.

Apesar das diferenças entre os objetivos dos exemplares publicados no Brasil e no exterior, os jornais analisados no âmbito deste trabalho possuem continuidades em relação às edições brasileiras. Como um órgão do PCB, algumas matérias são assinadas pelo comitê central e publicavam-se documentos oficiais. Por outro lado, manteve-se um espaço destinado à análise da conjuntura internacional, sendo este estendido durante o período de sua publicação no exterior.

Cabe ressaltar que a composição gráfica deste jornal é melhor acabada do que muitas revistas editadas por exilados, uma vez que os exemplares foram impressos e não mimeografados ou organizados manualmente como outras revistas produzidas por organizações revolucionárias que também estão disponíveis para consulta no acervo. Tal fato é decorrente do apoio do Partido Comunista Italiano para a impressão dos exemplares⁵⁶.

⁵³ Entrevista concedida por Milton Temer a autora em 31 de maio de 2012.

⁵⁴ Entrevista concedida por Severino de Melo à autora, em 18 de maio de 2008.

⁵⁵ Entrevista concedida por Milton Temer a autora em 31 de maio de 2012.

⁵⁶ Entrevista concedida por Milton Temer a autora em 31 de maio de 2012.

A volta da Voz Operaria

A ditadura militar-fascista empreende desde há mais de um ano violenta campanha repressiva contra o Partido Comunista Brasileiro. Centenas de nossos militantes e dirigentes foram presos e barbaramente torturados. Muitos perderam a vida nas garras de reacão, entre eles dez membros do Comitê Central, sequestrados e assassinados. Numa das primeiras investidas dessa campanha, VOZ OPERARIA foi seriamente atingida. Os comunistas, os trabalhadores, os antifascistas e patriotas ficaram privados momentaneamente deste porta-voz da direção de nosso Partido.

Investindo contra o Partido Comunista e seu jornal central, a ditadura visa igualmente a atingir e desarticular o movimento de oposição nacional que se avoluma contra ela. Tenta privar esse movimento da participação valiosa e indispensável dos comunistas. Tenta atemorizar e coagir a se afastarem dos comunistas as forças mais vivas e atuantes desse movimento: a classe operária e seus sindicatos; os dirigentes e parlamentares antifascistas de outras organizações políticas; os jornalistas; os estudantes; a Igreja; os militares patriotas.

Mas nosso Partido é indestrutível, porque não é artificial nem exterior à sociedade brasileira; ele emana da existência mesma e da consciência política de nossa classe operária. Comprova-o seus 54 anos de existência ininterrupta, vividos sob as condições particularmente difíceis do Brasil. Apenas dois anos de vida legal de direito, e seis de semilegalidade de fato. E 46 anos de estrita clandestinidade, 21 dos quais sob regimes fascizante ou fascista. Numerosas vezes os inimigos do povo tentaram destruí-lo, e de todas elas nosso Partido saiu fortalecido do apoio da classe operária, das forças progressistas da nação, dos patriotas de todas as classes sociais.

Igualmente indestrutível é o movimento de opinião pública nacional que se levanta contra a ditadura. É produto do profundo descontentamento e revolta de nossa gente contra o regime que, sob o falso pretexto de desenvolver o país, liquidou os direitos e liberdades políticas do povo, reduziu pela força os salários dos trabalhadores em benefício dos lucros dos grandes capitalistas, e entregou nossa economia ao controle do capital estrangeiro. Por isso é movimento patriótico, que se alastra por todas as classes sociais, e tem na classe operária sua poderosa base de massas, como evidenciou-se nas eleições de 74. Não por acaso, 1975 foi um ano de sucessivos fracassos políticos da ditadura, de esvaziamento e derrota de todas as suas manobras e ameaças para afastar dos comunistas e do movimento operário as demais forças progressistas e patrióticas da nação.

Quase um ano este jornal deixou de circular, mas os comunistas não cessaram sua luta. Nas fábricas e nos sindicatos, nas escolas, nas instituições políticas, profissionais e sociais representativas de nosso povo, onde quer que sua ação pudesse contribuir para esclarecer, unir, ajudar os que desejam um Brasil melhor, democrático e livre, ali sempre estiveram os comunistas. E ali continuarão a estar, com o apoio decidido de nosso povo e o concurso agora renovado de sua VOZ OPERARIA.

A composição gráfica do periódico não variou muito nos anos de sua edição. Verifica-se a presença de textos densos, dispostos em colunas e antecedidos pelos títulos das matérias. O logo foi mantido em todas as edições analisadas. Também se buscou preservar o tipo das fontes, a impressão em preto e branco, o número de páginas e o formato da publicação. A veiculação de ilustrações não seguia parâmetros definidos, alguns exemplares possuíam até 4 figuras, outros nenhuma. O editorial geralmente comentava os fatos da política brasileira considerados mais importantes pelo PCB. No edital de lançamento, em abril de 1976, por exemplo, discute-se a ofensiva do governo militar contra os militantes do partido durante a década de 1970, o que resultou no assassinato, tortura e prisão de muitos militantes.

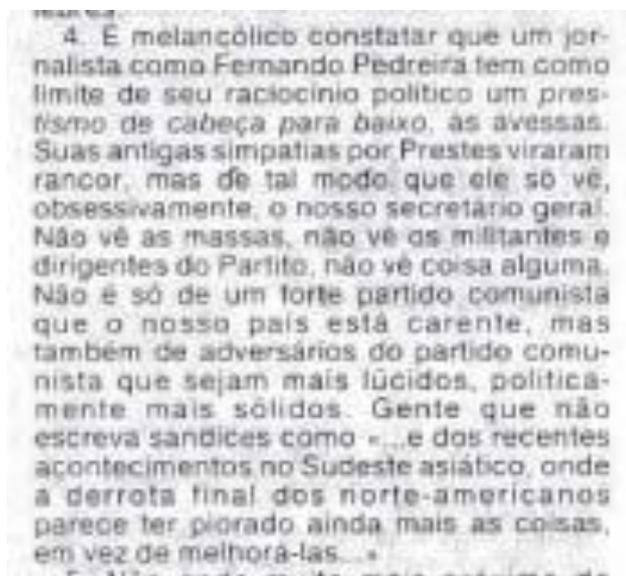
As primeiras páginas geralmente eram destinadas a matérias que analisavam a conjuntura brasileira. Nas páginas centrais, publicavam-se reportagens a respeito da atividade do PCB no exterior. Posteriormente,

seguiam-se artigos temáticos e análises sobre a conjuntura brasileira. No entanto, grande parte das revistas não possui esta disposição definida para as matérias. A partir de 1977 há um esforço em separar o conteúdo por editoriais (sindicatos, partido, idéias, internacional, entre outras). Contudo, esta divisão foi flexível e não se fez presente em todas as edições.

Entre as matérias específicas sobre o PCB há documentos oficiais como resoluções, comunicados, divulgação de congressos realizados, propostas e entrevistas com dirigentes. Há também a divulgação de textos produzidos por Prestes para os comunistas. Apesar deste significativo espaço destinado à veiculação de textos oficiais, segmentos do PCB não se sentiam representados pelo jornal.

Considerava-se que as posições defendidas no âmbito deste periódico eram alinhadas aos Eurocomunistas e reformistas. Neste sentido, em 1978 foi aprovado o documento “Resolução sobre Voz Operária” onde declarava-se que “(...) em várias matérias de orientação política, de responsabilidade da redação do VO, indicações nelas contidas não correspondiam, em medidas variáveis, às decisões de sua direção nacional” (PRESTES, 2012, p.223).

No âmbito do referido periódico discute-se, ainda, a “opinião publica” sobre o PCB a partir de matérias divulgadas na mídia nacional sobre o partido. Na edição de agosto de 1979, por exemplo, foi publicada uma reportagem em resposta a um jornalista do *Jornal do Brasil* que teria se posicionado contra Prestes. A matéria veiculada na *Voz Operária* apresenta pontualmente os elementos da reportagem do JB para os quais estão sendo direcionadas as contra-argumentações, contudo a não observação da totalidade do texto original o deixou descontextualizado.



57

A coluna internacional informa a atividade desta agremiação em terras estrangeiras e a sua participação em eventos situados em regiões como URSS, Itália, França, Praga, Portugal e Bélgica, além de acontecimentos considerados significativos no exterior. A coluna agrupa

⁵⁷ É melancólico constatar que um jornalista como Fernando Pedreira tem como limite de seu raciocínio político um prestígio de cabeça para baixo às avessas. Suas antigas simpatias por Prestes viraram rancor, mas de tal modo que ele só vê, obsessivamente o nosso secretário geral. Não vê as massas, não vê os militantes e dirigentes do Partido, não vê coisa alguma” (VO⁵⁷, agosto de 1979, p.8).

tanto matéria sobre a participação do PCB em congressos de partidos comunistas internacionais, como reportagens sobre relações internacionais (VO, dezembro de 1977).

Entre o conjunto de reportagens publicadas, encontramos aquelas que mencionavam a história do partido por ocasião do aniversário do PCB, celebrado em 25 de março (VO, abril de 1976). O texto relatava fatos marcantes da memória institucional desde a fundação em 1922.

“O PCB é a única organização revolucionária que conseguiu atravessar todo esse período da história do Brasil (desde a sua fundação) sem se deixar abater ou dissolver-se, ou renegar seus princípios básicos, no curso das marchas e contramarchas, as vezes bruscas do quadro institucional brasileiro” (VO, abril de 1976, p.6).

Outras matérias, que abordavam o histórico de lutas do partido e faziam projeções sobre desafios para o futuro, foram publicadas para celebrar o aniversário desta agremiação nos anos em que o jornal circulou. A memória institucional também era reforçada nos textos escritos por ocasião da morte de um dirigente importante, como por exemplo o comunicado do falecimento de Roberto Morena, na edição de setembro de 1978. Nestes casos, observamos o entrelaçamento da trajetória individual com a trajetória institucional, gerando o reforço de identidades. Algumas datas comemorativas suscitavam a publicação de textos com o enfoque histórico, como por exemplo o dia da mulher e o primeiro de maio.

As temáticas mais recorrentes nesta publicação são as eleições, atuação dos movimentos sociais, movimento sindical, a Anistia e a luta pela redemocratização. Tais temas reforçam o projeto político do PCB que previa a redemocratização por meio de uma transição por vias pacíficas e parlamentares. Este jornal também divulga a atividade dos militantes do PCB em diversos países da Europa possibilitando a percepção das diversas contribuições do exílio para o acúmulo de experiências do PCB.

3.3.2 O Brasil mês a mês na Imprensa

O Brasil Mês a Mês na Imprensa foi uma publicação do PCB editada mensalmente em Moscou entre agosto de 1975 e junho de 1979, totalizando 46 exemplares. Estes geralmente possuíam 63 páginas e eram escritos em português. O referido periódico não possui diversidade de ilustrações, estas eram publicadas na forma de charges retiradas dos principais veículos de comunicação brasileiros.

O objetivo da revista era fornecer “um resumo documental e crítico do que se publica no Brasil e no exterior” a fim de estabelecer um maior contato com os acontecimentos ocorridos na pátria e atualizar os brasileiros exilados de diferentes orientações políticas sobre

as mudanças em curso no país e, assim contribuir para sua reintegração à luta política no cenário nacional quando ocorresse o retorno.

“A importância da revista era imensa pelo isolamento de informações. Como é que nós retomariamos o trabalho político ao voltar ao país sem acompanhar como os fatos se davam? Como, por exemplo, teríamos um diálogo entre nós... Porque tenho certeza de que quem recebia a revista a repassava, criando um círculo de pessoas que analisavam aqueles fatos cada um de seus ângulos de observação.”⁵⁸.

A idéia que deu origem ao periódico foi concebida no apartamento de Luis Carlos Prestes em Moscou. Neste local, Francisco Inácio de Almeida e Severino de Melo entraram em contato com pastas que continham recortes retirados de jornais brasileiros. Estes eram remetidos pela irmã mais nova do Secretário Geral do PCB, Lygia Prestes, que diariamente marcava em vermelho as matérias de possível interesse aos exilados nos principais jornais brasileiros. Posteriormente, a mãe de Prestes recortava os jornais assinalados.

Em seguida, os envelopes com as notícias eram enviados com pseudônimos a um contato do PCB no exterior que os remetiam ao Secretário Geral. Ao entrar em contato com este material, Francisco Inácio de Almeida sugeriu a sua utilização como fonte para um jornal. Prestes encaminhou a idéia para os órgãos competentes do partido e foi determinada a gráfica para a sua impressão.

De acordo com Severino de Melo, ele ficou responsável pela pré-seleção das matérias que seriam veiculadas a partir daqueles recortes. Francisco Inácio lia o material e discutia os enfoques das notícias. Posteriormente, estas eram adaptadas ao formato jornalístico e recebiam comentários, ou seja, eram reescritas para agrupar as opiniões dos militantes do PCB em relação aos principais fatos sobre acontecimentos relevantes ao longo do mês. Para Francisco Inácio, os dois se dividiam em editorias, mas produziam em conjunto o editorial e o apanhado dos fatos mais importantes no mês de referência. Francisco também seria responsável pela revisão do material na gráfica. De acordo com este militante, Severino seria o “diretor” e ele exercia a função de “editor/revisor” na estrutura organizacional da publicação.

O produto deste trabalho era um clipping com comentários das matérias publicadas na mídia nacional e internacional sobre a situação política, econômica e cultural do Brasil. Os editores compilavam as matérias divulgadas nos periódicos brasileiros – em especial, o *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, como também nos semanários *Opinião*, *Movimento* e *Crítica*, e nas revistas *Visão* e *Veja* -, agrupando as principais notícias que retratavam o desenvolvimento de fatos tidos como importantes no cenário nacional.

⁵⁸ Entrevista concedida por Francisco Inácio de Almeida à autora, em 07 de junho de 2008.

“Colocávamos em aspeado o que era interessante, um comentário antes ou depois ou sem comentários, íamos dando a informação. Para não acharem que estávamos inventando uma derrota da ditadura, uma crise importante, do ponto de vista social, algum movimento novo que tivesse surgido. Para as pessoas verem que aquilo era realmente um dado da realidade... Não enfeitávamos nem colocávamos mais feia a realidade. Era tal como acontecia. E [a edição da revista] foi se tornando empolgante pela ausência absoluta de informações”⁵⁹.

Este jornal se diferenciava da outra publicação do PCB, a “*Voz Operária*” pelo enfoque das matérias e o público alvo pretendido. “*O Brasil mês a mês na imprensa*” retirava de veículos considerados conservadores matérias que poderiam ser de interesse a um vasto público de exilados, independente de suas orientações políticas. Por outro lado, a *Voz Operária* promovia a discussão interna e divulgava documentos oficiais para os militantes do partido, preferencialmente.

Ele [Francisco Inácio de Almeida] bolou o seguinte: a gente faz aqui o jornalzinho ‘Voz Operária’, mas aqui a gente está dando a opinião do partido, opinião que a gente já se baseava no que se lia nos recortes. Mas não seria muito melhor fazer uma revista, muito bem feitinha - porque isso poderíamos fazer, tecnicamente – Pegando o que os recortes publicam e comentando (...). Fazíamos um apanhado de determinados assuntos, por vezes economia ou legislação, citando trechos, reproduzindo... mas fazíamos acompanhando uma opinião do partido ⁶⁰.

Os exemplares eram impressos no Instituto da América Latina da Academia de Ciências da antiga União Soviética sem custos para os editores. Este apoio material de uma organização internacional foi fundamental para garantir a perenidade da publicação, diferente de grande parte dos demais títulos da imprensa dos exilados que não conseguiram garantir sua publicação regular.

De acordo com os editores, a tiragem de *O Brasil mês a mês na imprensa* correspondia a um quantitativo entre 1.500 e 2.000 exemplares. Estes eram distribuídos entre os exilados a partir de contatos na América e Europa.

Nós tínhamos uma lista que era a gente que mandava com um determinado número de exemplares, porque a gente sabia que a pessoa recebia e repassava (...). Mario Soares⁶¹ montou uma livraria [em Paris] e aquilo tinha publicações de tudo o que era exilado, em língua portuguesa e em espanhol, às vezes tinha em outros idiomas. Mário Soares começou a colocar lá *O Brasil mês a mês*, mas eu nem sei quanto ele cobrava, porque não tinha preço, não tinha dono, não tinha nada.⁶²

⁵⁹ Entrevista com Francisco Inácio de Almeida concedida à autora, em 07 de junho de 2008.

⁶⁰ Entrevista concedida por Severino de Melo à autora, em 18 de maio de 2008.

⁶¹ Mário Alberto Nobre Lopes Soares foi um opositor da ditadura que vigorou em Portugal entre 1933 e 1974. Devido a sua militância, foi preso 12 vezes e deportado para São Tomé até se asilar na França em 1970. Em 1973, ele também ajudou a fundar o partido socialista em Portugal.

⁶² Entrevista concedida por Francisco Inácio de Almeida à autora, em 07 de junho de 2008.

O BRASIL MÊS A MÊS NA IMPRENSA

(Resumo documental e crítico do que
se publica dentro do país e no exterior)

AGOSTO 71

Publicação do Partido Comunista Brasileiro

A composição gráfica do jornal não variou muito ao longo dos anos em que ocorreu a sua publicação. Na primeira página eram agrupados o título em negrito e as informações editoriais (mês e ano), além dos dizeres “Resumo documental e crítico do que se publica dentro do país e no exterior” e “Publicação do Partido Comunista Brasileiro”. Estas informações também eram reproduzidas na contra capa.

Nas páginas seguintes eram publicados: um sumário, que facilitava a localização dos conteúdos no interior da revista, o editorial e, por fim, as matérias. Estes textos introdutórios não estiveram presentes em todas as edições e, quando publicados, promoviam um balanço dos principais fatos ocorridos ao longo do mês. O editorial de encerramento, por exemplo, realizou um balanço sobre os anos em que a revista foi publicada, enfocando os objetivos atendidos e as expectativas com a mudança de conjuntura.

Apesar do relativo atraso com que a publicação era editada e chegava às mãos dos habituais leitores (circulando, geralmente, entre várias pessoas um mesmo exemplar), ela - em grande parte - cumpriu seu objetivo maior, sobretudo no que diz respeito ser um documento permanente dos processos sociais e políticos no país. E foi nesse caráter que passou a ser requisitada por muitos estudiosos estrangeiros da realidade brasileira. Foi através dela que muitos partidos irmãos, sobretudo da América Latina, puderam melhor acompanhar os câmbios ocorridos no Brasil, nos últimos anos.

Evidente que muitas dificuldades foram enfrentadas, para a concretização da tarefa, particularmente se considerarmos a imperiosidade de ler, assidua e atentamente, para dali extrair os materiais mais significativos, os principais diários, semanários e mensários, revistas periódicas e outras publicações avulsas vindas do interior do país, sem falar o que se divulgou, nos principais jornais do mundo, sobretudo da Europa, a respeito do Brasil. E, nesse aspecto, deve-se contabilizar o quase sempre constante atraso da correspondência, vinda de dentro do país.

63

Observa-se que nos primeiros meses de circulação, não havia uma divisão formal das matérias por editoriais. Contudo, ao longo de 1976 consolidou-se o agrupamento dos assuntos mais recorrentes em colunas fixas, mas as matérias que não se adequavam à divisão proposta eram publicadas com um título próprio. A seguir apresentaremos as colunas fixas mais recorrentes.

⁶³ “Apesar do relativo atraso com que a publicação era editada e chegava às mãos dos habituais leitores (circulando, geralmente, entre várias pessoas um mesmo exemplar), ela - em grande parte - cumpriu seu objetivo maior, sobretudo no que diz respeito ser um documento permanente dos processos sociais e políticos do país” (BMMI: junho de 1979, p.4).

A atuação dos órgãos de repressão contra manifestantes ou movimentos sociais em oposição à ditadura era noticiada *No mundo da violência*. As atividades do movimento estudantil e as ações governamentais direcionadas aos jovens geralmente eram divulgadas *No mundo da juventude*. *No mundo do trabalho* repercutia as greves, reivindicações trabalhistas, manifestações e atividades do operário, bem como promovia a denúncia do desemprego e condições precárias do trabalhador. As matérias que abordavam a divulgação de produções culturais, os eventos comemorativos, a política educacional brasileira e a censura eram agrupadas *No mundo da cultura*.

Ainda existiam colunas como *O Exército e a Política* e *A Igreja e a política*. A primeira repercutia notícias sobre as declarações de militares na mídia e assuntos relacionados à inserção deste segmento na política brasileira após o golpe militar. A segunda coluna divulgava a repressão do governo militar contra os setores da igreja que se opunham ao regime ditatorial, mas também noticiava os pronunciamentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre fatos político-sociais.

Por outro lado, a coluna *O Brasil no exterior* divulgava as atividades dos exilados em terras estrangeiras - tais como congresso, eventos, encontros, palestras, fundação de periódicos - mas também repercutia matérias sobre o Brasil veiculadas na mídia internacional e notas de solidariedade. Em mais de 60 páginas do jornal, apenas 3 ou 4 eram destinadas à divulgação de fatos relevantes sobre o exílio. Esta presença pouco expressiva do referido tema na publicação demonstra o estreito vínculo do projeto político destes militantes com o Brasil e, desta forma, a não percepção do exílio como espaço de lutas. O próprio objetivo do periódico denota essa noção de “tempo em suspenso”, uma vez que o jornal atualizava os exilados para a sua reintegração nos movimentos políticos e sociais quando se processasse o retorno.

O Brasil mês a mês na imprensa destinava espaços para a publicação de entrevistas com dirigentes e repercutia as notícias que eram divulgadas na mídia nacional sobre o partido, sobretudo, por meio da coluna *PCB em foco*. A principal questão que se colocava naquele contexto era a possível legalização do PCB e o retorno de seus dirigentes e militantes para o cenário nacional com a aprovação da Lei da Anistia.

"Com a anistia, cai o pano sobre mais uma das falsas /
questões nacionais, aquela segundo a qual o governo pode fa-
zer com que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) deixe de
existir. Quinze anos de vigilância, prisões e desaparecimen-
tos demonstraram que a repressão pode até mesmo conseguir /
que o PC, momentaneamente, recue sua linha de comando para
a Europa - mas é impossível fazer com que ele desapareça .
Portanto, a verdadeira questão não é saber se ele existe ou
não, mas se deve existir na legalidade ou na clandestinida-
de (...)

64

Verifica-se que as seguintes temáticas foram mais recorrentes na publicação: a repressão estatal, o processo eleitoral, os comunicados dos presidentes brasileiros, as disputas entre ARENA e MDB, o processo da Anistia, as atividades dos exilados no exterior e a atuação dos movimentos sociais, sobretudo o movimento estudantil e o operário. Tal enfoque era condizente com o projeto político defendido por um segmento do PCB e que previa a ascensão ao poder por vias pacíficas e legais.

⁶⁴ "Com a Anistia, cai o pano sobre uma das falsas questões nacionais, aquela segundo a qual o governo pode fazer com que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) deixe de existir. Quinze anos de vigilância, prisões e desaparecimentos mostraram que a repressão pode até mesmo conseguir que o PC, momentaneamente, recue sua linha de comando para a Europa – mas é impossível fazer com que ele desapareça. Portanto, a verdadeira questão não é saber se ele existe ou não, mas se deve existir na legalidade ou na clandestinidade(...)" (Veja *apud* BMMI: junho de 1979, p.25)

O MOMENTO É DE ASSUMIR!

Os fatos mais importantes vividos no Brasil chegam / truncados ou não chegam a muitos brasileiros residentes / no exterior. E, nunca como agora, torna-se imprescindível acompanhar o desenrolar desses fatos, de forma a melhor / entender as mudanças que vêm ocorrendo e poder melhor con- / tribuir na luta contra a ditadura fascista, em busca de / uma democracia política, econômica e social.

Com o objetivo de suprir essa falta é que o Partido / Comunista Brasileiro pretende oferecer, mensalmente, aos / seus membros e simpatizantes, um retrato, o mais exato / possível, das diferentes esferas da vida brasileira (eco- / nômica, política, social, cultural etc).

Os materiais deste boletim serão extraídos dos diá- / rios "O Estado de São Paulo", "Jornal do Brasil" e "O Glo- / bo", dos semanários "Opinião", "Movimento" e "Crítica" , / das revistas "Visão" e "Veja", dentre outras. Também o / que se publicar no exterior a respeito do Brasil será a- / qui reproduzido.

Afora as críticas construtivas, necessárias para a- / primorar sempre mais este trabalho, o PCB deseja receber / contribuições de quantos estejam convencidos da importan- / cia de documentar e viver o que ocorre no país.

Certo de contar com uma boa receptividade para a i- / niciativa, outro intuito não move o PCB senão o de servir / à cause comum, colaborando, também desta forma, com a di- / fícil luta dos que no interior do país enfrentam a fúria / policial-militar em defesa das liberdades e dos direitos / humanos.

O momento impõe ação, exige a incorporação de todos / e de cada um à causa maior da libertação do Brasil do ju- / go fascista, a serviço dos monopólios estrangeiros, sobre- / tudo norte-americanos, e dos nacionais, seus sócios meno- / res, e dos grandes latifundiários.

O momento é de assumir!



⁶⁵ Os fatos mais importantes vividos no Brasil chegavam truncados, ou não chegavam a muitos brasileiros residentes no exterior. Torna-se imprescindível acompanhar e denunciar estes fatos de forma a melhor entender as mudanças que vem ocorrendo e poder melhor contribuir na luta contra a ditadura fascista em busca de uma democracia política, econômica e social(...) Outros indícios que nos movem é o de servir a causa comum,

4. Imprensa do Exílio: representações identitárias

O presente capítulo analisará duas coleções da “imprensa do exílio” editada pelo PCB, a saber os exemplares dos periódicos “*Voz Operária*” e “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, a fim de discutir a relação entre sessões do jornal e a afirmação da identidade partidária. Analisaremos os textos de caráter comemorativo veiculados nas referidas publicações – em especial na ocasião do aniversário do partido ou em homenagens a personalidades que integraram o mesmo. Tais eventos representavam uma oportunidade de renovação dos laços do militante com o passado, mas também reforçavam um determinado perfil de militância.

Neste mesmo sentido, as matérias que introduziam novas questões ao público de leitores - como as abordagens sobre o feminismo, a luta pela anistia e a defesa da democracia, não só cumpriam o papel de educação partidária - uma das funções da imprensa militante apontada por Lênin - mas também integravam os militantes a uma expectativa de futuro por demonstrar o desenvolvimento de tais questões no interior desta agremiação. Por outro lado, as notícias referentes ao exílio proporcionam o compartilhamento de uma experiência comum a estes militantes.

Entre estas três dimensões temporais - presente, passado e futuro – foi forjada a identidade dos militantes do PCB que vivenciaram a experiência do exílio no pós-1964. Assim, observaremos a estrutura argumentativa presente em ambas revistas para analisar o processo de formação de uma identidade fragmentada pela experiência do exílio, mas também coesa pela manutenção das referências partidárias que reforçavam um determinado modelo de militância.

Embora as revistas tenham sido produzidas em um contexto semelhante, elas apresentam significativas diferenças no tocante aos objetivos pretendidos e público leitor almejado. A edição da “*Voz Operária*” foi transferida para o exterior em decorrência da onda repressiva que atingiu o partido em meados da década de 1970. Conforme exposto nos capítulos anteriores, este jornal se autodenominava o “Órgão Central” do Partido Comunista, distribuído entre militantes sediados no Brasil e no exterior. Embora as posições assumidas pela publicação não tenham sido reconhecidas por todos os segmentos do partido. “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, por outro lado, se constituía como um modelo típico da imprensa do exílio, no qual produzia-se um clipping de notícias destinado à comunidade de exilados independente de suas orientações políticas. Portanto, a “*Voz Operária*” seguia um perfil mais

colaborando também, dessa forma, com a difusão da luta que ocorre no interior do país, enfrentar a fúria da polícia militar em defesa das liberdades e dos direitos humanos (BMMI: agosto de 1975,p.3).

partidário, divulgando o desenvolvimento das principais questões discutidas no interior do partido. “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” veiculava um compilado de notícias divulgadas pela imprensa nacional a fim de atualizar os brasileiros sobre as mudanças em curso na pátria.

Esta distinção entre as revistas é acentuada quando as comparamos com as funções da imprensa comunista propostas por Marco Antônio Roxo da Silva e Mônica Mourão (ROXO, MOURÃO: 2010). Os periódicos analisados dedicam um significativo espaço a textos comemorativos ou à análise da situação político-econômica brasileira. A título de ilustração sobre os textos da primeira categoria, há notas sobre a comemoração do aniversário do partido em ambos periódicos (VO, n144, março 1978, p.5; BMMI, março de 1978, p.21).

Notamos a análise da situação política econômica em diversos textos, como “A criança brasileira vítima indefesa do capitalismo selvagem” (VO, junho de 1977, n.135, p.8) e “Inflação: suas origens e seus perigos” (VO, julho de 1977, n.136, p.6), mas sobretudo nos clippings veiculados em “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” como as colunas “O Brasil da Economia” e “O panorama político das Eleições”.

Contudo, a publicação “*Voz Operária*” atende às demais categorizações propostas por Roxo e Mourão (2010) em decorrência da sua condição de “Órgão Central do PCB”. Este periódico se converteu em um veículo para a divulgação de documentos oficiais, tais como resoluções do comitê central (VO, abril de 1976, n.123, pp.2-4; VO, janeiro de 1978, n.142, pp.3-5) e plataformas políticas (VO, junho de 1976, n.159, p.16).

Além desses textos oficiais, a manutenção da disciplina partidária se manifestava a partir da introdução de perspectivas de análise para as novas questões que se colocavam aos comunistas – a exemplo de uma longa discussão sobre o movimento feminista proposta na edição junho de 1976 (VO, junho de 1976, n.159). As matérias veiculadas também discutiam o projeto de ação comum: conforme o editorial “Orientação dos comunistas” (VO, janeiro de 1978, n.142, p.1), que defendia a inserção nos movimentos de massa; o texto “A perspectiva dos comunistas” (VO, novembro de 1977, n.140, p.2) sobre o movimento pela instauração de uma Assembléia Constituinte; ou o artigo “Linhas de ação do partido no momento atual” (VO, maio de 1975, n.124, p.5).

O apelo à ação está presente tanto nas matérias que propõem estratégias, como nas palavras de ordem presentes nas páginas do jornal. A título de exemplo podemos citar “O Conhecimento amplo das posições dos comunistas é fundamental para a luta coerente pela democracia no Brasil” (VO, agosto de 1976, n.127, p.8) e “Leia, Reproduza, Divulgue Voz Operária (VO, Março de 1977, n.132, p.3).

A diferença desta estrutura narrativa também pode ser verificada nos editoriais dos periódicos. O referido espaço geralmente se constitui como um texto opinativo no qual se expressa a opinião da sua organização mantedora. Contudo observa-se que a construção textual dos mesmos corresponde a diferentes objetivos. Conforme será exposto, em “*O Brasil Mês a Mês*” o editorial reúne um conjunto de argumentos que serão discutidos com maior acuidade no interior do periódico. Ao passo que o editorial da “*Voz Operária*” apresenta a discussão de um tema considerado relevante, mesmo que este não encontre correspondência em outras matérias.

Em “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” a equipe editorial introduz os fatos que são considerados as principais ocorrências veiculadas na mídia brasileira durante o mês de referência. Posteriormente, tais assuntos foram aprofundados em matérias específicas no interior do jornal. No editorial divulgado em maio de 1976, afirma-se "Os principais fatos e comentários veiculados pela imprensa no corrente mês, indicam que continua a piorar a situação econômica e financeira do país, com reflexos evidentes no campo político. O aumento de três bilhões de dólares na dívida externa em apenas cinco meses e a expectativa de uma inflação que no final do ano deve alcançar 50%(...)" (BMMI, maio de 1976,p.3). Esta temática foi retomada em uma matéria de 5 páginas intitulada "Pressão inflacionária é crescente".

Em seguida, o mesmo editorial menciona: "Contrariando a euforia de encomenda dos comentários da 'grande imprensa', uma análise objetiva, como a feita por um parlamentar paulista, demonstrou o modesto alcance das negociações desenvolvidas em Paris e em Londres durante a visita de Geisel (...)(BMMI, maio de 1976,p.3). A matéria "O ditador na Inglaterra" aborda, em 7 páginas, as repercussões da viagem do chefe de Estado brasileiro àquele país.

O trecho "Continua a desenvolver-se a maciça e bem coordenada campanha dita pela desestatização da economia, mas na verdade destinada a criar ambiente político para a venda ao capital estrangeiro das grandes empresas estatais rentáveis(...)" (BMMI, maio de 1976,p.3) é discutido aprofundadamente pela matéria "O problema da desestatização". Neste mesmo sentido, a afirmação de que "é nesse quadro de crescente dificuldade econômico-financeiros e de um contínuo alargamento do fosso existente entre o povo e o regime - veja-se o fracasso do comício de 1o de maio de Geisel, em Volta Redonda - que se situa o principal fato político do mês" (BMMI, maio de 1976,p.3) é desenvolvida na notícia "O 1o de Maio de Geisel". Esta construção argumentativa também reafirma a citação

mencionada acima de que o declínio econômico financeiro estaria refletindo na política brasileira.

Nos parágrafos subsequentes há as afirmações "Observa-se que a ditadura partiu para o vale-tudo, utilizando todos os instrumentos e meios, pois ela não quer obter uma nova derrota política"(BMMI, maio de 1976,p.4) em seguida "(...) e concebe a aplica novos mecanismos excepcionais. E, provavelmente, não ficará apenas na 'Lei Falcão'"(BMMI, maio de 1976,p.4).Após estas declarações, há uma matéria de 5 páginas sobre a Lei Falcão⁶⁶.

O editorial do jornal "*Voz Operária*" segue o modelo de editoriais tradicionais já que apresenta a perspectiva do periódico sobre alguma questão significativa da política brasileira. Em abril de 1976, o referido texto se refere à onda repressiva que atingiu o partido em meados da década de 1970: "A ditadura militar-fascista empreende desde há mais de um ano violenta campanha repressiva contra o Partido Comunista Brasileiro. Centenas de nossos militantes e dirigentes foram presos e barbaramente torturados . Muitos perderam a vida nas garras da reação, entre eles dez membros do comitê central (...) (VO, maio de 1976, p.1). Contudo, não constatamos a continuidade na discussão destas questões em outros textos no interior da publicação.

Neste mesmo sentido, o editorial de abril de 1978, aborda a campanha eleitoral daquele ano. No entanto, este texto faz referência a uma publicação da edição anterior: "Com este parágrafo, terminávamos o artigo sobre a conjuntura política em nosso último número. E se a ele voltamos, não é por acaso. Mais do que nunca, e cremos que pelo menos ainda ao longo de todo este ano, ele guarda uma inegável atualidade. Porque se em 1974 o resultado das eleições serviu para mostrar o imenso grau de insatisfação, e mesmo de indignação, da maioria absoluta de nosso povo, a campanha de 1978 se oferece com condições de representar algo muito mais profundo" (VO, abril de 1978, p.1). Para a "*Voz Operária*", o editorial é um texto curto que expressa a opinião sobre um fato recente de conhecimento público.

Outra característica que distingue estas publicações consiste no conteúdo selecionado para constituí-las. A "*Voz Operária*" concentra a publicação de documentos do partido, resoluções políticas, comunicados e de matérias político-econômicas, a revista "*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*" acompanha os diversos processos de cunho político, econômico, social e cultural da dinâmica nacional, embora aborde questões específicas do partido, como nas colunas "PCB em foco" ou nas matérias veiculadas em "O Brasil do exterior" acompanhando

⁶⁶ Lei nº 6339/76, criada pelo ministro da Justiça Armando Falcão, determinava que durante as propagandas eleitorais os partidos políticos estariam limitados a apresentar apenas a legenda, currículo, número do registro dos candidatos na Justiça Eleitoral e a fotografia, esta última quando se tratar de uma emissão televisiva, podendo ainda anunciar o dia e horário dos comícios.

a atividade internacional do PCB. Tais textos correspondem a menos de 30% do total das 64 páginas que compõem a publicação.

As revistas também adotam linguagens que as diferenciam, mas que se adequam aos objetivos propostos por cada uma delas. A “Voz Operária” é subjetiva e utiliza verbos que expressam a posição ou a opinião do partido sobre determinadas temáticas: “Não receamos que o movimento de massas se perca por causa da ação de ‘esquerdistas’ (...)” (VO, abril de 1978, p.4), “Pensamos que a melhor resposta política a esta ameaça é uma posição unitária (...)” (VO, abril de 1978, p.4);

Tal linguagem também se torna imperativa, como nos seguintes trechos: “É preciso desmascarar vigorosamente perante as grandes massas cada uma dessas manobras (...)” (VO, abril de 1976, p.8) ; “Para ser eficaz, essa luta requer um desenvolvimento contínuo (...)” (VO, abril de 1979, p.2); “Os comunistas devem se esforçar para que esse nexo [entre as lutas específicas e a luta geral pela democracia] se evidenciem cada vez mais (...)” (VO, abril de 1979, p.3).

A revista “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, por outro lado, é um clipping de matérias sobre o Brasil veiculadas neste país ou no exterior. Desta forma, a sua linguagem se tornou mais objetiva e neutra, já que aponta as fontes de onde as notícias foram retiradas: “Para obter o que quer – segundo o JB (8), o governo se dispõe (...)” (BMMI, abril de 1979, p.3); “Segundo a Visão, além dos frotistas e dos inconformados (...)” (BMMI, janeiro de 1978, p.11); “Em novo editorial, no dia 7, não dava trégua o JB (...)” (BMMI, janeiro de 1976, p.33).

Neste caso, a opinião da equipe editorial sobre o desenvolvimento dos processos econômicos, políticos e sociais brasileiros é manifestada por meio da seleção de matérias e da articulação destas como argumentos para reforçar uma tese, bem como pelo novo título atribuído ao compilado de textos.

A matéria “O ‘modelo’ contestado”, na edição de setembro de 1979, possui a tese de que novas forças se somaram a dos comunistas e intelectuais progressistas para contestar o modelo econômico que atendia aos interesses dos monopólios estrangeiros e nacionais. Para reforçar tal tese, foram publicadas as declarações do ex-ministro da indústria e comércio, Severo Gomes que “(...) a concentração de renda não resultou de nenhum acidente perverso e indesejado. Mas, sim da própria natureza do modelo (...)” (BMMI, setembro de 1977, p.31), bem como as afirmações do Presidente da Associação Brasileira pelo desenvolvimento da Indústria de Base, Carlos Vilares, de que “ (...) a empresa multinacional não traz tecnologia. Ocupa espaço e impede o desenvolvimento da tecnologia nacional (...)” (BMMI, setembro de 1977, p.33).

Somam-se a este argumentos as conclusões do trabalho “Conglomerados Multinacionais e a Economia do Desenvolvimento Dependente – Um Estudo de Caso do Brasil” do “insuspeito” [grifo nosso] economista norte-americano Richard Newfarmer. O economista afirma que entre 1960 e 1974 as multinacionais estrangeiras estabeleceram um oligopólio no Brasil que trouxe prejuízos aos consumidores e ao país. Dando seqüência à argumentação, publicou-se um conjunto de matérias veiculadas em “O Globo”, entre 6 e 20 de setembro daquele ano, no qual afirma-se que o periódico comunista disponibilizou “uma ampla reportagem mostrando como o regime militar fascista está entregando a Amazônia e o Centro-Oeste do país à exploração agropecuária dos grandes monopólios” (BMMI, setembro de 1977, p.35).

Conforme demonstramos, os conjuntos de publicações analisadas no âmbito desta pesquisa, mesmo produzidas em um contexto semelhante, possuem diferenças significativas no tocante aos objetivos pretendidos, formato assumido e linguagem utilizada. Contudo, apesar de tais diferenças, as revistas atendiam o objetivo comum de reforçar uma identidade partidária diante da fragmentação das identidades durante a experiência do exílio. Analisaremos, em seguida, os espaços dos jornais nos quais, além de informar os militantes, afirmava-se tais identidades.

4.1 Mensagens de luto e homenagens: Os usos do passado na comemoração

As datas comemorativas mantidas por uma coletividade são um importante momento de renovação dos vínculos identitários, uma vez que, por meio da repetição de um passado selecionado, restabelece-se a ligação entre as partes e o todo. Nas páginas dos jornais “*Voz Operária*” e “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” há a presença de um significativo número de matérias e notas que se remetiam a eventos comemorativos, tais como aniversário de personalidades notórias e mensagens de luto. Tais textos reforçavam os laços de pertencimento entre a comunidade de leitores e a instituição.

De acordo com Helenice Rodrigues da Silva o ato de comemorar corresponde a uma das funções sociais da memória, uma vez que pressupõe um trabalho de seleção entre aquilo destinado à lembrança ou ao esquecimento na construção de um passado comum. “Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal” (SILVA: 2002).

Por outro lado, considera-se como “abusos da memória” a instrumentalização e manipulação das lembranças no presente. Estes usos do passado, geralmente, se referem a

momentos de feridas coletivas e promovem o apagamento de episódios constrangedores ou a valorização de mitos fundadores e utopias nacionais (SILVA: 2002).

“As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro. Em outros termos, a comemoração das datas nacionais demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica” (SILVA:2002)

A memória, como já afirmava Halbachs (1990), é uma construção social. Embora sua interiorização seja individual, dispõe de mecanismos para a sua preservação que estabelecem referências com os laços de afetividade e pertencimento a uma coletividade. O autor valoriza, portanto, os elementos que possibilitam a coesão do grupo e que atuam sobre a moldagem das lembranças no processo constante de reconstrução do passado. Os textos de Pollak (1989), por outro lado, ressaltam os elementos conflitantes do referido processo. Para este autor, a formulação de memórias coletivas encerra uma “violência simbólica” uma vez que realiza um trabalho de “enquadramento” a fim de anular os discursos destoantes das versões oficiais.

A discussão prévia da bibliografia recente sobre a constituição das memórias coletivas é fundamental para a compreensão da importância da comemoração para uma instituição como o PCB, principalmente no contexto de fragmentação de identidades causada pelo exílio. Durante a experiência de permanência forçada em terras estrangeiras, verificamos, na estrutura discursiva das publicações analisadas, esta ação institucional na seleção de um passado apropriado a fim de reforçar a identidade partidária entre a comunidade de leitores.

O conceito de “tradição inventada”, proposto por Hobsbawm (1998), também fornece contribuições relevantes para a análise da referida questão. O autor entende como “tradição inventada” o conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, reguladas por regras aceitas e que consolidam valores ou padrões de comportamento através da repetição, o que resulta no estabelecimento da continuidade com um passado apropriado. Estas tradições inventadas exercem as funções de: manter a coesão social, legitimar instituições e figuras de autoridade, como também de inculcar padrões de comportamento.

As matérias de cunho comemorativo, presentes nas páginas das publicações analisadas, exercem as funções apontadas por Hobsbawm. Ao destacar elementos honrosos na trajetória de personalidades políticas e ao rememorar grandes momentos protagonizados pelo partido, estes textos promovem a coesão dos membros à agremiação, mas também reafirmam a legitimidade desta na condução das lutas proletárias.

Em torno da celebração do aniversário do PCB, anualmente renovava-se uma “identidade comunista” por meio da exaltação de um passado de feitos gloriosos. Uma notícia veiculada na “*O Brasil mês a mês na imprensa*”, em março de 1978, por ocasião do

aniversário de 57 anos do PCB, destacou, entre os elementos louváveis para um militante, a resistência em condições adversas e a perseverança na luta a favor da classe operária: "Durante todo esse tempo, ele [o PCB] resistiu na clandestinidade, lutou pelas liberdades democráticas e participou de todas as lutas da classe operária e dos trabalhadores em geral" (BMMI, março de 1978, p.21).

O Partido é personificado, como se a instituição se convertesse em um militante ideal, representando todos aqueles que se autodenominam comunistas. A nota "Os 55 anos do PCB", divulgada em março de 1977, cita o discurso do dep. Veiga de Oliveira, do PCP [Partido Comunista Português], na tribuna da Assembléia da República Portuguesa, o qual afirma que:

"(...) ao longo dos 55 anos, o PCB, 'apesar das perseguições impiedosas e dos golpes da repressão militar fascista, tem sabido conduzir as lutas do povo contra a opressão e pela independência nacional e segura firmemente nas suas mãos a bandeira das liberdades democráticas e da construção de um Brasil mais justo e mais feliz para os brasileiros'" (BMMI, março de 1977, p.21).

Este trabalho de legitimação não está presente apenas nas abordagens sobre a instituição, mas também nos textos que se referem a figuras de autoridades. Ressurgem nas páginas das revistas personalidades míticas do PCB, detentoras de um passado de honras e glórias. Entre os militantes deste panteão, encontramos Olga Benário. A ex-mulher de Prestes foi citada em um texto publicado em "*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*" em homenagem ao aniversário de sua morte:

"Em matéria inserida em 'O Diário' (6), de Lisboa, diz-se que Olga Benário Prestes era insolitamente valente e temerária, tendo o seu nome ligado para sempre ao movimento operário alemão e a história da luta de resistência antifascista internacional. A vida desta combatente não foi longa, mas plena de lutas e sofrimento indizíveis" (BMMI, maio de 1977, p.63)

As mensagens de luto converteram-se em um momento propício para exaltar determinadas condutas. A edição de agosto de 1977 da revista "*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*" publicou o discurso de Sobral Pinto sobre a morte de Antônio Rollemberg. O orador destacou as três de suas grandes devoções: Prestes, a Pátria e o ideal comunista.

"(...) ao qual você [Antônio Rollemberg] sacrificou tudo: inteligência, trabalho, posição, fortuna, tudo você sacrificou por esse ideal nobre e elevado. Para você o seu ideal, nunca abandonado, firmemente sustentado, contra tudo e contra todos, no meio de todos os perigos e de todas as renúncias" (BMMI, agosto de 1977, p.18).

Destaca-se, portanto, o perfil do militante que se dedica exclusivamente ao partido, sacrificando-se em todos os aspectos da vida privada em prol da luta política. Esta ênfase em padrões de comportamento tidos como ideais também está presente nas comemorações de aniversário de figuras notórias. O texto publicado na "*Voz Operária*", em fevereiro de 1978,

em homenagem ao aniversário de 80 anos de Prestes, enfatiza a importância da trajetória política do secretário-geral do PCB para o movimento comunista nacional e internacional:

“(…) o exemplo de tua abnegação, a tua intransigente posição de classe ante os problemas políticos que surgiram e surgem no Brasil e no mundo, a tua inflexível atitude diante do inimigo de classe, constituem um patrimônio de nosso partido, de todo o movimento comunista internacional”(VO, n143, fev 1978, p.6).

A estrutura textual dos textos comemorativos publicados em ambos periódicos possui características semelhantes. Em muitos destes, valoriza-se a origem humilde, conforme podemos observar no trecho, publicado no jornal “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, em homenagem a Prestes:

“São 80 anos de uma vida digna, de lutas que se iniciaram na juventude, após um começo de vida difícil, marcado pelas dificuldades de uma família pobre, cujo chefe morreu cedo, fazendo com que ela se deslocasse de Porto Alegre, onde nasceu Prestes, para o Rio. 80 anos que não diminuíram a jovialidade do secretário geral do PCB e que lhe trouxeram uma invejável experiência de luta revolucionária e da vida pública, de que ele participa desde 1922” (VO, n.142, jan 1978, p.1).

Esta característica também podem ser observada nas matérias que se referem ao partido. Na citação abaixo, em comemoração do aniversário institucional, abordam-se as dificuldades enfrentadas pelo PCB ao longo do seu histórico de lutas revolucionárias:

“Nosso partido teve de enfrentar, desde sua fundação, condições objetivas particularmente adversas. Traços da realidade brasileira – classe dominante muito reacionária, condições difíceis para o desenvolvimento de massas – que dificultaram enormemente nossa ação política e nossa reflexão. Não houve condições ‘razoáveis’. Nossa vida interna foi necessariamente tumultuada, praticamente sempre na ilegalidade, com escassas possibilidades de educar, preparar politicamente, discutir, sistematizar as experiências” (VO, n144, março 1978, p.5).

Outro elemento recorrente nos textos comemorativos consiste na exaltação da dedicação exclusiva a causa proletária. O texto publicado na “*Voz Operária*” após a morte de Roberto Morena, em Praga, destaca a trajetória do dirigente dedicada aos trabalhadores:

“Poucos brasileiros terão tido uma vida tão movimentada e tão generosamente dedicada à classe operária como Roberto Morena. Nascido no Rio de Janeiro em 7 de junho de 1902, ele começou a se destacar já aos quinze anos de idade, em 1917, na organização dos trabalhadores marceneiros e entalhadores, inspirado pelas idéias do anarco-sindicalismo. Em 1924, ingressou no PCB: a experiência adquirida na luta política o orientou na direção da assimilação do marxismo”(VO, n.150, setembro de 1978, p.2).

Em seguida a matéria pontua uma série de feitos de Roberto Morena na luta pela causa operária: organização de greves, as suas detenções e a atuação como parlamentar. Tais elementos são considerados positivos para um determinado perfil de militância.

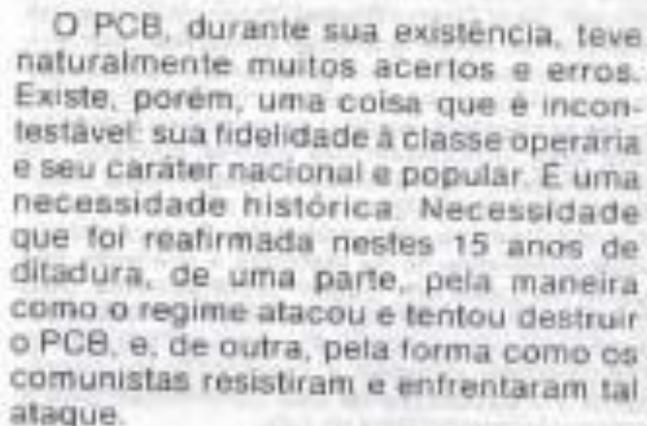
A estrutura discursiva é semelhante nos textos veiculados em “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” sobre a mesma temática: “Tendo aderido ao PCB, logo após sua fundação em 1922, [Roberto Morena] terminou sua vida como membro do comitê central, eleito pelo VI

Congresso do partido. Nos últimos 60 anos, foi o mais representativo, o mais combativo e o mais querido dos filhos da classe operária" (BMMI, setembro de 1978, p.58).

A valorização das referidas características não está presente apenas nos textos que abordam personalidades do comitê central do partido. A partir da leitura dos periódicos “*Voz Operária*” e “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, observa-se que, grande parte das personalidades que demandam homenagens, possuem um histórico de participação nas lutas populares. A nota sobre a morte do escritor Érico Veríssimo, em novembro de 1975, afirma que:

“Veríssimo morreu em 1975, em Cruz Alta (RS). Foi um democrata progressista que criticava a ditadura brasileira, protestava contra a repressão dirigida contra intelectuais, os estudantes e a esquerda, e publicou denúncias a respeito da intervenção norte-americana no Vietnã. (...) Ele não era um membro do Partido Comunista Brasileiro. No entanto, em vários períodos, direitistas e fascistas declaravam que ele era. Ele não fazia segredo do fato de que ele era amigo dos comunistas, tanto em seus escritos como em sua vida pessoal” (BMMI, dezembro de 1975, p.64).

Os textos sobre o PCB também destacam a dedicação da instituição na defesa da causa operária. O que reforça a tese de que o partido personifica o perfil de um militante ideal. Embora este tenha uma origem marcada por dificuldades, manteve-se fiel à luta pelos trabalhadores. A matéria “PCB: 57 anos de desafios e os desafios do presente” declara que:



O PCB, durante sua existência, teve naturalmente muitos acertos e erros. Existe, porém, uma coisa que é incontestável: sua fidelidade à classe operária e seu caráter nacional e popular. É uma necessidade histórica. Necessidade que foi reafirmada nestes 15 anos de ditadura, de uma parte, pela maneira como o regime atacou e tentou destruir o PCB, e, de outra, pela forma como os comunistas resistiram e enfrentaram tal ataque.

67

Em sentido semelhante, averiguamos nos textos autobiográficos de personalidades do partido a exaltação das qualidades presentes em um perfil de militante ideal, tais como a dedicação exclusiva ao partido, solidariedade à classe operária e o embrião de revolta em momentos pretéritos.

⁶⁷ “O PCB, durante a sua existência, teve naturalmente muitos acertos e erros. Existe, porém, uma coisa que é incontestável: sua fidelidade à classe operária e seu caráter nacional e popular. É uma necessidade histórica. Necessidade que foi reafirmada nestes 15 anos de ditadura, de uma parte, pela maneira como o regime atacou e tentou destruir o PCB, e, de outra, pela forma como os comunistas resistiram e enfrentaram tal ataque” (VO, março de 1979,n,156, p.5).

Nesta modalidade de textos as citações sobre a vida privada dos depoentes são quase ausentes. Esta, quando surge, se manifesta atrelada à trajetória política dos mesmos. Valoriza-se, desta forma, um perfil de dedicação total e de renúncia aos interesses pessoais em prol do partido e da luta proletária. Marco Antônio Tavares Coelho, por exemplo, apenas mencionou fatos referentes ao seu casamento para ressaltar as dificuldades enfrentadas pela vida clandestina:

(...) Marcado o casamento, alguns detalhes acertados. Nada de cerimônia religiosa e apenas uma pequena recepção na casa da noiva. O grande problema foi o fantástico enxoval, feito na conformidade com o exagero das famílias mineiras ao casar suas filhas. Diante das exigências da clandestinidade, como transportá-lo para um lugar ignoto, para um destino desconhecido de todos?" (COELHO:2000, p.140).

Neste mesmo sentido, Gregório Bezerra, em sua vasta obra, apenas cita a sua esposa para ressaltar o apoio fornecido por esta à trajetória de luta pela causa operária. Quando rememora o seu reencontro com a esposa, após os anos em que passaram afastados em decorrência de sua prisão, afirma:

"Sempre amiga do partido e dos camaradas, fraternal com todos. Jamais reclamou ou censurou-me por certas dificuldades na vida. Ao contrário, sempre me incentivou, quer no cárcere, quer na clandestinidade. Nunca foi uma ativista do partido, mas sempre o apoiou em todas as suas lutas" (BEZERRA:2011, p.306).

Também notamos nestas obras a manifestação da solidariedade para com a classe operária em momentos anteriores ao engajamento político dos militantes. Gregório Bezerra mencionou um dos episódios em que compartilhou objetivos comuns com a classe trabalhadora quando relatou um mutirão organizado em Pernambuco na sua infância para construir um reservatório na fazenda de seus familiares:

"A massa trabalhadora sabia que aquele reservatório cheio do líquido precioso não seria propriedade privada de um só dono; ao contrário, seria de todos, não somente deles, que trabalhavam no momento, mas de todos os que necessitassem da boa água. Foi na verdade uma magnífica demonstração do trabalho coletivo. (BEZERRA:2011, p.68)".

Esta solidariedade de classes em tempos pretéritos se converte em um embrião da revolta contra as desigualdades sociais. A biografia de Marco Antônio Tavares Coelho, por exemplo, demonstra a presença deste embrião ainda na juventude do militante: "Minha infância foi mais ou menos tranqüila e só aos poucos fui me apercebendo de dados e fatos que me tornaram um rebelde, um inconformado com as injustiças sociais" (COELHO: 2000, p.19).

Esta rebeldia seria canalizada para as ações empreendidas pela instituição. Neste sentido, Gregório Bezerra demonstra a sua gratidão ao PCB por lhe fornecer a disciplina partidária necessária para transformar sua revolta em uma ação transformadora: "(...) apesar de todos os seus erros e falhas, [o partido] foi capaz de me educar politicamente,

transformando o revoltado que eu era num revolucionário consciente e humano” (BEZERRA:2011, p.576).

Conforme já mencionado, as publicações “*Voz Operárias*” e “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” possuem diferenças significativas no tocante aos objetivos pretendidos, conteúdos veiculados, públicos almejados e forma de organização. Contudo, verifica-se uma semelhança notória nos textos comemorativos presentes em ambas publicações. A “*Voz Operária*” era uma publicação do PCB, destinada a militantes estabelecidos tanto no Brasil, quanto no exterior. Em oposição, “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” é um projeto típico do exílio que promovia a reprodução de discursos veiculados na grande imprensa a fim de informar os brasileiros, independente de sua orientação política.

As coleções de periódicos e os textos autobiográficos analisados no âmbito desta pesquisa demonstram semelhanças nas formas de abordagens dos episódios de caráter comemorativo, sejam eles mensagens de luto, homenagens ou aniversários de personalidades notórias. As mesmas valorizam o perfil de um militante ideal que se dedica exclusivamente ao partido e persevera na luta a favor da classe operária apesar de todas as adversidades. Tal abordagem reforça a tese de que, apesar da fragmentação de identidades pela experiência do exílio, o PCB atuou na gestão destas memórias de forma a valorizar determinadas identidades e perfis de militância.

4.2 A educação partidária para novas questões: o despertar do feminismo

A eclosão do feminismo⁶⁸ entre os brasileiros na década de 1960 e 1970 foi o resultado de uma confluência de fatores relacionados à conjuntura nacional e internacional. Enfocaremos os indícios de uma possível sensibilização das militantes do PCB sobre questões referentes à politização do cotidiano e a absorção das influências das novas esquerdas durante a estada forçada no exterior no pós-1964, ambas temáticas serão investigadas nas matérias veiculadas nas publicações “*Voz Operária*” e “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”.

⁶⁸ Entendemos como feminismo a organização das mulheres para combater o sistema cultural de opressão pelos homens. Segundo Maria Luisa Gonçalves de Abreu, os principais conceitos discutidos pelos movimentos feministas na década de 1960 e 1970 são: o patriarcado – sistema de dominação dos homens pelas mulheres no modo de produção doméstico que se desenvolveu nas sociedades industriais contemporâneas onde a família assumiu o papel de instituição fundamental com funções de socialização e reprodução; a politização do privado – compreensão de que as reivindicações feministas não devem se restringir à esfera pública, uma vez que a dominação masculina permearia as mais diversas áreas da vida; a primazia do vivido – só o oprimido pode analisar e teorizar sua própria opressão e, conseqüentemente, escolher os meios de luta; a livre disposição do corpo, luta que exige a liberdade para o aborto e a contracepção (ABREU:2010, p.42).

As décadas de 1960 e 1970 foram emblemáticas para o desenvolvimento dos movimentos sociais que enfocavam as questões de gênero devido à efervescência cultural⁶⁹ deste período, a mudança da situação⁷⁰ da mulher e a própria participação deste segmento nas ações promovidas pela luta armada⁷¹. Contudo, a absorção das demandas de gênero pelo PCB seguiu uma dinâmica diferente daquela observada no cenário internacional.

Até a segunda metade da década de 1960 o termo “Feminismo” não era amplamente utilizado pelas militantes do partido comunista em decorrência da identificação das reivindicações específicas deste grupo como resultado do individualismo burguês que lutava por uma igualdade formal entre homens e mulheres. As mobilizações do referido grupo seguiam temas em pauta da discussão política nacional – luta pela democracia, defesa das liberdades, proteção das riquezas nacionais, patrimônio cultural. As militantes realizavam um “trabalho feminino⁷²” nas décadas de 1940-50 e não se identificavam como feministas (ABREU: 2010, p.21).

Zuleika Alambert⁷³ relata que quando iniciou a militância política no PCB, nos primeiros anos da década de 1940, a atuação política não era um espaço comumente ocupado pelo público feminino. Desta forma, quando participava como oradora nos comícios do partido, dois militantes a acompanhavam. “Afinal, eu era jovem e bonita, e política não era um bom

⁶⁹ As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por movimentos de libertação nacional na Ásia e na África; Revolução Cubana; guerrilhas na América Latina; guerra do Vietnã; Revolução Cultural Chinesa; Movimento de Maio de 1968; hippies; feminismo; crítica aos modelos de socialismo da URSS e do leste europeu após a divulgação dos crimes de Stalin por Kruchev; entre outros.

⁷⁰ De acordo com Sarti, o projeto de modernização empreendido pelo governo militar proporcionou a expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional, gerando novas oportunidades às mulheres, ainda que de forma excludente. No referido período há um salto no número de universitárias que passa de 26% em 1956 para 41,5% em 1971. Houve, ainda, aumento da participação feminina na População Economicamente Ativa de 14,6% em 1950 para 28,8% em 1976. Acompanhando tal fato houve a mudança no campo cultural que favoreceu o surgimento de novos comportamentos sexuais e afetivos com o acesso aos métodos anticoncepcionais e publicação do Novo Estatuto da Mulher Casada, em 1961, questionando o caráter patriarcal e autoritário da estrutura familiar. (SARTI: 1998, p.4).

⁷¹ Dados do projeto Brasil Nunca Mais tabulados por Marcelo Ridenti indicam que 16% dos militantes de organizações de esquerda processados eram mulheres e esta porcentagem se amplia quando apenas são consideradas as organizações da esquerda armada, 18,3%. Ainda segundo o levantamento de Ridenti, 35,5% destas militantes eram estudantes; 23% professoras; 12,2% trabalhadoras de nível médio; e apenas 1,7% trabalhadoras manuais. Do total de mulheres, 73% podem ser consideradas como camadas médias intelectualizadas (ABREU, pp.73 - 74).

⁷² De acordo com Maria Luisa Gonçalves de Abreu, desde o início do século XIX organizações comunistas publicaram documentos com recomendações orientadas às mulheres em diversos programas e resoluções. A I Internacional recomendava a organização de seções de mulheres operárias e na II Internacional orientava-se a organização de uma Conferência Internacional de Mulheres Socialistas. A III Internacional também propõe a mobilização das mulheres para “livrá-las” das idéias e concepções burguesas. Seguindo estas orientações, o PCB formou órgãos específicos para as mulheres, entre eles: União Feminina do Brasil (1934) e Federação de Mulheres do Brasil (1949) (ABREU:2008, p.1).

⁷³ Zuleika d’Alambert foi uma das fundadoras do Comitê das Mulheres Brasileiras no Exílio no Chile em fevereiro de 1973.

papel para uma mulher” (ALAMBERT *in* COSTA, BRIGAGÃO:1980, p.52).Este quadro começou a se modificar após a legalização do PCB em 1945, quando o partido recebeu um número mais expressivo de mulheres em suas fileiras.

“Havia mulheres como Angelina Gonçalves, que morreu no Rio Grande do Sul enrolada na bandeira brasileira, chefiando uma grande passeata de operários. Havia mulheres nas direções estaduais do partido, mulheres que desempenhavam um papel importante no período de democratização do país, mulheres que representavam todo um potencial que fomos incapazes de compreender. Pouco a pouco elas foram se afastando, saindo de cena, até se desligaram da organização” (ALAMBERT *in* COSTA, BRIGAGÃO: 1980, p.57).

Alambert avalia que naquele momento ainda não havia uma pauta específica para atender as demandas femininas, o que muitas vezes causava a instrumentalização das mesmas no interior do partido. Assim, “(...) quando eles precisavam, apelavam para a mobilização das mulheres mas, passada a necessidade, elas eram postas de lado” (ALAMBERT *in* COSTA, BRIGAGÃO: 1980, p.67).

A percepção desta possível instrumentalização do trabalho feminino é reafirmada nas páginas da “*Voz Operária*”. O texto “A condição da mulher e a luta para transformá-la: Visão e política do PCB”, publicado em junho de 1979, considera que entre os erros e falhas do partido na abordagem da questão feminina:

“(…) os mais graves foram a subestimação da importância do papel da mulher na sociedade – daí certamente o pouco esforço feito para elaborar e definir uma política do partido para as mulheres e o sectarismo com que encarávamos o trabalho de massas, a ponto de termos uma visão instrumentalista do movimento feminino” (VO, junho de 1979, n159, p.12).

As mulheres, naquele momento, não assumiam posições decisórias no interior do partido. Geralmente, elas ficavam restritas às tarefas de infra-estrutura - como por exemplo as ocupações de datilógrafas, caseiras, tesoureiras - ou se mantinham como donas de casa a fim de exercer atividades de retaguarda para seus maridos e filhos.

“O machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do partido. Serviam cafés, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Nas comissões políticas de trabalho eram geralmente eleitas para as comissões gerais, ou seja, aquelas onde cabia de tudo. Para representar o partido nos congressos internacionais jamais eram eleitas e assim por diante” (Alambert *in* Abreu: 2008, p.2)⁷⁴

A discussão sobre as questões de gênero se desenvolveu no país ainda com limitações no início da década de 1960. Ao longo do ano de 1964, este movimento social teria sido “esmagado” por não se assentar nas amplas massas - de acordo com os depoimentos prestados

⁷⁴ Entrevista de Zuleika Alambert a Maira Luisa Gonçalves de Abreu. In: O PCB e a Questão Feminina (1970-1979). Florianópolis. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, 25 a 28 de agosto de 2008.

a “*Voz Operária*” por militantes identificadas com os possíveis pseudônimos de Márcia, Renata, Clara e Rosa. A partir de 1968, este movimento se atrelou a lutas políticas genéricas, como a luta pela libertação dos presos políticos.

A alteração da conduta do PCB em relação às demandas específicas do universo feminino ocorreu neste contexto de contato com novas idéias e a mudança cultural em curso no país. De acordo com Sarti, nas décadas de 1960 e 1970 houve a reelaboração do que foi vivido pelas militantes no Brasil apoiando-se no contato com o feminismo europeu, sobretudo o francês, com a psicanálise e com autoras feministas marxistas, em especial Alexandra Kollontai e Simone de Beauvoir (SARTI: 1998, p.4). A própria vivência de uma organização doméstica no exterior, distinta dos padrões patriarcais presentes na sociedade brasileira, repercutiu na agregação de novas demandas e elementos de discussão ao movimento feminista nacional.

Entretanto, Alambert relativiza as contribuições do feminismo internacional para o desenvolvimento da vertente brasileira. De acordo com a ex-militante do PCB, as demandas de gênero foram produto das transformações culturais daquele momento.

“(…) o movimento feminino com ênfase na especificidade da mulher é fruto de transformações materiais e culturais, da verdadeira revolução cultural que ocorre no mundo e que traz à tona todos os problemas não resolvidos da humanidade, entre eles o problema da mulher. Se a condição da mulher não era muito discutida antes, isso não quer dizer que não era um problema” (ALAMBERT in COSTA, BRIGAGÃO: 1980, p.67).

Maria Luisa Gonçalves de Abreu diferencia duas vagas do movimento feminista durante o exílio. O primeiro momento ocorreu durante a permanência da esquerda exilada na América Latina com a perspectiva de um breve retorno ao Brasil para dar prosseguimento à luta política. Nesta conjuntura foi formado o Comitê Brasileiro de Mulheres Exiladas, em 1973, no Chile que contava com a participação, sobretudo, de militantes do partido comunista e de mulheres que se encontravam na situação de exiladas por acompanhar maridos e familiares. Neste momento teria ocorrido o primeiro despertar⁷⁵, embora ainda limitado, para as questões de gênero – sexualidade, livre concepção, opressão masculina.

De acordo com a autora, a finalidade maior das discussões fomentadas era manter as mulheres nas lutas progressistas, evitando que estas fossem atraídas pelas forças reacionárias. Portanto, era um movimento feminino que não debatia as questões específicas de gênero, mas visava ganhá-las para questões gerais. Acreditava-se que a exploração das mulheres teve

⁷⁵ Alambert considera que o primeiro despertar para as questões específicas do universo das mulheres ocorreu a partir do “Seminário Latino-Americano de Mulheres” no Chile (ALAMBERT in COSTA, BRIGAGÃO:1980, p.61).

origem na instauração da propriedade privada, logo a abolição desta em uma sociedade sem classes possibilitaria a sua emancipação.

A segunda vaga das discussões sobre as questões de gênero ocorreu a partir da dispersão dos exilados pela Europa após o golpe de Pinochet no Chile. Com o segundo exílio, Itália, Holanda, França, Suécia e Suíça se tornaram o destino preferencial para os brasileiros. Na Europa foram inseridos nas pautas de discussão temas presentes na nova esquerda como a crítica ao socialismo implantado na URSS e no Leste Europeu, o homossexualismo e a questão ambiental.

A experiência do feminismo francês contribuiu para a busca de uma identidade que tornasse universal a luta das mulheres, sejam estas européias ou latino-americanas. Se por um lado as reivindicações se tornaram universais, devido à opressão que atingiria todas as mulheres, também se tornaram específicas já que se referiam às demandas próprias desse grupo.

A declaração oficial do Ano Internacional da Mulher pela ONU, em 1975, contribuiu para as discussões em curso, conjugada às questões de gênero e à luta política contra o governo militar. Iniciado nas classes médias, este movimento se expandiu para as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses.

No interior do país, os debates se incrementaram com as contribuições de organizações civis, tais como a ABI, e com a criação do *Centro da Mulher Brasileira*, o *Centro para o desenvolvimento da mulher* e diversas publicações. No exílio foram formados grupos e comitês já influenciados pelas correntes feministas européias. Neste contexto, firmou-se a convicção de que os problemas específicos da mulher – concernentes ao mundo do trabalho, família e sociedade - não seriam resolvidos com a mudança na estrutura social, necessitando assim de tratamento próprio.

Contudo, observam-se algumas limitações nas discussões promovidas pelo feminismo brasileiro no tocante à discussão do papel social da mulher nas revistas analisadas. A manutenção de vínculos com os grupos da Igreja Católica - em especial aqueles de orientações de esquerda e alinhados à Teoria da Libertação - comprometeu o debate público de temas discordantes. Desta forma, temas como aborto, sexualidade e planejamento familiar se restringiram à esfera privada por meio de grupos de reflexão das organizações feministas.

O aborto, por exemplo, foi considerado o último recurso frente uma gravidez não desejada. Defendia-se que a mulher tivesse os recursos necessários para exercer a maternidade de forma consciente e responsável:

“Daí considerarmos que o aborto como meio anticoncepcional é uma praga social, Ao realizá-lo, a mulher não dá testemunho de sua liberdade. Ao contrário, paga todo o preço das carências de uma sociedade que a impede de determinar a própria maternidade de modo efetivo e responsável” (VO, junho de 1979, n159, p.11).

Criticava-se, até mesmo, o projeto do Ministério de Saúde do governo militar que previa a distribuição de pílulas anticoncepcionais a mulheres de baixa renda. De acordo com as militantes, este controle de natalidade forçado baseava-se nas teorias malthusianas – que consideravam a pobreza das classes trabalhadoras como resultado da alta taxa de natalidade entre este segmento. Maria Goretti, a autora do texto, propõe que esta medida autoritária fosse substituída pelo fornecimento pelo governo de condições materiais e médicas para que o casal:

“(…) possa decidir livremente, de acordo com as sua consciência, concepção religiosa ou filosófica, o número de filhos que deseja ter, e o momento de tê-los. Só em um regime democrático se podem criar as condições para que as mulheres tenham à sua disposição os meios para que esta opção seja possível nas melhores condições;”(VO, agosto de 1977).

No decorrer da segunda metade da década de 1970, observa-se a incorporação de novos temas pelo PCB. Realizam-se, sobretudo na França, discussões que tratavam das questões específicas das mulheres a partir da análise da sociedade brasileira. Apesar de minimizar a importância da experiência do exílio na incorporação de demandas específicas para as mulheres, Alambert aponta para o início de um processo autocrítico do partido sobre esta questão durante a permanência forçada no exterior:

“Depois com a experiência que adquirimos no exílio- no meu caso, principalmente no Chile e na Europa – e com o reexame da questão da realidade da mulher no Brasil, chegamos à conclusão de que os comunistas deveriam lançar um documento no qual oferecessem respostas a alguns problemas que estavam colocados pela vida neste momento” (ALAMBERT *in* DEL PICCHIA: 1980, p.75).

Como resultado do processo de reflexão e da atuação das militantes no exterior, são elaborados alguns documentos, entre eles “A Condição da Mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão e política do PCB” e “Plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher” (SOIHET:2010, p.6), ambos aprovados por uma reunião do comitê central realizada no exterior. As discussões suscitadas pelos documentos objetivavam:

básica de reivindicações que tenha como centro a conquista dos direitos da mulher em todos os planos da vida nacional e na qual figurem reivindicações capazes de serem conquistadas desde agora. Por isso, lança a plataforma anexa, que poderá servir de base para uma ampla discussão e para ações unitárias dos comunistas com as demais forças que compõem todo o universo do movimento de emancipação da mulher brasileira».

No capítulo 3 - **POR UMA RENOVAÇÃO DOS MÉTODOS DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO NO QUE CONCERNE À SUA ATIVIDADE ENTRE AS MULHERES** — são indicadas as medidas a adotar nos planos ideológico, teórico, político e organizativo. Em primeiro lugar, abrir um amplo debate visando a «eliminar as falsas concepções sobre o assunto, entre as quais se destaca a de que é «natural» a situação de inferioridade da mulher na sociedade e, por

extensão, também dentro do partido» e a «por fim a subestimação da tarefa de arrancar a mulher de seu estágio atual de inserção na sociedade, tornando-a protagonista de sua própria emancipação e da emancipação de todo o povo». Entre as medidas no plano organizativo está o recrutamento intensivo de mulheres, atingindo as trabalhadoras e as donas de casa dos grandes núcleos habitacionais populares.

«Finalmente — conclui a Resolução —, devemos considerar dois aspectos essenciais: primeiro, criar em todas as organizações partidárias as condições necessárias para que um grande número de mulheres assumam, das Organizações de Base ao Comitê Central, um papel destacado em suas atividades; segundo, saber ligar toda essa força combativa às grandes massas de nosso povo, para transformá-la em alavanca de um grande e poderoso movimento feminino de massas».

76

Zuleika Alambert afirma que o processo de elaboração dos referidos documentos foi antecedido por um amplo processo de reflexão e de atividades práticas organizadas em terras estrangeiras. Estes trabalhos se iniciaram em Santiago do Chile com o Comitê das Mulheres no Exterior, o qual promoveu a organização de um seminário com 50 mulheres de diversas orientações políticas.

Após a dispersão dos brasileiros com o golpe de Pinochet no Chile, elaborou-se o primeiro estudo sobre a realidade da mulher brasileira a fim de apresentá-lo no Congresso Mundial de Mulheres, realizado em Berlim em outubro de 1975 por ocasião do Ano da Mulher, patrocinado pela ONU. Além disso, no território europeu foram realizados encontros anuais entre as mulheres comunistas, totalizando 4 conferências.

De acordo com a “*Voz Operária*”, a partir destes encontros começaram a surgir divergências entre as análises da condição feminina em duas correntes mais fortemente demarcadas: a primeira promovia uma análise baseada de forma dogmática nos escritos de Marx e Engels; e segunda corrente promovia uma interpretação “calcada numa ideologia pequeno burguesa do feminismo” (VO, agosto de 1976, p.5).

Esta reflexão está presente na matéria “Primeira conversa sobre o universo dos problemas e movimentos femininos” veiculada na “*Voz Operária*”. O texto discutiu as principais concepções mantidas pelo feminismo brasileiro:

⁷⁶ “Em primeiro lugar, abrir um amplo debate visando a ‘eliminar as falsas concepções sobre o assunto, entre as quais se destaca a de que é ‘natural’ a situação de inferioridade da mulher na sociedade e, por extensão, também dentro do partido’ e a ‘por fim a subestimação da tarefa de arrancar a mulher de seu estado atual de inserção na sociedade, tornando-a protagonista de sua própria emancipação e da emancipação de todo o povo’” (VO, junho de 1979, n159, p.8).

“Eu apontaria duas tendências extremas: 1) só o socialismo vai resolver. Então, não se faz nada de específico e surge a idéia das mulheres como ‘massa de manobra’ dos movimentos revolucionários. 2) Opostamente: mudar já, mudar a situação da mulher sem levar em conta a situação da sociedade” (VO, n154, janeiro de 1979, p.6).

O documento final elaborado pela Secção Feminina do partido no exterior teria conjugado as duas correntes de forma mais equilibrada. Para Zuleika Alambert:

A chave de toda a nossa tática e de toda a nossa estratégia é a ligação do problema da mulher com o problema da democracia em consonância com a nossa linha política geral. Isto foi resolvido, repito, sem cair na instrumentalização da mulher para a luta pela democracia, mas na colocação da questão da igualdade de direitos da mulher como elemento decisivo para a incorporação em massa à luta democrática geral. Isto também foi possível em função do avanço da compreensão do partido, como um todo, sobre a ligação entre democracia e socialismo (VO, agosto de 1976, p.5).

Observa-se que tais documentos incorporaram as orientações seguidas pelo movimento feminista internacional. O texto “Plataforma de lutas pela igualdade de direito das mulheres” destina 8 pontos ao direito no trabalho, entre eles a eliminação das discriminações, princípio do salário igual para igual trabalho e criação das condições efetivas para o exercício do direito ao trabalho. Por outro lado, os direitos referentes ao universo familiar abrangem 11 pontos, entre eles o direito ao divórcio, ao aborto e a “Revogação de todos os artigos do Código Civil, e em especial dos concernentes ao Direito da Família, que consagram a situação de inferioridade da mulher” (VO, junho de 1979, n.159,p.8).

As revistas “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” e “*Voz Operária*” refletem esta alteração do movimento feminista, tanto no cenário nacional, quanto no internacional, embora as formas de abordagens se diferenciem pela incorporação dos objetivos e propostas editoriais de cada publicação. A “*Voz Operária*”, por exemplo, foi editada na França e veiculava textos elaborados pelos próprios militantes do PCB, por isso esteve mais sensível às questões suscitadas pelos movimentos sociais no plano internacional.

Em contrapartida a “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” elaborava um clipping de notícias e, por isso, enfatizava a leitura da mídia brasileira sobre o desenvolvimento do movimento feminista no país. Neste sentido, uma pauta de reivindicações específicas para o universo feminino está ausente das páginas desta publicação. As lutas de gênero, geralmente, são atreladas a questões mais gerais, conforme observamos na entrevista de Terezinha Zerbini, Presidente do Movimento Feminino pela Anistia, ao “Pasquim”:

Sobre o avanço do Movimento, ela disse que "a primeira bandeira foi a da Anistia mas o "pacote de abril", que traumatizou toda a nação, fez com que refletíssemos. Resolvemos pegar também a bandeira da Constituinte. A nosso ver, a bandeira da Constituinte é a maneira de nos unirmos para sair dessa entalada". Ela informou que "somos milhares de mulheres por todo o Brasil. O MPPA está estruturado nacionalmente, tendo núcleos no RG do Sul, Paraná, Sta Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Minas Gerais".

77

Notamos, nesta publicação, o acompanhamento dos eventos organizados por este grupo e o enfoque em matérias que se referem às demandas femininas no universo do trabalho. Estas contestavam os baixos salários, já que "O salário de 50% dos trabalhadores masculinos é o dobro do salário recebido por 50% das trabalhadoras", além de formular críticas às péssimas condições de trabalho "Há, porém, problemas específicos: tratamento discriminatório das chefias, exigências vexatórias por parte das empresas no uso dos sanitários, inadequação das creches e dos vestiários, além da inexistência de locais adequados para refeições" (BMMI, fevereiro de 1978, p.51).

Uma perspectiva diferente das militantes que elaboravam textos para a "*Voz Operária*". Zuleika Alambert, por exemplo, observa o universo do trabalho sob a ótica da politização do cotidiano do feminismo francês, conforme a entrevista fornecida a Pedro Del Picchia:

" (...) a mulher que trabalha na produção, como o homem, arca na reprodução, com o peso principal, gerando o filho, tendo o parto e etc. Não se pode considerar a maternidade como um problema individual da mulher, quando é uma função social sem a qual não existe sociedade humana" (ALAMBERT in DEL PICCHIA: 1980, p.77).

⁷⁷ "(...) a primeira bandeira foi a da Anistia mas o 'pacote abril', que traumatizou toda a nação, fez com que refletíssemos. Resolvemos pegar também a bandeira da Constituinte é a maneira de nos unirmos para sair dessa entalada." (BMMI, julho de 1977, p.37).

O enfoque mantido pela “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” reflete a direção seguida pelo movimento feminista no Brasil cujas preocupações ainda não se concentravam na alteração da condição social da mulher. A matéria “Mulheres em Ação”, publicada em março de 1979, sobre o I Congresso da Mulher Paulista, demonstra esta diferença de abordagens: "O Congresso esteve, todo o tempo, mais preocupado com as condições de vida e trabalho do que com a discriminação baseada no sexo e a opressão direta do homem sobre a mulher" (BMMI, março de 1979,p.54.).

Apesar das significativas diferenças no tocante aos conteúdos veiculados em ambas revistas, houve a expansão do espaço destinado à divulgação das atividades da militância feminina. O periódico “*Voz Operária*” divulgou matérias esparsas sobre questões de gênero, além das resoluções do PCB por meio dos documentos: “A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB” e a “Plataforma de lutas pela igualdade de direitos da mulher”.

“*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, por outro lado, desde março de 1977, mantinha, ainda que de forma irregular, a coluna “mulher em foco” que discutia a especificidade da militância feminina. Entre as matérias publicadas nesta seção há uma exposição de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas na CPI da câmara que analisa os problemas da mulher brasileira “Com base em pesquisas oficiais brasileiras e estudos de organismos internacionais,(...) mostrou-se que o Brasil ainda está longe de ser um país que ofereça igualdade de oportunidades a homens e mulheres” (BMMI, abril de 1977, p.50).

Para Abreu, apesar do contato com o feminismo francês, o Partido Comunista Brasileiro não se distanciou das percepções tradicionais dos demais partidos comunistas que associavam estas reivindicações a questões econômicas (ABREU: 2010, p.239). Alambert, em entrevista para Pedro Del Picchia, afirma que o homem é fruto da sociedade em que vive, por isso representa um instrumento de dominação da sociedade capitalista. Desta forma, o fim da opressão das mulheres ocorreria com a supressão da sociedade de classes. Assim, a luta pelas transformações de ordem cultural no feminismo é percebida como uma batalha de educação dos homens para uma nova sociedade identificada com a emancipação dos trabalhadores.

Portanto, há notórias diferenças, no tocante ao conteúdo veiculado e espaço destinado, no tratamento de questões sobre o feminismo nas publicações “*Voz Operária*” e “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”. Esta última se concentrava em reivindicações concernentes ao universo do trabalho e a luta por melhores condições de vida para as mulheres, por outro lado a “*Voz Operária*” apresentava uma visão mais progressista, propondo também uma mudança na estrutura social que abarcasse o cotidiano das mulheres. Tal discrepância reflete a

diferença de orientações seguidas pelo feminismo no cenário nacional e internacional, mas também a influência do Eurocomunismo na edição da *Voz Operária*. Contudo, mesmo nas posições mais progressistas observa-se que a reivindicação pela valorização do papel social da mulher se encontra subordinada às lutas de caráter econômico.

4.3 “O Brasil no exterior” e a identidade partidária no exílio

O exílio no pós-1964 deixou marcas indeléveis na trajetória das esquerdas brasileiras por representar a falência de um projeto político transformador, ou seja, de um projeto que dava sentido à existência dos militantes. Apesar do caráter singular de cada trajetória seguida em terras estrangeiras, percebemos substanciais diferenças, sobretudo, no processo de reformulação de identidades entre os grupos que receberam apoio de sua própria organização e entre aqueles cujas organizações se desestruturaram ao longo da década de 1970. Analisaremos, a partir das páginas das publicações “*Voz Operária*” e “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, as abordagens sobre o exílio a fim de compreender o processo de reformulação de identidades entre os militantes do PCB.

Conforme analisamos nos capítulos anteriores, o processo de reelaboração de identidades no exílio é marcado pela fragmentação, uma vez que o indivíduo é deslocado bruscamente para um novo contexto onde estão ausentes as referências que mantinham a coesão necessária a sua existência. O exílio é, portanto, uma experiência de rupturas e reconstruções, falência de antigos projetos e reformulação de novos, desenvolvimento de outras formas de militância.

Entretanto, a percepção dos efeitos danosos da referida experiência estabelece relação, em maior ou menor grau, com a manutenção de referências com a realidade vivenciada no país natal. Os militantes de organizações que se desestruturaram ao longo da década de 1970 pelas ações de repressão do governo militar se tornaram mais suscetíveis aos efeitos danosos do exílio e à adaptação ao novo contexto. Em decorrência de tal fato, estes desenvolveram novas formas de militância que incorporavam questões suscitadas pelo novo contexto e que representavam uma reação ao efeito desagregador do exílio, mantendo ativo o seu espírito contestador e revolucionário.

Diferente das organizações que permaneceram atuantes no exterior e, com isso, mantiveram uma identidade partidária⁷⁸. Os militantes do PCB constituem tal grupo devido

⁷⁸ Balachevsky (1992) define o conceito de identidade partidária como um compromisso estável do eleitor para com um sistema político partidário. Esta seria formada pela interação entre a sigla do partido e as demandas que constituem a competição do sistema partidário

às particularidades presentes na trajetória desta instituição. Muitos destes militantes já possuíam experiência de exílio ou de vida clandestina⁷⁹ nos 60 anos em que o partido se manteve na ilegalidade desde a sua fundação em 1922 a seu X Congresso realizado em 1992, o qual declarou a sua extinção. Desta forma, a identidade com o partido era um elemento fundamental na vida dos militantes já que “(...) é através do engajamento partidário que sua vida adquire sentido” (PANDOLFI: 1995, p.29). Soma-se a estes fatores, o apoio dos partidos comunistas internacionais na recepção e rearticulação política dos membros da agremiação que chegavam em diferentes países.

A experiência de ruptura provocada pela permanência forçada no exterior, neste caso, foi substituída pela continuidade no exercício da atividade política. Não ignoramos as contribuições fornecidas pelo contato com os diferentes caminhos seguidos pelo comunismo internacional, em especial pelo Eurocomunismo, nem a vivência do socialismo real em países como URSS, Cuba e leste europeu. Tais contatos, associados com isolamento dos militantes, foram fundamentais para a reformulação de concepções teóricas, conforme ponderamos nas abordagens sobre o feminismo e a democracia. No entanto, esta experiência, embora tenha acirrado as disputas sobre um projeto de partido entre os “Prestistas” e “Renovadores”, não foi suficiente para provocar rupturas nas identidades de grande parte destes militantes durante os anos em que se cumpriu o exílio.

Estas permanências, diante das condições adversas, estabelece relação com a conservação de uma identidade comunista. Dulce Pandolfi destaca inúmeros elementos constituintes desta “cultura” seguida pelos membros do partido: inspiração na complexa teoria de Marx, Engels e Lênin; abnegação, sacrifício pessoal e devoção integral a causa; perfil proletário, materialista, realista, objetivista e coletivista; a defesa de que a teoria revolucionária não existiria sem a prática; internacionalismo; e subordinação a uma rígida hierarquia (PANDOLFI: 1995, pp.35-43).

A Dissipação de uma “identidade do exílio” na identidade partidária pode ser verificada nas páginas das revistas “*Voz Operária*” e “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”. Ambas publicações não dedicavam um espaço significativo de seu conteúdo para discutir a problemática do exílio. A “*Voz Operária*” veiculava poucas matérias sobre a atividade dos militantes no exterior, o que está de acordo com a sua proposta inicial de ser um veículo oficial do partido para militantes também estabelecidos no Brasil.

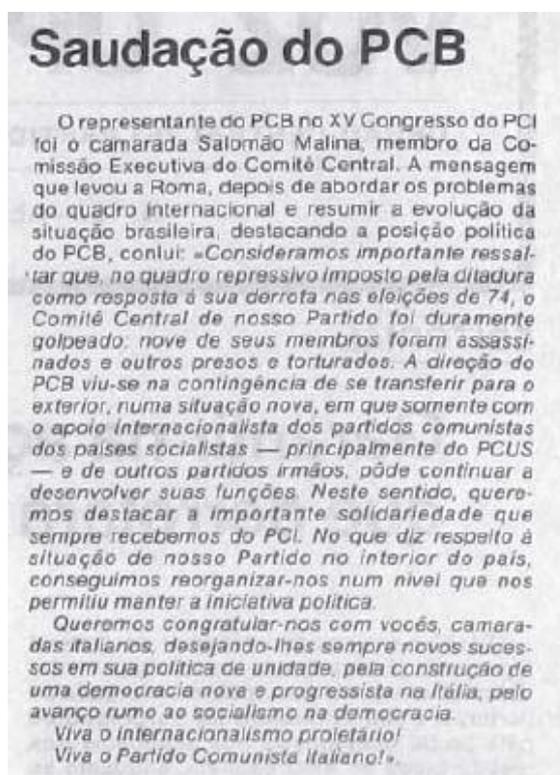
⁷⁹ O PCB desfrutou de poucos momentos de existência legal desde a sua fundação em 1922: março a julho de 1922; janeiro a agosto de 1927; março de 1945 a maio de 1947; e após 1985 com o fim da ditadura militar (PANDOLFI: 1995, p.47).

Apenas eventos internacionais com uma significativa expressão eram divulgados pelo periódico. A título de exemplo, pode ser citado o “Simpósio Brasil” organizado na Suécia pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos e patrocinado pela Associação Nórdica de Pesquisas sobre a América Latina para discutir “O Brasil no limiar da década de 1980: Situação atual e opções de desenvolvimento”.

“Os vários painéis discutiram o sistema político brasileiro, o modelo econômico, o movimento operário e sindical, a política agrária, a liberdade de imprensa, os direitos humanos, o racismo, o papel da igreja, as eleições de 15 de novembro, o ressurgimento do PTB e a legalização do Partido Comunista Brasileiro” (VO, fevereiro de 1979, n155, p.2).

Da mesma forma, apenas eram mencionados as atividades dos exilados com notória expressão. A nota “No exílio, eles lutam pela solidariedade” (VO, agosto de 1978, n.149, p.6) abordou o lançamento de uma carta-manifesto de lançamento do comitê pelas liberdades sindicais no Brasil assinada por 14 dirigentes e militantes sindicais exilados.

Provavelmente em virtude desta circulação no Brasil, os editores sentiram a necessidade de justificar a comunidade de leitores da “Voz Operária” o deslocamento do comitê central do PCB ao exterior como uma necessidade para o desenvolvimento de suas funções:



80

⁸⁰ “(...)A direção do PCB viu-se na contingência de se transferir para o exterior, numa situação nova, em que somente com o apoio internacionalista dos partidos comunistas dos países socialistas – principalmente do PCUS

“O Brasil Mês a Mês na Imprensa”, por outro lado, quando cita a transferência do comitê central enfatiza que este grupo se mantém articulado com os militantes que permaneceram no país. A coluna “PCB em foco” publicou a entrevista concedida por Salomão Malina por ocasião do XV Congresso do Partido Comunista Italiano a respeito da possível existência de dois Partidos Comunistas Brasileiros. No referido texto, o dirigente afirma:

Eis alguns trechos do material remetido por Araújo Netto, correspondente do JB em Roma, e publicado com muito destaque na edição do dia 12:
 “Discordando daqueles que insistem em dizer que hoje existem dois PCBs, um no Brasil e outro no exílio, quase sempre desentrosados e em choque, Malina afirma: “Parece-me um exagero. Não há um P. no exílio. Há uma direção no exílio e camaradas que, no exílio, trabalham em sintonia para o P., que sempre esteve e continua no Brasil. A 81

A elaboração da revista “*Brasil mês a mês no exílio*” foi um projeto do exílio já que surgiu a partir da necessidade de levar aos brasileiros sediados em diferentes países informações sobre a dinâmica político, econômica e social do Brasil. Contudo, apesar de constituir uma exemplar típico da “imprensa do exílio”, destinava apenas de 2 a 4 páginas para a coluna “Brasil no Exterior” entre um total de 64 páginas que constituíam o periódico.

A referida coluna divulgava a repercussão de notícias brasileiras na mídia internacional, além de matérias retiradas de órgãos comunistas internacionais – a exemplos os jornais “Avante” (Partido Comunista Português), “Granma” (Partido Comunista Cubano) e “Friheten” (Partido Comunista Norueguês). Os artigos publicados pela mídia internacional confirmam o apoio de diversas instituições na campanha de denúncia das atrocidades cometidas pelo governo brasileiro contra os Direitos Humanos:

“Nos primeiros dias do mês, jornais democráticos de diferentes países continuavam as denúncias contra a repressão no Brasil, nos últimos meses, e que havia culminado com o assassinio do jornalista Wladimir Herzorg, em fins de outubro. Tal foi o caso do ‘Daily World’ (edições de 1º e 5), através de detalhadas matérias do jornalista Tom

– e de outros partidos irmãos, pode continuar a desenvolver suas funções. Nesse sentido, queremos destacar a importante solidariedade que sempre recebemos do PCI. No que diz respeito a situação de nosso Partido no interior do país, conseguimos reorganizar-nos num nível que nos permitiu manter a iniciativa política” (VO, abril de 1979, n157, p2).

⁸¹ “Parece-me um exagero. Não há um Partido no exílio. Há uma direção no exílio e camaradas que, no exílio, trabalham em sintonia para o Partido, que sempre esteve e continua no Brasil (BMMI, abril de 1979, p.17).

Foley); do ‘Granma’ (edições de 1º, 3 e 15); do ‘L’Unitá’ (2.11). Os grandes periódicos internacionais também condenaram a onda repressiva. O ‘New York Times’ (14.11) condenou a censura à imprensa e ataques sistemáticos do regime do Brasil contra profissionais desse setor” (BMMI, novembro de 1975, pp50-51).

O conjunto de notas que compunham esta coluna abordava diferentes temas, entre eles a organização de eventos no exterior, as atividades políticas de Prestes na representação do PCB, o lançamento de publicações pela comunidade de exilados brasileira e notas de serviços de utilidade pública para a comunidade de leitores. Entre as matérias sobre a organização de eventos pela comunidade de exilados brasileiros podemos citar como exemplo a nota sobre a “Semana da Cultura Brasileira” presente na edição de janeiro de 1977:

“De 15 a 20 de novembro último, um grupo de brasileiros exilados realizou, na capital da Dinamarca, uma Semana da Cultura Brasileira no Exílio, a qual obteve o mais completo êxito, não só pela afluência de milhares de dinamarqueses aos diversos atos da Semana, mas pela cobertura dada à iniciativa. Foi uma oportunidade de denunciar a ditadura militar fascista e a sua política obscurantista” (BMMI, janeiro de 1977, p.62).

Em relação ao conjunto de artigos sobre o acompanhamento das atividades de Luís Carlos Prestes na representação do PCB em eventos internacionais, podemos citar a matéria “Prestes na Itália”, a qual afirmava que:

“(…) no encontro com os dirigentes do PCI, Prestes falou sobre a luta que os comunistas brasileiros, os operários, camponeses e intelectuais, todas as forças democráticas e patrióticas travam, unidos em uma ampla frente antifascista pela libertação dos presos políticos, pela liberdade e a democracia, pela independência nacional, a paz e o socialismo” (BMMI, outubro de 1975, p.57).

Também eram publicados comunicados de “serviço de utilidade pública” para os exilados, ou seja, informações com interesse prático para os leitores. Consideramos como matérias que constituem este grupo, a nota “Figueiredo e Dina” (BMMI, dezembro de 1977, p.63) sobre uma possível colaboração entre a DINA chilena e o SNI brasileiro. A denúncia se baseou em uma carta, divulgada pelo catedrático José Herrera Oropeza - assessor internacional do Congresso da Venezuela – mas enviada pelo coronel Manuel Contreras Sepúlveda, diretor da Dina chilena, ao Gal. João Baptista Figueiredo, chefe do SNI. O referido documento também abordava a violação dos Direitos Humanos, o apoio da instituição ao plano brasileiro contra autoridades eclesiásticas e dirigentes políticos, bem como o monitoramento de exilados.

Conforme podemos verificar nos trechos citados acima, as notas que compunham a coluna “Brasil no Exterior” divulgavam as atividades dos exilados brasileiros, mas também se convertiam em um espaço para a promoção de denúncias a comunidade internacional das arbitrariedades cometidas pelo governo autoritário estabelecido no país.

Entre as matérias de assuntos gerais presentes na referida coluna, a notícia “Geisel na França” aborda a visita do Presidente a Londres e a Paris:

"Em meio de uma atmosfera de repúdio popular, e de máximas medidas de segurança, visitou a França, de 26 a 28, o general Geisel, presidente do Brasil. O ditador foi a Paris, e depois seguirá para Londres, em busca de aval político para o regime fascista e de inversões de capitais europeus, oferecendo como atração a garantia de máximos lucros, assegurados pela existência no Brasil de uma mão-de-obra das mais baratas do mundo, graças ao regime de terror desencadeado contra toda manifestação de luta de classe operária brasileira" (BMMI, abril de 1976, p.23).

A partir de 1978, mas especificadamente em março daquele ano, começaram a ser veiculadas nas páginas da “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” matérias sobre o movimento de retorno dos exilados, principalmente de membros do PCB como Leandro Konder e Gilvan de Cavalcanti Melo (BMMI, dezembro de 1978, p.35). Tais notícias se fizeram presentes nas páginas da referida publicação até a conclusão do processo de Anistia. Em julho de 1978, o artigo “Luta pelo retorno” anunciava que:

“O Comitê Brasileiro pela Anistia anunciou que, a partir deste mês, 3 mil exilados começarão a chegar ao país, habilitados com passaportes concedidos pela ONU. Trata-se de aproximadamente a metade dos exilados brasileiros, já que o resto não poderá regressar até que haja anistia geral e irrestrita” (BMMI, julho de 1978, p.35).

A partir destas matérias, podemos reconstruir os fluxos nos quais se procederam os retornos dos brasileiros que se deslocaram para o exterior. Ao longo de 1978, retornaram aqueles que não possuíam processos em aberto junto a Polícia Federal em decorrência do exercício da militância no país. Nestes casos, as famílias dos exilados eram encarregadas de providenciar a documentação que comprovava a sua absolvição na justiça. Em seguida, estes obtinham um “laisser-passer”, um documento que não substitui o passaporte mas garantia a entrada no território nacional (BMMI, fevereiro de 1978, p.38). Muitos dos recém-chegados eram obrigados a prestar depoimento na Polícia Federal, mesmo com as comprovações de absolvição na justiça.

A partir das escassas matérias publicadas na “*Voz Operária*” e na “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” sobre questões próprias do exílio podemos concluir que o processo de reformulação de uma identidade no exterior, conforme constatamos com maior notoriedade em outras organizações de esquerda, para o PCB ocorreu de forma mais sensível. As publicações analisadas reservavam um espaço restrito para abordar a referida temática e a discussão sobre os efeitos danosos da experiência do exílio se encontra ausente em suas páginas.

Por outro lado, a divulgação dos eventos realizados no exterior era uma oportunidade para denunciar as arbitrariedades do governo militar brasileiro à comunidade internacional,

dando continuidade à militância que era desenvolvida no Brasil. Portanto, paradoxalmente podemos observar em outros espaços das revistas analisadas esta influência da vivência em terras estrangeiras para a reformulação teórica dos militantes, mas não naqueles destinados a abordar diretamente a questão do exílio.

4.4 A Democracia pela qual lutam os comunistas

As publicações comunistas exerciam o papel de educação partidária por meio da discussão pública das novas orientações ou abordagens de questões pertinentes para o partido. Considerando as limitações provocadas pelo contexto de exílio e de vida clandestina, estes jornais e revistas se converteram no principal elo de ligação entre o comitê central do PCB e seus militantes localizados em regiões remotas do país ou do exterior. Analisaremos, no presente tópico, as representações veiculadas na “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” e na “*Voz Operária*” a respeito das novas lutas que se inseriram na pauta de discussão do PCB, sobretudo no tocante à redemocratização e à Anistia.

A fusão entre os ideais comunistas e nacionalistas já pode ser observada em momentos anteriores ao golpe civil-militar, conforme sinalizou Reginaldo Fernandes (2010). Esta contração de interesses foi utilizada pelas esquerdas como referência de uma luta nacional-popular, também apropriada pelos situacionistas como um elemento identitário frente às teorias denominadas de “exóticas”. A partir do V Congresso em 1960, detectam-se mudanças nas orientações do PCB ao propor uma revolução nacional-burguesa que desenvolvesse as forças produtivas em atraso. Segundo o mesmo autor, esta mudança de orientações também foi verificada no VI Congresso de 1967, com a reafirmação da opção pela via democrática de luta.

Este contexto de valorização das lutas democráticas se reverteu concretamente no acompanhamento do pleito eleitoral. A eleição de 1974 foi avaliada como um dos eventos políticos mais importantes do país desde 1964 por demonstrar um importante avanço das forças democráticas na formação de uma frente patriótica anti-fascista.

“Doravante, a temática da democracia vai entrar definitivamente na pauta de discussão da militância comunista, aparecendo nas resoluções políticas de 1977, 1978, 1979 e de 1984, quando consegue publicar as resoluções políticas do VII Congresso, realizado em 1982, sob o título ‘Uma alternativa democrática para a crise brasileira’”(FERNANDES:2010).

Observamos esta inclusão da temática referente à democracia nas matérias veiculadas na “*Voz Operária*” e em “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” ao longo da década de 1970.

Tais textos refletem a discussão em nível nacional sobre este assunto, mas também a divergência de posições mantidas no interior do PCB, pelo menos desde o VI Congresso em 1968, entre os segmentos ligados a Prestes que reivindicavam um “Partido Revolucionário” e aqueles denominados de “Reformistas” por supostamente abandonar a luta por um “governo revolucionário”, concentrando-se na tática para a conquista de um governo anti-ditatorial (PRESTES:2012, p.153) .

O referido assunto foi abordado de formas distintas, de acordo com o propósito editorial de cada revista. “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” veiculava declarações de personalidades e manifestações da sociedade civil pela redemocratização. Enquanto que a “*Voz Operária*” divulgava matérias analíticas e, segundo Anita Prestes, influenciadas pelo Eurocomunismo: “A chamada ‘questão democrática’, entendida como a defesa de uma democracia abstrata e desprovida de conteúdo de classe, tornara-se um dos principais temas abordados no Órgão Central do PCB”(PRESTES: 2012, p.215).

Após a recorrente menção do engajamento do PCB nas lutas pelo restabelecimento de um regime político democrático, a edição de outubro de 1978 desta publicação se ocupou na definição da democracia pela qual lutam os comunistas. A entrevista “Prestes com a palavra: A ilegalidade do PCB é mutilação da democracia” afirma que:

“(…) lutamos pela crescente participação das massas populares na resolução dos principais problemas nacionais, pelo direito de se organizarem e defenderem seus interesses’.A cristalização do programa do PCB depende da participação democrática do povo, do movimento de massas “(VO, n151, outubro de 1978, p.8).

Em seguida, Prestes declara que a democracia burguesa seria apenas um estágio a ser percorrido para o estabelecimento da democracia socialista ou “avançada”:

“[sobre o questionamento em relação a atuação do PCB na legalidade] Prestes respondeu que á maioria da população brasileira interessava a edificação de uma democracia que permitisse o avanço em direção a profundas transformações econômicas, sociais e políticas de caráter antimonopolista, o que, por sua vez, abriria caminho para que essa democracia se desenvolvesse até a democracia socialista” (VO, outubro de 1978, n.151, p.8).

Tal perspectiva também foi corroborada pela coluna “Brasil no Exterior” publicada na edição da “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” de novembro de 1978, onde se salientava que “(…) os comunistas brasileiros vêm na luta pela democracia parte integrante da luta pelo socialismo” (BMMI, novembro de 1978, p.63).

Nas edições seguintes, o texto “A democracia por que lutamos”, de Anita Leocádia Prestes, trouxe uma visão mais aprofundada do que seria a democracia socialista:

A democracia por que lutamos

(A propósito de comentários do Jornal do Brasil sobre as greves dos metalúrgicos).

Ainda na mesma resolução afirmamos que «para os comunistas, a luta pela democracia, pela manutenção, ampliação e aprofundamento das conquistas alcançadas, é parte integrante da luta pelo socialismo». O que queremos dizer com isso? Que nosso Partido proclama abertamente seu objetivo final como sendo o socialismo, ou, em outras palavras, a democracia socialista — a democracia mais completa e avançada que conhecemos, a democracia mais ampla em todos os terrenos: econômico, social e político; a democracia para a classe operária e todos aqueles que de uma forma ou de outra são hoje atingidos pela opressão capitalista. Vemos na democracia socialista aquele tipo de sociedade em que as mais amplas massas de nosso povo terão assegurados o direito ao trabalho e a um salário condigno, à educação e à saúde, à aposentadoria devidamente remunerada, à cultura e a todas aquelas conquistas que o mundo moderno pode assegurar, mas que ainda são desfrutadas apenas por reduzidíssimas minorias da população brasileira. Somente a democracia socialista poderá criar as condições para que a maioria de nosso povo possa exercer de fato todos os direitos democráticos que, como é bem conhecido, mesmo nas mais avançadas das democracias burguesas nunca se tornaram uma realidade palpável para os trabalhadores, sempre foram e continuam a ser restringidas e boicotadas pelas classes dominantes. Para os trabalhadores desses países, a liberdade de associação, de palavra e pensamento, de ir e vir, de eleger e ser eleito, de influir de fato na vida nacional são conquistas arrancadas na luta diária e difícil contra o Estado capitalista, cada vez mais reacionário, centralizador e antidemocrático.

82

Independente das controvérsias geradas no interior do PCB entre o que seria uma democracia burguesa ou socialista, o tema recebeu grande destaque nas publicações mantidas por esta instituição. O jornal “*Voz Operária*” citou 5 vezes o vocábulo “democracia” e seus derivados nos títulos de um total de 11 matérias veiculadas na edição de outubro de 1978. Em contrapartida, estas palavras estão quase ausentes nas manchetes de “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” veiculadas no mesmo período.

Neste mesmo sentido, a primeira matéria veiculada na “*Voz Operária*” sobre este assunto foi intitulada como “Os comunistas e a luta pela democracia” (VO, agosto de 1976), quatro meses após o início da publicação do jornal no exterior. O texto considera que esta pauta se converteu em um importante elemento de unidade entre a oposição já que “(...) a democracia é o terreno no qual avança, de maneira mais sistemática, vigorosa e permanente, o processo revolucionário no Brasil” (VO, agosto de 1976, n.127, p.4). Em “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, o assunto apenas será abordado na edição de novembro de 1976 - um ano e três meses após o lançamento da

publicação - com a notícia “Exemplo ‘democrático’” (BMMI, novembro de 1976, p.12). O texto critica o procedimento adotado pela Arena nas eleições para o deputado Marco Antônio Maciel para a Presidência da Câmara dos Deputados.

Apesar desta aparente omissão, “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” manteve a coluna “Pela Anistia e pelas Liberdades Democráticas”, embora de forma irregular, a partir da edição de maio de 1977. Por outro lado, a própria natureza deste periódico, de ser um clipping de matérias veiculada na mídia brasileira no mês de referência, contribuiu para que esta reunisse

⁸² “... a democracia mais completa e avançada que conhecemos, a democracia mais ampla em todos os terrenos: econômico, social e político; a democracia para a classe operária e todos aqueles que de uma forma ou de outra são hoje atingidos pela opressão capitalista. Vemos na democracia socialista aquele tipo de sociedade em que as mais amplas massas de nosso povo terão assegurados o direito ao trabalho e a um salário condigno, à educação e à saúde, à aposentadoria devidamente remunerada, à cultura e a todas aquelas conquistas que o mundo moderno pode assegurar, mas que ainda são desfrutadas por reduzidíssimas minorias da população brasileira (VO, abril de 1979, n.157, p.8).

declarações de personalidades ou citações factuais, neste caso, sobre a redemocratização, como o depoimento do deputado “Jarbas Vasconcellos”:

“No mesmo diapasão, o dep. Jarbas Vasconcellos (MDB-Pe) afirmou que “os crescentes reclamos de todas as classes e das mais legítimas lideranças partidárias pedem por imediatas reformas políticas, acrescentando que, ‘nesses quase 13 anos de regime discricionário, nunca se falou tanto em legalidade e reconstitucionalização, na volta do país aos verdadeiros parâmetros democráticos, com o asseguramento das garantias individuais e o respeito dos direitos humanos” (BMMI, janeiro de 1977, p.10).

A partir desta reivindicação primeira, o restabelecimento de um regime democrático, estruturou-se a pauta de lutas políticas desenvolvidas pelo PCB. Considerava-se que:

“A defesa das liberdades democráticas, inclusive em seu nível formal, é uma tarefa que interessa diretamente à classe operária. E não apenas porque num regime democrático, o proletariado poderá se organizar livremente e, desse modo, fazer valer com maior força os seus interesses específicos, corporativos. Mas também, e sobretudo, porque a democracia é o terreno mais adequado para que o proletariado formulando propostas globais de transformações econômica e social, conquiste aliados, defina-se como classe nacional, hegemônica, capaz de apresentar as soluções mais justas e mais unitárias para problemas vividos pelo conjunto das camadas populares e dos setores sociais prejudicados pela ação dos monopólios nacionais e internacionais” (VO, n142, junho 1978, p.8).

Distintos espaços da “*O Brasil mês a mês na imprensa*” veicularam matérias referentes a esta temática em um caráter mais abrangente. A partir de fevereiro de 1977, por exemplo, a coluna “Panorama político das eleições” passa a acompanhar as previsões e análises sobre o processo eleitoral brasileiro. De forma semelhante, a coluna “O mundo da violência” desde abril de 1976 agrupava matérias sobre a violação dos direitos humanos no Brasil e as arbitrariedades cometidas pelo governo militar.

As lutas específicas empreendidas pelo PCB, freqüentemente, eram vinculadas à redemocratização. A legalização deste partido, por exemplo, se torna um assunto recorrente entre 1978 e 1979, no contexto de distensão política empreendida no governo do G^{al} Figueiredo. Sobre o tema, Prestes afirmou:

“Este problema está sempre mais sendo colocado na pauta de discussões, não apenas dos setores oposicionistas mais consequentes, mas sendo examinado e considerado também entre personalidades e políticos ligados ao governo e ao regime. De um tema proibido, ele passou a ganhar espaço na ‘grande imprensa’, na base de pequenas notas acanhadas em cantos de página, para tornar-se motivo de pronunciamentos de altas figuras do Governo e debate quase obrigatório entre grupos democráticos” (BMMI, fevereiro de 1979, p11).

Esta mesma relação entre redemocratização e legalização do PCB também está presente na “*Voz Operária*”. Em entrevista, intitulada “Desenvolver nas eleições a ação política das massas”, Prestes associa a legalização do PCB ao exercício do direito de representação partidária.

“Torna-se cada dia mais evidente que a ilegalidade do PCB mutila a democracia e constitui, na verdade, uma ameaça a todos os democratas, já que constitui a negação de um dos mais importantes direitos do cidadão – o de representação política de todas as correntes de opinião existentes numa sociedade dividida em classes, através de partidos da livre escolha de cada um” (Entrevista de Luiz Carlos Prestes *in VO*, n.149, agosto de 1978, p.5).

Tais posições são reafirmadas na resolução política de junho de 1979. O texto afirma que o PCB “(...)sempre lutou pelas liberdades democráticas”, embora esta seja uma reivindicação inserida recentemente na pauta de reivindicações do partido:

“A luta pela democracia está intimamente ligada à intensificação da luta pela legalidade do PCB. Não é possível um regime democrático sem a participação de todas as correntes políticas e, entre elas o partido comunista, que sempre lutou pelas liberdades democráticas, pela completa independência nacional e pelo progresso social, e que jamais deixou de participar de todas as lutas dos trabalhadores manuais e intelectuais (VO, junho de 1979, n159, p.6).

A defesa de uma anistia geral irrestrita é observada sobre esta mesma ótica, uma vez que “(...)a questão é colocada em um quadro mais geral da luta pela democracia” (VO, julho de 1979, n 159,p.1).

“A anistia geral e irrestrita é uma pré-condição para que se possa falar em democracia no país e, como tal, interessa a todos os que não estão interessados na sobrevivência da ditadura, recauchutada ou não. Assim como a convocação da Constituinte é o caminho para substituí-la por um regime democrático. Quem não as quer tem medo da democracia” (VO, n.156, março de 1979, p.2).

Este tema esteve cada vez mais presente nas páginas da “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” de acordo com a sua ampliação da discussão pública. As primeiras edições desta publicação já mencionavam a campanha pela libertação dos presos políticos e pelo retorno dos exilados, sempre a atrelando à declaração de personalidades, à divulgação de manifestações ou à organização de eventos para discutir o assunto.

A título de ilustração, destacamos a ocorrência de matérias como a missa organizada pelo movimento Feminino pela Anistia e celebrada por Dom Evaristo Arns (BMMI, agosto de 1978, n1, p.21); o lançamento público do Comitê Brasileiro pela Anistia (BMMI, fevereiro de 1978, p.39); as comemorações pelo dia da Anistia (BMMI,março de 1978, p.16); e a Conferência Internacional pela Anistia realizada em Roma (BMMI,junho de 1979).

A partir das notícias veiculadas nesta publicação também podemos acompanhar o desenvolvimento dos movimentos sociais que lutavam pela aprovação da Lei da Anistia. De movimentos isolados, organizados nos primeiros anos em que a publicação circulou, verificamos a adesão cada vez mais significativa de segmentos da sociedade civil a estas manifestações. “Foram muitas as vozes reunidas clamando por Anistia em 1977. Porém, em 1978, serão ainda mais” afirmou o núcleo baiano do movimento feminino pela Anistia.

(BMMI, janeiro de 1978, p.41). As notícias sobre esta temática passaram a ser reunidas na coluna “O Brasil da Anistia”.

Contudo, a principal controvérsia veiculada na publicação sobre o projeto pretendido pelo governo e aquele defendido pelos movimentos sociais seria a defesa do seu caráter amplo e irrestrito. Mesmo alguns setores parlamentares não concordavam que a referida lei abrangesse os crimes de sangue, como veiculado na matéria “A Luta pela Anistia” (BMMI, março de 1978, p.35). A própria presidente do movimento feminino pela Anistia, Therezinha Zerbini, defendeu o projeto de Anistia enviado pelo presidente João Figueiredo ao Congresso Nacional, ainda que parcial, como um importante avanço para os brasileiros:

MAIS UM PASSO À FRENTE

“Recebemos a anistia, venha como vier, como resultado / de uma árdua conquista de anos de lutas. Ela não é uma dádiva, benesse, e sim uma conquista de nossa luta e de todo o povo brasileiro. Usando uma imagem, quando se faz um furo / numa barreira, o resto vem de roldão”.

É assim que a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbini, encara o projeto de anistia, enviado pelo gal. Figueiredo, ao Congresso Nacional, dia 27, anunciado por uma cadeia nacional de rádio e TV, através de discurso desagógico do presidente da República. A anistia é

83

Em contraposição, os setores mais progressistas defendiam um projeto de Anistia ampla, geral e irrestrita, conforme observado no documento publicado pelo “Encontro Nacional dos movimentos pela Anistia”, realizado em setembro de 1978:

“Lutamos por uma anistia ampla, geral e irrestrita e não se justifica, portanto, qualquer proposta de anistia parcial ou limitada que discrimina os que, na luta contra o regime vigente, participaram de movimentos armados, pois todos foram punidos pela força de atos e leis ilegítimos” - acentua o documento” (BMMI, setembro de 1978, p.35).

Esta posição também é compartilhada pelo PCB, conforme a nota “O projeto de Anistia do governo” da Comissão Executiva do comitê central que critica o projeto de enviado ao Congresso. O documento, entre outros pontos:

“(…) discrimina os chamados ‘autores de crimes de sangue’. Depois de ter punido essas pessoas através de tribunais políticos de exceção em processos juridicamente viciados, o regime quer lhes negar a Anistia sob o pretexto que elas cometeram ‘crimes comuns’” (VO, julho de 1979, n.160, p.2).

⁸³ “Recebemos a anistia, venha como vier, como resultado de uma árdua conquista de anos de lutas. Ela não é uma dádiva, benesse, e sim uma conquista de nossa luta e de todo o povo brasileiro. Usando uma imagem, quando se faz um furo numa barreira, o resto vem de roldão”(BMMI: junho de 1979, p.5.).

Portanto, a análise das duas coleções de periódicos demonstra as diferenças nas abordagens presentes nas mesmas. A “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*” priorizou a divulgação de dados factuais e declarações de personalidades sobre o processo de redemocratização retirados da mídia nacional. Diferentemente da “*Voz Operária*” que produzia matérias analíticas, procurando discutir o modelo de democracia pelo qual lutam os comunistas. A recorrência do tema nesta revista reflete a influência dos ideais Eurocomunistas no referido periódico. Desta forma, a definição da “democracia socialista” pode ser interpretada como uma reação do grupo Prestista aos setores considerados reformistas. “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, por outro lado, era publicado em Moscou por um grupo que se alinhava às concepções de Prestes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do exílio pela esquerda brasileira no pós-1964 foi um fenômeno abrangente, posto que envolveu um quantitativo situado entre 5.000 a 10.000 indivíduos (CHIRIO: 2006). Em terras estrangeiras foram desenvolvidas estratégias de resistência à anulação política causada pela expatriação, entre elas a edição de uma imprensa do exílio durante o período compreendido entre 1964, ano em que ocorreu o golpe militar brasileiro, e 1979 quando foi aprovada a Lei de Anistia.

O contato prévio com esta temática pela autora desta dissertação ocorreu durante a pesquisa desenvolvida no trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, na UFRJ (BARCELOS:2008). Na referida pesquisa, realizamos um levantamento de 6 jornais e revistas de uma imprensa organizada por brasileiros sediados no exterior em decorrência dos eventos pós-1964.

Naquela ocasião, nos deparamos com um expressivo acervo que abarcava mais de 50 títulos diferentes de periódicos editados por organizações de distintas orientações políticas. O questionamento que motivou aquele estudo era entender porque os múltiplos segmentos da esquerda brasileira utilizaram a imprensa como um recurso para se expressar diante da tentativa de anulação política e fragmentação de identidades causadas pelo exílio.

A partir da periodização proposta por Rollemberg (1999), agrupamos os periódicos analisados em três fases: o breve retorno durante o exílio na América Latina no qual as organizações que promoviam a luta armada, freqüentemente, faziam apologia ao retorno à pátria para dar continuidade ao dever revolucionário; a diáspora pelo Velho Continente após o golpe militar no Chile e a inclusão de temas influenciados pelas Novas Esquerdas européias na pauta de discussão dos brasileiros; e a fase da adaptação à nova realidade, na qual surgiram publicações que promoviam a divulgação da produção artística e cultural dos exilados brasileiros.

Baseando-se neste panorama geral, foi possível estabelecer uma clara relação entre as características da imprensa editada e o processo de reconstrução de identidades no exílio. Entendemos que esta categoria imprensa concretizava uma resistência, real ou simbólica, contra o regime militar brasileiro por meio da denúncia sobre a violação dos Direitos Humanos no Brasil, organização da esquerda exilada ou da reação contra o silenciamento imposto pelo exílio. Esta imprensa mantinha aceso o espírito de oposição, ainda que no exterior, diante da tentativa de anulação política destes militantes pelo regime militar brasileiro.

Contudo, constatamos que as características propostas em cada fase nem sempre se adequavam aos exemplares produzidos em cada período. Em decorrência desta percepção, nos concentramos na análise dos exemplares da revista “Brasil Socialista”, produzidos na França entre janeiro de 1975 e abril de 1976, como tema do trabalho de conclusão do curso de História na UNIRIO (BARCELOS:2010). Na referida pesquisa, constatamos que, embora a “Brasil Socialista” temporalmente se situasse na fase de diáspora do exílio, o seu conteúdo ainda se relacionava com a perspectiva de um breve retorno ao país, já que a revista propunha fazer-se circular no Brasil e o discurso das matérias veiculadas em suas páginas estimulavam a mobilização dos militantes naquele país, ignorando a realidade vivenciada em terras estrangeiras.

Desta forma, nos interrogamos se seria possível estabelecer uma generalização sobre o processo de formulação de uma identidade “do exílio” comum aos distintos segmentos da esquerda brasileira que vivenciaram tal experiência, independente da filiação a determinadas organizações políticas. Existiria uma identidade do exílio? Diante da realidade de isolamento e fragmentação de identidades causados pela permanência forçada em terras estrangeiras, podemos estabelecer alguma relação entre a prática de edição de uma imprensa e a manutenção da coesão do grupo?

Assim, na pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da UNIRIO, propomos um novo recorte temático. Selecionamos duas coleções de periódicos editados pelo PCB durante o exílio pós-1964, os jornais *Voz Operária* e *O Brasil Mês a Mês na Imprensa*, a fim de verificar se realmente as fontes primárias contribuíram para a manutenção da mobilização e coesão social dos comunistas sediados em diferentes países na Europa e na América Latina durante o período considerado.

O objeto de análise se restringiu ao PCB devido à especificidade das publicações produzidas por esta organização. Enquanto que 61,8% dos exemplares da imprensa do exílio foram editados por menos de dois anos, os periódicos comunistas existiram ininterruptamente por quase 3 e 4 anos, respectivamente. Esta continuidade na edição e sua abrangência possibilitariam as fontes primárias necessárias à discussão das questões propostas pela pesquisa.

Contudo, a referida seleção conferiu outra direção ao objeto inicial de pesquisa em decorrência das especificidades na estada no exterior do referido grupo. Diferente de grande parte dos segmentos da esquerda brasileira, cuja organização política foi desestruturada pela repressão do regime militar ao longo da década de 1970, o PCB se manteve atuante no cenário político nacional e permaneceu interagindo com instituições internacionais. Tal apoio

viabilizou os recursos materiais necessários para a recepção dos exilados que chegavam ao exterior e também para a edição de periódicos durante um período tão prolongado.

Além disso, o PCB já possuía uma vasta experiência de existência clandestina em decorrência dos quase 60 anos de ilegalidade do partido no período compreendido entre 1922, quando o partido foi fundado, e 1992, ano de extinção oficial da organização após deliberações do seu X Congresso. Desta forma, poderíamos esperar que este apoio institucional durante o período de estada forçada no exterior influenciasse o processo de reconstrução de identidades destes militantes, se os comparássemos com os demais segmentos que recorreram ao auxílio de organizações internacionais para garantir sua sobrevivência em terras estrangeiras.

A partir deste conhecimento prévio sobre o objeto de estudo, formulamos novas hipóteses a serem verificadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. O exílio dos membros do PCB seguiu uma dinâmica semelhante aos demais segmentos da esquerda exilada? A imprensa editada pelo PCB pode ser agrupada na categoria de uma imprensa do exílio? Quais representações veiculadas nas publicações analisadas contribuem para a manutenção da coesão do grupo e reforço de identidades?

Procuramos caracterizar o exílio contemporâneo à luz da bibliografia recente sobre o tema. Tal prática, herdada da Grécia Antiga, provoca efeitos danosos sobre aqueles que vivenciaram tal experiência. A bibliografia consultada caracteriza como “males da ausência” - inadaptação, desenraizamento e despersonalização - a nostalgia gerada pelo desejo de voltar à pátria e a impossibilidade de concretizá-lo (VOLPE:2005; ROLLEMBERG:1999; QUEIROZ:1998).

Em seguida, discutimos o exílio dos diferentes segmentos da esquerda brasileira a partir de textos memorialísticos e entrevistas realizadas com ex-militantes políticos. A bibliografia analisada nos possibilitou classificar a transferência forçada para o exterior de acordo com a forma de partida, o estatuto adquirido pelo indivíduo em terras estrangeiras e as características de cada momento no exílio.

Os brasileiros que cruzaram as fronteiras nacionais poderiam partir legalmente, portando seus próprios documentos emitidos pela Polícia Federal, clandestinamente, quando necessitaram de apoio logístico de organizações revolucionárias para deixar o país, ou oficialmente, a exemplo do grupo de banidos cuja partida foi autorizada pelo regime militar brasileiro.

A estada no país de destino também guarda relação com a forma como as partidas foram organizadas. Considera-se refugiados aqueles que necessitaram do apoio de instituições

internacionais para promover a retirada no país que oferecia risco a preservação de sua integridade física, bem como a instalação no país de acolha. A esta categoria se adequam, por exemplo, os brasileiros que deixaram o Chile diante da violência instaurada após o golpe militar de Pinochet.

Em contrapartida são considerados migrantes aqueles que se transferiram voluntariamente do país no qual estiveram estabelecidos em busca de melhor qualidade de vida, como os brasileiros que se dirigiram para as ex-colônias africanas que concluíram seu processo de independência. Já os exilados são todos aqueles que permaneceram no exterior em decorrência de fundamentados temores a sua segurança e diante da impossibilidade de retornar.

Queiroz (1998) propõe a divisão das fases do exílio de acordo com o grau de adaptação a nova realidade. O momento de chegada no novo país é marcado pelo estranhamento dos códigos culturais, linguagens e paisagens. Na fase seguinte, o exilado se adapta ao novo território e procura transformar a realidade a partir dos limites sócio-culturais encontrados no mesmo. Por fim, há a interiorização dos códigos culturais existentes no país de acolha durante o processo de aculturação.

Após a conceituação do exílio contemporâneo e da reconstrução da trajetória no exterior de diferentes segmentos da esquerda brasileira no pós-1964, destacamos as especificidades da experiência vivenciada pelos militantes do PCB a fim de compreender as diferenças existentes nos dois grupos. Desta forma, as transferências “legais” dos brasileiros ocorreram de forma bastante dispersa ao longo do regime militar brasileiro. Diferente dos membros de organizações revolucionárias que promoviam a luta armada e que organizaram suas partidas de forma mais contundente após o fechamento do regime com a publicação do AI-5, em 1968.

Os integrantes do comitê central do PCB, por outro lado, começaram a se deslocar após 1970. A princípio esta estratégia pretendia preservar no exterior um terço da direção nacional para que estes pudessem reorganizar o partido caso a repressão no Brasil provocasse o isolamento de seus quadros. Contudo, diante da onda de violência contra a instituição, na segunda metade da década de 1970, deliberou-se pela sistemática transferência da direção para terras estrangeiras.

Outra significativa diferença entre ambos os grupos refere-se à forma como ocorreu a estada no exterior. Os demais segmentos da esquerda brasileira recorreram ao auxílio de instituições internacionais de apoio aos exilados para garantir a sua sobrevivência – convertendo, desta forma, antigos guerrilheiros em trabalhadores manuais ou estudantes. Em

contrapartida, os membros do PCB receberam apoio material de partidos comunistas internacionais, como o PCUS e PCI. Alguns membros da direção do PCB, inclusive, concluíram cursos de formação sobre o marxismo-leninismo na escola do partido, em Moscou.

O exílio também se constituiu como um espaço de conflitos. Prestes, por exemplo, considerou a sua partida precoce à Moscou como uma tentativa empreendida pelos “Reformistas” para isolá-lo da direção. Desta forma, as divergências existentes no interior do partido - pelo menos, desde 1958 com as críticas ao stalinismo - se afloraram devido ao contato com os diferentes caminhos seguidos pelo comunismo internacional, sobretudo o Eurocomunismo.

Embora houvesse divergências em relação às concepções teóricas sobre o comunismo, estas não foram suficientes para afetar a identidade partidária. Pelo menos, não neste momento. Houve críticas à estruturação de uma assessoria a Comissão Executiva na França que, segundo Anita Prestes, era formada por “Reformistas” e atuava na edição da *Voz Operária*, mas não representava a opinião da maioria dos órgãos deliberativos do partido. Contudo, apesar do gradual afastamento de Prestes das reuniões organizadas no exterior entre 1978 e 1979, a crise que resultou na extinção do partido ocorreu no Brasil, após a promulgação da lei da Anistia.

Apesar das controvérsias em relação ao modelo de partido a ser seguido, é notória a expressão de uma identidade partidária nos textos veiculados na *Voz Operária* e em *O Brasil Mês a Mês na Imprensa*. Tal fato nos provocou a reflexão sobre qual categoria de imprensa atendia às características encontradas nas publicações comunistas. Uma imprensa militante? alternativa? ou exilada?

Considera-se como imprensa alternativa às publicações que se opunham aos discursos oficiais e que existiam à margem da imprensa tradicional. Como vimos, estes jornais promoviam denúncias contra o regime militar brasileiro e mantinham relações, muitas vezes, secretas com organizações político-partidárias. Assim, descartamos a caracterização da imprensa comunista segundo esta modalidade, uma vez que aqueles exemplares eram editados oficialmente pelo PCB e a circulação no território nacional lhe era interdita.

Portanto o conceito de imprensa partidária é o mais adequado para a classificação destas fontes primárias, uma vez que as mesmas possuem um enfoque político-pedagógico e difundem conteúdos programáticos de uma dada corrente política. Tais periódicos exerciam, portanto, as funções apontadas por Pandolfi (1995), a saber, informar e formar politicamente os militantes, bem como dialogar com os demais setores da esquerda e com o público não comunista.

Deve-se considerar também que estes jornais foram produzidos no contexto do exílio e, por isso, atendiam os objetivos específicos desta condição apontados por Marques (2011). Tais periódicos promoviam denúncias à comunidade internacional sobre as arbitrariedades cometidas pelo regime militar brasileiro e atualizavam a comunidade de exilados sobre a dinâmica brasileira. Além disso, promoviam o debate das estratégias de enfrentamento da ditadura e atuavam na convocação da comunidade de leitores para as atividades organizadas no exterior.

Desta forma, a *Voz Operária* e *O Brasil Mês a Mês na Imprensa* atendiam os objetivos propostos pelas categorias de imprensa partidária e exilada. Contudo, a primeira categoria se expressa de forma contundente na *Voz Operária*, já que este periódico se afirmava como “Órgão Central do PCB” e destinava um significativo espaço para a divulgação de resoluções, programas e outros textos oficiais. “*O Brasil Mês a Mês na Imprensa*”, por outro lado, foi um projeto típico do exílio que pretendia informar os exilados sobre as mudanças em curso no Brasil, independente de sua orientação política.

Paralelamente a definição conceitual da imprensa editada por membros do PCB no exterior durante a experiência do exílio no pós-1964, assimilamos as contribuições fornecidas pela História da Literatura, sobretudo os conceitos de práticas, representações e circuitos infocomunicacionais propostos por Darton (1990) e Chartier (1990), como chaves interpretativas para desvendarmos nosso objeto de estudo.

O primeiro dos arcabouços teóricos mencionados refere-se ao trajeto percorrido pela informação - o que engloba a codificação da mensagem em letra impressa, sua materialização em uma base e a sua decodificação pelo público leitor. Já o conceito de “Práticas e Representações” refere-se às atividades mobilizadas para a edição dos produtos impressos – tais como organização do periódico, captação de recursos, edição e distribuição.

Tais práticas geram representações sobre os conteúdos noticiados que são influenciadas pelas posições político-ideológicas daqueles que os escreveram. Posteriormente, essas mensagens serão interpretadas pelo público leitor, gerando novas representações. Tais conceitos são fundamentais para compreender o processo de elaboração da imprensa comunista e as representações compartilhadas entre os exilados.

As nossas análises seguiram um trajeto na direção do geral para o particular na categorização dos objetos de estudo. Após fornecer um panorama da “imprensa do exílio”, nos aprofundamos na reconstrução da história das práticas mobilizadas para a edição dos jornais *O Brasil Mês a Mês na Imprensa* e *Voz Operária*. Em seguida, nos concentramos na

análise das representações veiculadas que contribuíram para o reforço de uma determinada identidade entre os leitores.

O *Brasil Mês a Mês na Imprensa* foi editado em Moscou, entre 1975 e 1979, como uma resistência à falta de informação em decorrência do isolamento no exterior. O jornal fornecia aos exilados de diferentes orientações políticas um clipping de notícias que abrangiam os diferentes processos políticos, sociais, culturais e econômicos da dinâmica brasileira. Enquanto que a *Voz Operária* era editada no Brasil como Órgão Central do PCB desde 1965, em substituição do jornal “Novos Rumos”.

A *Voz Operária* possuía características similares a exemplares da imprensa do exílio ligada a um breve retorno, devido aos os esforços direcionados para fazê-la circular no Brasil. Apesar deste periódico se autodenominar “Órgão Central do PCB”, Anita Leocádia Prestes (2012) afirma que ele não representava as idéias da maioria da direção nacional. A publicação teria sido editada por setores “reformistas” ao longo do exílio e, em decorrência disso, em 1978 o comitê central aprovou o documento “Resolução sobre Voz Operária” no qual se isentavam das opiniões veiculadas na publicação (PRESTES, 2012, p.223).

Diante da percepção de que ambos jornais expressavam uma forte vinculação com uma identidade partidária em detrimento de uma identidade do exílio, analisamos os espaços das publicações que apresentavam as funções apontadas por Roxo e Mourão (2010) para esta categoria de imprensa, a saber: resolução, disciplina partidária, análise, apelo a ação e comemoração.

Sob a função de “Resoluções” podemos agrupar os textos oficiais veiculados em ambas publicações, tal como as resoluções e programas partidários, bem como a divulgação de posições do partido – a exemplo das colunas “PCB em foco”, “O que pensam os comunistas” e “A imprensa publica, Voz Operária comenta”. A disciplina partidária e o apelo a ação são expressos tanto pela linguagem imperativa, como pelas normas de conduta presentes nos textos comemorativos e pela introdução de novas questões na pauta de discussão dos exilados.

Os textos de cunho comemorativo, como as mensagens de luto e homenagens, exprimem a ação institucional na seleção de um passado apropriado a fim de reforçar a identidade partidária entre a comunidade de leitores. Estas representações, portanto, contribuíam para manter a coesão social, legitimar instituições e figuras de autoridade, como também inculcavam padrões de comportamento entre os militantes.

Por outro lado, as publicações analisadas reservavam um espaço restrito para abordar temáticas referentes ao exílio. Estas, quando surgia, geralmente abordavam os eventos

organizados no exterior pela comunidade de exilados e assuntos referente às relações internacionais. É importante ressaltar que a discussão sobre os efeitos danosos da experiência do exílio se encontra ausente das páginas dos mesmos.

As duas coleções de jornais analisadas no âmbito desta pesquisa representam a diversidade dos periódicos produzidos durante o exílio na qual coexistiram desde jornais partidários, ligados ao projeto de breve retorno, até produções culturais, editadas na fase de adaptação do exílio. Esta diversidade reflete as múltiplas trajetórias seguidas em terras estrangeiras e, com isso, os também múltiplos processos de reconstrução de identidades. Conforme mencionou Queiroz (1998) experiência do exílio é inédita, por isso deve ser pensada sempre no plural, posto que variou de acordo com a personalidade do exilado, sua faixa etária, os recursos disponíveis para garantir sua sobrevivência, o reconhecimento da comunidade, o conhecimento do idioma estrangeiro, o país em que ficaram estabelecidos, a propensão individual para se adaptar, a manutenção dos vínculos com a organização política, entre outros fatores (ROLLEMBERG: 199,p.133).

Neste sentido, a *Voz Operária* e *O Brasil Mês a Mês na Imprensa* atuaram no reforço de uma identidade, embora partidária, no contexto de isolamento e dificuldade de obter informações no exterior. Diante das restrições a mobilidade, os periódicos se constituíram como o principal elo de ligação entre o comitê central e os demais militantes sediados em diferentes países na Europa e a América Latina. Se estas publicações atuaram como um importante elemento de aglutinação da comunidade de leitores em torno de uma identidade comunista, diante do processo de fragmentação de identidades causado pelo exílio, também se converteram em um meio de dispersão ao veicular projetos distintos de partido entre seus militantes.

As coleções de jornais analisadas sutilmente apontam para as divergências no interior do PCB, sobretudo aquelas geradas em decorrências da aproximação com o Eurocomunismo. Tal fato é decorrente, em partes, do uso da imprensa partidária para divulgar as discussões já consolidadas no interior do partido, deixando para outros espaços os debates sobre pontos de conflito. A ausência destas questões nas referidas publicações se justificaria, portanto, para não causar a desorientação dos militantes, principalmente entre aqueles afastados espacialmente do contato direto com os membros da direção devido às limitações da vida clandestina ou do exílio. Portanto, se configura como um interessante tema para futuras investigações uma análise minuciosa das influências do Eurocomunismo no PCB a partir de fontes de diversas categorias, como atas de congressos, resoluções, registros de reuniões e entrevistas com militantes seguindo a metodologia História Oral.

6 REFERÊNCIAS

Livros e Teses

ABREU, Alzira. **Jornalistas: de românticos a profissionais**. Antropolítica (UFF), Niteroi, n. 5, p. 7-19, 1998.

ALAMBERT, Zuleika. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRIGAGÃO, Clovis,. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 439 p.

ALAMBERT, Zuleika. in DEL PICCHIA, Pedro. **O PCB no quadro atual da política brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ANDERSON, Benedict R. O G. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia de Letras, 2008. 330 p.

ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1998.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. **Identidade partidária e instituições políticas no Brasil**. São Paulo: Lua Nova – Revista de Cultura e Política, no 26, 1992.

BARCELOS, Thatiana. **A imprensa do Exílio**. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 2008. Monografia apresentada a Escola de Comunicação da UFRJ como requisito para obtenção do grau de bacharel em jornalismo.

BARCELOS, Thatiana. **A imprensa do exílio como prática de resistência: Um estudo de caso da Revista Brasil Socialista**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010. Monografia apresentada a Escola de História da UNIRIO como requisito para obtenção do grau de bacharel em História.

BARCELOS, Thatiana. **Rumo ao Exílio: imprensa, política e identidade** in THIESEN, Icléia (org.). **Imagens da clausura na Ditadura de 1964 : informação, memória e história**. Rio de Janeiro : 7 Letras, 2011.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão Biográfica** in FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010, pp.183-192

CARVALHO, Olavo de. **O mito da imprensa nanica**. <<http://www.dcomercio.com.br/index.php/opiniaio/sub-menu-opiniaio/77281-o-mito-da-imprensa-nanica-2>> Acessado no dia 15 de fevereiro de 2012.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. São Paulo: Estudos Avançados, 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext> acessado em 27-06-2011

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel: 1990.

CHIRIO, Maud. **Les trajectoires intellectuelles et politiques des exilés brésiliens pendant le régime militaire (1964-1979)**. Mémoire de DEA. Paris : Universidade Paris 1, 2004 apud MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância Política e Solidariedades transnacionais: A trajetória política de exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)**. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 272 p, 2011.

CHIRIO, Maud. **Formes et dynamiques des mobilisations politiques des exilés brésiliens en France (1968-1979)**. Cahiers d'Amérique Latine, n. 48-49, 2006.

COELHO, Marco Antonio Tavares. **A herança de um sonho: As memórias de um comunista**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COELHO, Marco Antônio Tavares. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 18/03/2013.

CORREA, Hércules. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 18/03/2013.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRIGAGÃO, Clovis,. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 439 p.

COUZINET, Viviane (dir). **Dispositifs info-communicationnels : questions de médiations documentaires**. Paris : Hermes Science ; Lavoisier, 2009.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE CARVALHO, Anina. In UCHOA, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs). **Memórias do Exílio: Brasil 1964/1979**. São Paulo: Editora Livramento, 1978.

DEL PICCHIA, Pedro. **O PCB no quadro atual da política brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FERNANDES, Reginaldo J. . **Representações e práticas políticas sobre a democracia no PCB durante o regime militar no Brasil (1964-1985)**. In: CEISAL 2010 - Conseil Européen de Recherche en Sciences Sociales sur l'Amérique Latine. Indépendances, dépendances, interdépendances, 2010, Toulouse. L'archive ouverte HAL-SHS (Hyper Article en Ligne - Sciences de l'Homme et de la Société). Toulouse: Centre pour la Communication Scientifique Directe (UPS 2275), 2010. Disponível em: <<http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/49/81/25/PDF/ReginaldoJFernandes.pdf>>. Acesso em: 19/03/2013.

FILHO, Aluísio Nunes Ferreira. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 18/03/2013.

FLUSSER, Vilém. **Bondelos: Uma autobiografia filosófica**. São Paulo: Annablume, 2007.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Edusp, 1991.
- KONDER, Leandro. **Memórias de um intelectual comunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- KONDER, Leandro in UCHOA, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs). **Memórias do Exílio: Brasil 1964/19??**. São Paulo: Editora Livramento, 1978.
- LEVI, Giovanni . **Usos da biografia**. in FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da história oral. 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010, pp.167-182.
- LUIZ, Juliana Ramos.**Da Lei do Banimento: Conceito, Fundamentos e Repercussões frente aos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Monografia apresentada a Faculdade de Direito da UERJ como requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito.
- MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância Política e Solidariedades transnacionais: A trajetória política de exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)**. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, 272 p.
- MONTEIRO, José Barbosa. In UCHOA, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs). **Memórias do Exílio: Brasil 1964/19??**. São Paulo: Editora Livramento, 1978.
- MOREIRA ALVES, Márcio; BAPTISTA, Artur. **As eleições de 1978 no Brasil**. Lisboa/Portugal: Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 3, dezembro/1979. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/003/Alves_e_Baptista_pp29-52.pdf>, Acessado em 23.03.2013.
- MORENA, Roberto. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 18/03/2013.
- NORA, Pierre. Entre **memória e história**. **A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- PCB: Vinte Anos de Política 1958-1979**. São Paulo, LECH, 1980.
- PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará,1995.
- PENNA, Lincoln de Abreu. **Imprensa e política no Brasil – a militância jornalística do operariado**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- PEREIRA, Mônica Mourão. **A Esquerda Bem Informada: A Estratégia Política de Comunicação do PCdoB em Dois Tempos**. Dissertação. (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, UFF, Niterói, 2009.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes - O combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 327.

PRESTES, Anita Leocádia *in* **Novos Temas: Revista de debate e cultura marxista**, nº 7, 2º semestre/2012, ICP, São Paulo, 2012.

PRESTES, Luís Carlos. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 18/03/2013.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1989, vol. 2, n.3, p.10.

QUEIROZ, Maria José. **Os males da Ausência ou a Literatura do Exílio**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1998.

RABELO, Therezinha. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRIGAGÃO, Clovis., **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 439 p.

RABELO, José Maria *in* UCHOA, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs). **Memórias do Exílio: Brasil 1964/19??**. São Paulo: Editora Livramento, 1978.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1993.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (ORGS). **Comunicação e História: Interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: MauadX, 2008.

RONIGER, Luis. **Exílio Massivo, Inclusão, Exclusão Política no Século XX**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº1, 2010, pp. 91 a 123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n1/04.pdf>>. Acesso em: 19/03/2013.

ROLEMBERG, Denise. **Exílio: entre Raízes e Radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROXO, Marco Antônio ; MOURAO, Mônica. **Comunicação Partidária: a estratégia comunista durante a ditadura militar brasileira**. Revista FAMECOS (Online), v. 17, p. 33/2-40, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/7540/5405>. Acesso em: 19/03/2013.

SA, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971**. Rio de Janeiro : Marco Zero, 1985. 368p.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios**. Companhia das Letras: São Paulo, 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Unirio, 2001.

SANTOS, Idelete Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. **Le Brésil des Gouvernements Militaire et L'Exil 1964-1985**. Paris :L'Harmattan, 2005.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTI, Cynthia A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. in: XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), Chicago, Illinois, 1998.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **"Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória**. Rev. Bras. Hist., 2002, vol.22, no.44, p.425-438.

SILVA, Fabrício Pereira da. **Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992)**. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 2005.

SILVA, Fabrício Pereira da. . **PCB: partido exilado (1964-1979)**. Das Américas, v. 1, p. n. 5, 2010.

SILVA, Lindolfo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 18/03/2013.

Socialismo em Debate (1917-1987). São Paulo: Instituto Cajamar – Coleção Universidade Livre dos Trabalhadores, 1988.

SOIHET, Rachel. **Mulheres Brasileiras no Exílio e Consciência de Gênero**. In: Pedro, Joana Maria e Wolff Scheibe, Cristina. (Org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. 1ªed.Florianópolis: Mulheres, 2010, v. 1, p. 208-224

SOUSA, Raimundo Alves.**Os desconhecidos da História da Imprensa Comunista**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Sindical, 2005.

SOUZA, Hebert. In UCHOA, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs). **Memórias do Exílio: Brasil 1964/19??**. São Paulo: Editora Livramento, 1978.

TAFFARELLO, Paulo Morais. **A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do "socialismo real"**. Tese de mestrado em Ciências Sociais. Marília:UNESP, 2009.

TEMER, Milton. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 18/03/2013.

THIESEN, Icléia (org.). **Imagens da clausura na Ditadura de 1964 : informação, memória e história**. Rio de Janeiro : 7 Letras, 2011.

THIESEN, Icleia . **Documento "sensível" e informação (in)acessível?**. In: XII ENANCIB Políticas de Informação para a sociedade, 2011, Brasília. Anais do XII ENANCIB Políticas de Informação para a sociedade. Brasília, DF : UnB, 2011. v. 12. p. 226-239

Traição e extermínio. IstoÉ Independente: 31 de março de 2004

VILELA, Magno José. UCHOA, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs). **Memórias do Exílio: Brasil 1964/19??**. São Paulo: Editora Livramento, 1978.

UCHOA, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs). **Memórias do Exílio: Brasil 1964/19??**. São Paulo: Editora Livramento, 1978.

VOLPE, Miriam. **Geografias de exílio**. Juiz de Fora: Edufjf, 2005.

Entrevistas

Entrevista com Francisco Inácio de Almeida concedida à autora, em 07 de junho de 2008.

Entrevista com Milton Temer, concedida a autora em 31 de Maio de 2012.

Entrevista com Severino de Melo, concedida à autora, em 18 de maio de 2008.

Jornais e Revistas

O BRASIL MÊS A MÊS NA IMPRENSA. Moscou: 1975-1979.

BRASIL SOCIALISTA. França : 1975-1976.

CORREIO BRASILIENSE. México: agosto a outubro de 1964.

CAMPANHA. Chile: 1972-1974.

FRAGMENTO DA CULTURA BRASILEIRA. Suécia, 1979.

RESISTÊNCIA. Chile:1969.

REFLEXO DA CULTURA BRASILEIRA NO EXÍLIO. Suécia; 1978.

VOZ OPERÁRIA. França: 1976-1979.

7. ANEXOS

7.1 ANEXO 1 – Tabela: Exílio do PCB

Militante	Local de Exílio
Luis Carlos Prestes	Moscou (1971)
Anita Leocádia Prestes	Moscou (1973) (BEZERRA:2001, p.13)
Severino Theodoro de Mello	Moscou (1974)
Francisco Inácio de Almeida	Moscou (1973)
Gregório Bezerra	México; Moscú, URSS (Bezerra:2001, p.587)
Giocondo Dias	Moscú (1976) (PRESTES <i>in</i> Novos Temas:2012, p.42)
Hércules Correia	Moscú (1974); Lisboa (1978) (CORREIA <i>in</i> ABREU:2010)
Leandro Konder	Bonn, Alemanha (KONDER:2008, p.91)
Sinval Banbirra	Alemanha (1964) (COELHO: 2000, p.348)
Arthur José Poerner	Alemanha (KONDER:2008, p.96)
Ana Montenegro	Alemanha (1968) (COELHO: 2000, p.348)
Lindolfo Silva	Praga, Tchecoslováquia (1973) (SILVA <i>in</i> ABREU:2010)
Armando Ziller	Praga, Tchecoslováquia (1964) (COELHO: 2000, p.342); Argentina (1971) (COELHO: 2000, p.364);
Carlos Nelson Coutinho	Bolonha, Itália (KONDER:2008, p.91)
José Luiz Del Roio	Itália (KONDER:2008, p.96)
Ivan Ribeiro	Roma, Itália (KONDER:2008, p.101)
Milton Temer	Moscú (1972); Budapeste, Hungria (1974) Bour-la-Reine, França (1975) (KONDER:2008, p.91).
Armênio Guedes	Chile (1971) (COELHO:2000,p.364); França (1973)
Aluísio Nunes Ferreira Filho	França (1969) (NUNES <i>in</i> ABREU:2010).
Zuleika Alambert	Chile (1971), França (1973) (ALAMBERT <i>in</i> COSTA, BRIGAGÃO: 1980)
Luiz Hildebrando Pereira da Silva	França (1968) (COELHO: 2010, p.326)
Heron de Alencar	França (1968) (COELHO: 2010, p.326)
Oscar Niemeyer	França (1968) (COELHO: 2010, p.326)
Agliberto Azevedo	França (1971) (COELHO: 2010, p.364)
Antônio Carlos Peixoto	França (PRESTES <i>in</i> Novos Temas, p.43).
Mauro Malin	França (PRESTES <i>in</i> Novos Temas: 2012, p.43)
Roberto ferraz do Amaral	Portugal (KONDER:2008, p.96)
José Paulo Netto	Portugal (PRESTES <i>in</i> Novos Temas, p.44).
Marco Moro	Bélgica (KONDER:2008, p.96)
Roberto Morena	Uruguai (1964-1967); Chile (1973); Praga, Tchecoslováquia (1973-1978) (MORENA <i>in</i> ABREU:2010)
Sebastião Hoyos	Guiana Francesa (ROLLEMBERG:1999, p.67)
Ferreira Gullar	Chile
Enoir de Oliveira Luz	Moscú e Portugal (ROLLEMBERG, p.82)